

PARPÚBLICA

PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.

Relatório de Gestão
e
Demonstrações Financeiras
Intercalares

1º Semestre 2013

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Elsa Maria Roncon Santos
Presidente

Bernardo Xavier Alabaça
Vice-Presidente

Maria Luísa da Silva Rilho
Secretário

Conselho de Administração

Joaquim Pais e Jorge
Presidente
(Renunciou ao cargo a 2/7/2013)

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador Executivo

José Manuel Pereira Mendes de Barros
Administrador Executivo

Fernanda Maria Mouro Pereira
*Administradora não Executiva, Presidente da Comissão de Auditoria
e membro da Comissão de Avaliação*

Maria João Dias Pessoa Araújo
*Administradora não Executiva, Membro das Comissões
de Auditoria e de Avaliação*

Mário Alberto Duarte Donas
Administrador não Executivo, Presidente da Comissão de Avaliação

Pedro Miguel Nascimento Ventura
*Administrador não Executivo, Membro das Comissões
de Auditoria e de Avaliação*

ROC

Grant Thornton & Associados, SROC

Leopoldo Alves & Associados, SROC

ROC Suplente

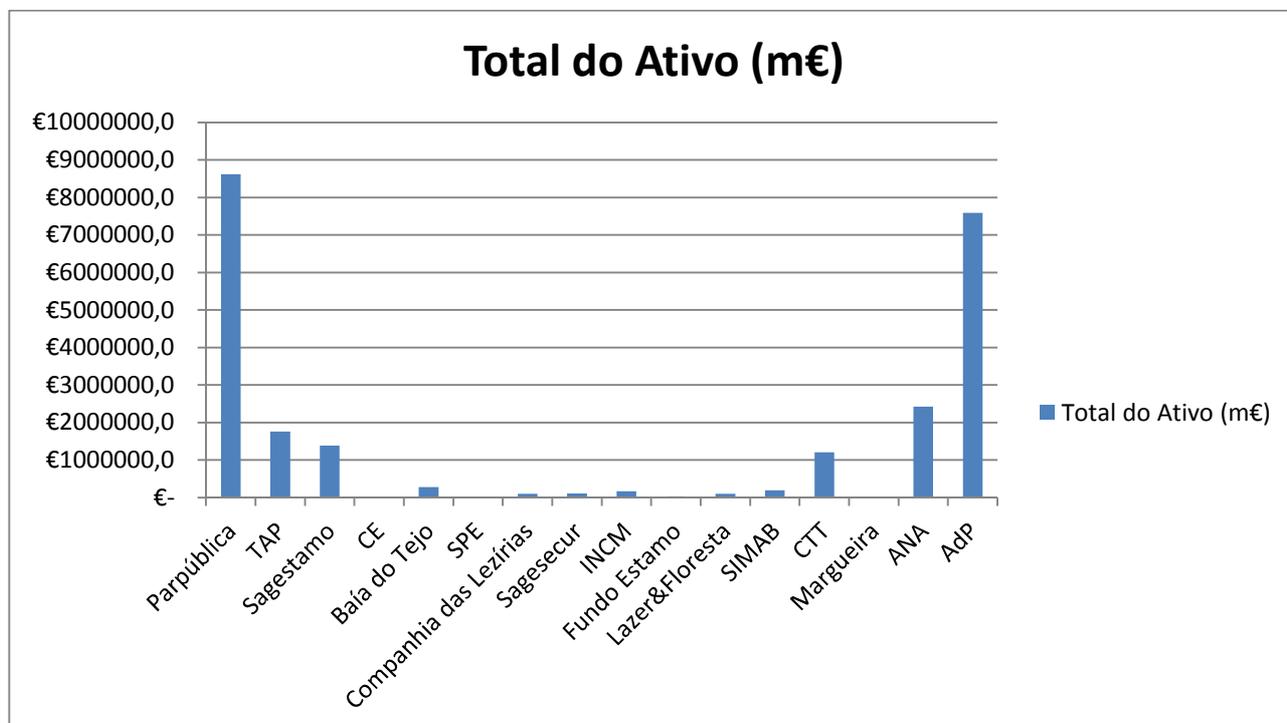
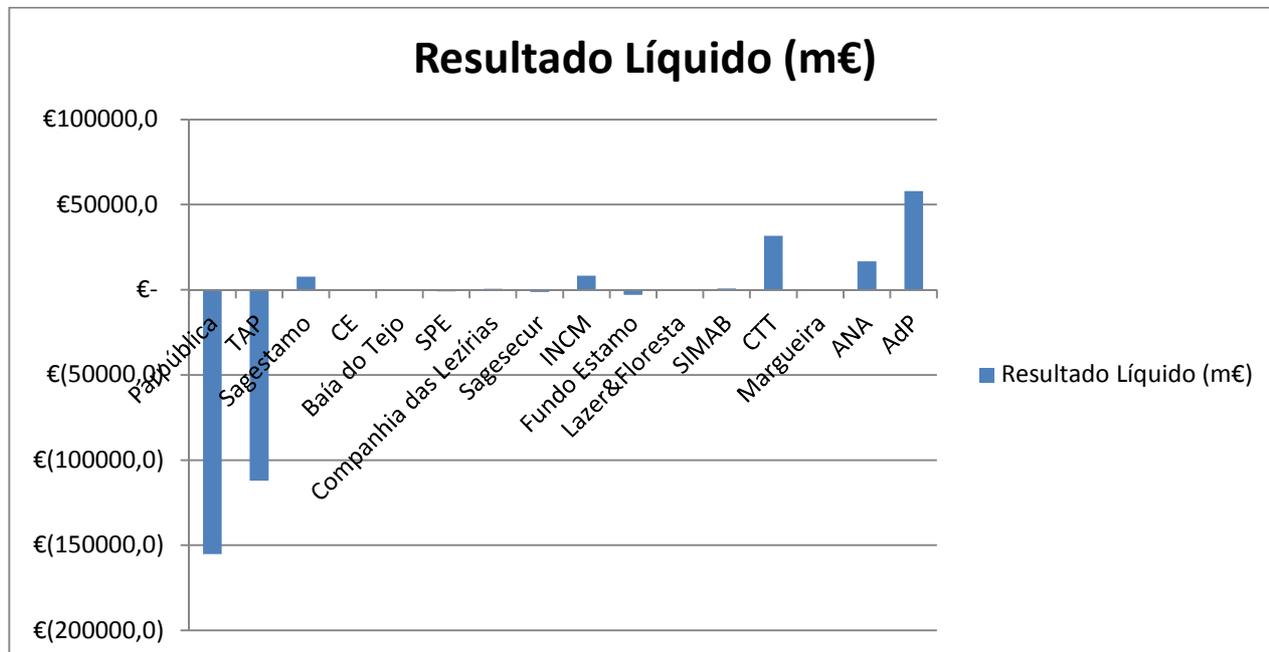
RELATÓRIO DE GESTÃO

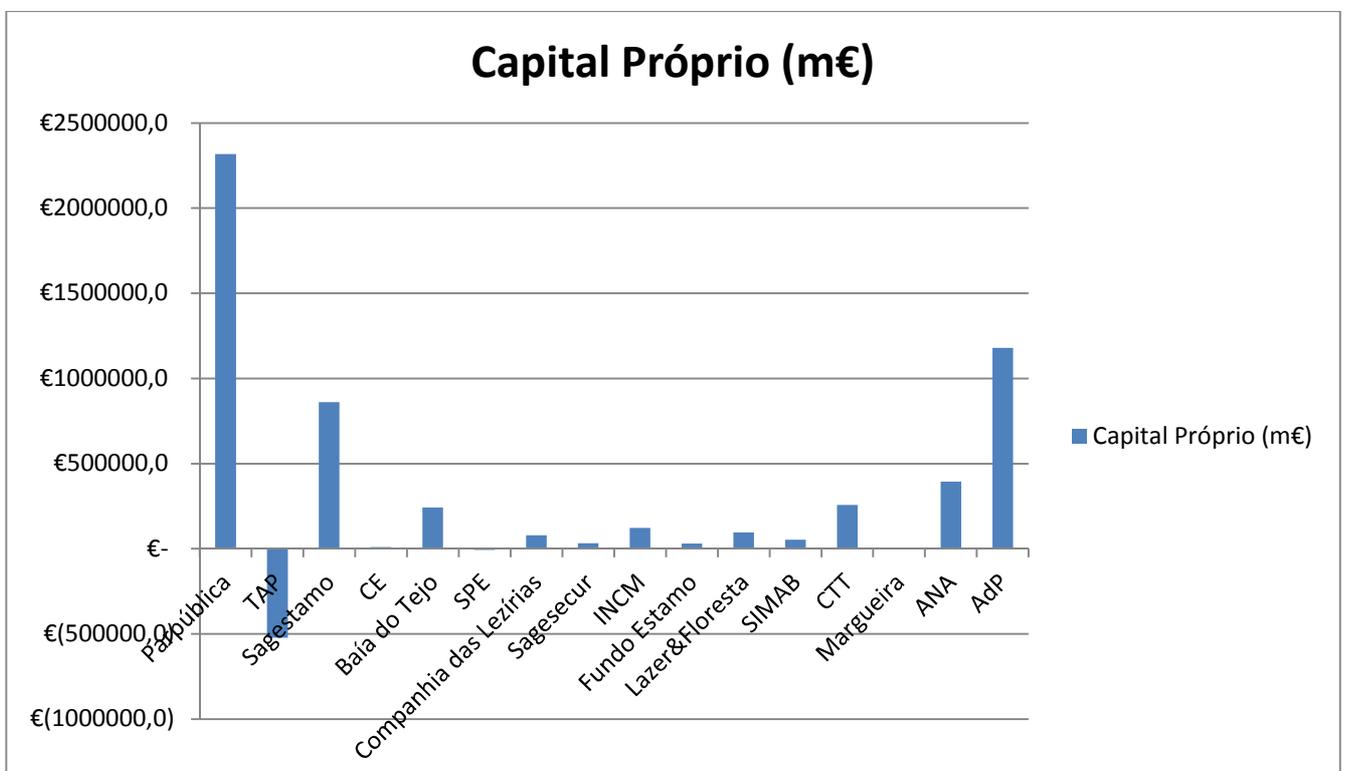
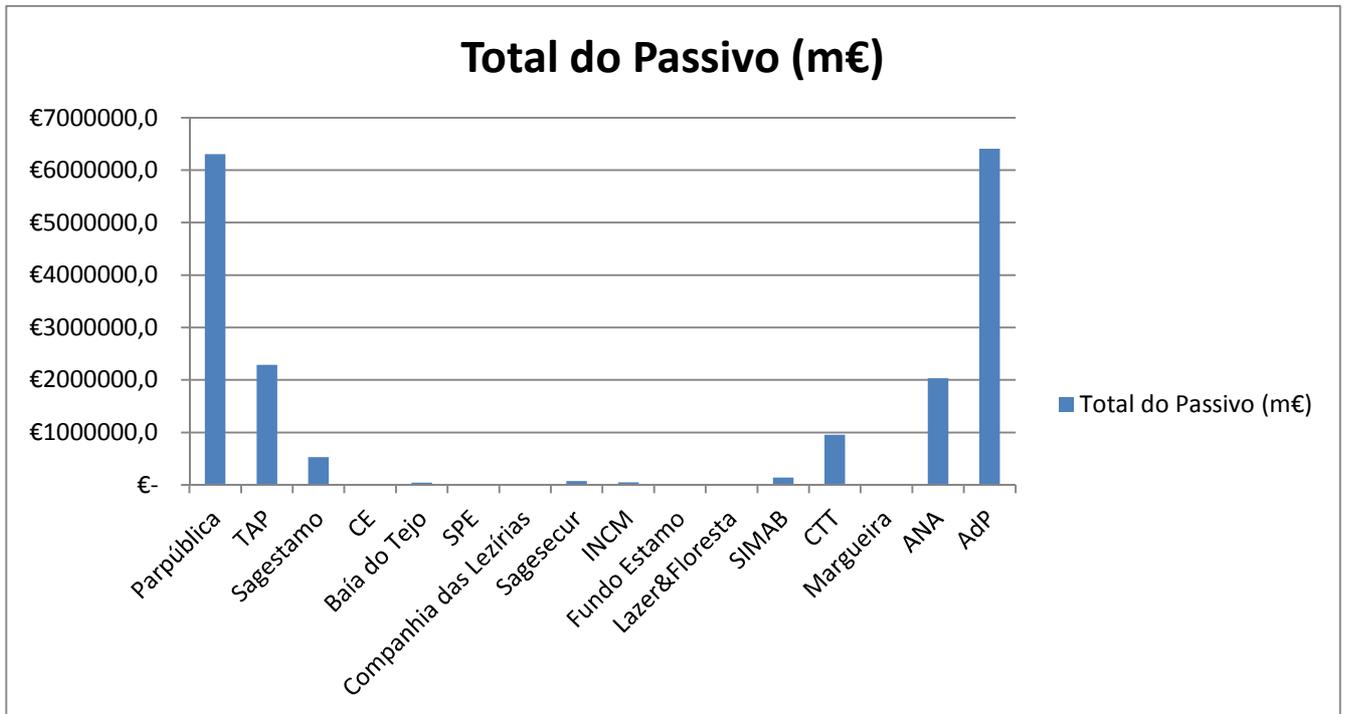
- ❖ PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS (JUNHO DE 2013)
- ❖ SITUAÇÃO FINANCEIRA DO GRUPO / SEGMENTOS
- ❖ PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS VERIFICADOS NO PERÍODO E PREVISTOS PARA O 2º SEMESTRE
- ❖ ANÁLISE POR SEGMENTOS
- ❖ DIVULGAÇÕES AO ABRIGO DO CVM E DO REGULAMENTO N.º 4/2004 DA CMVM
- ❖ DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES

RELATÓRIO DE GESTÃO

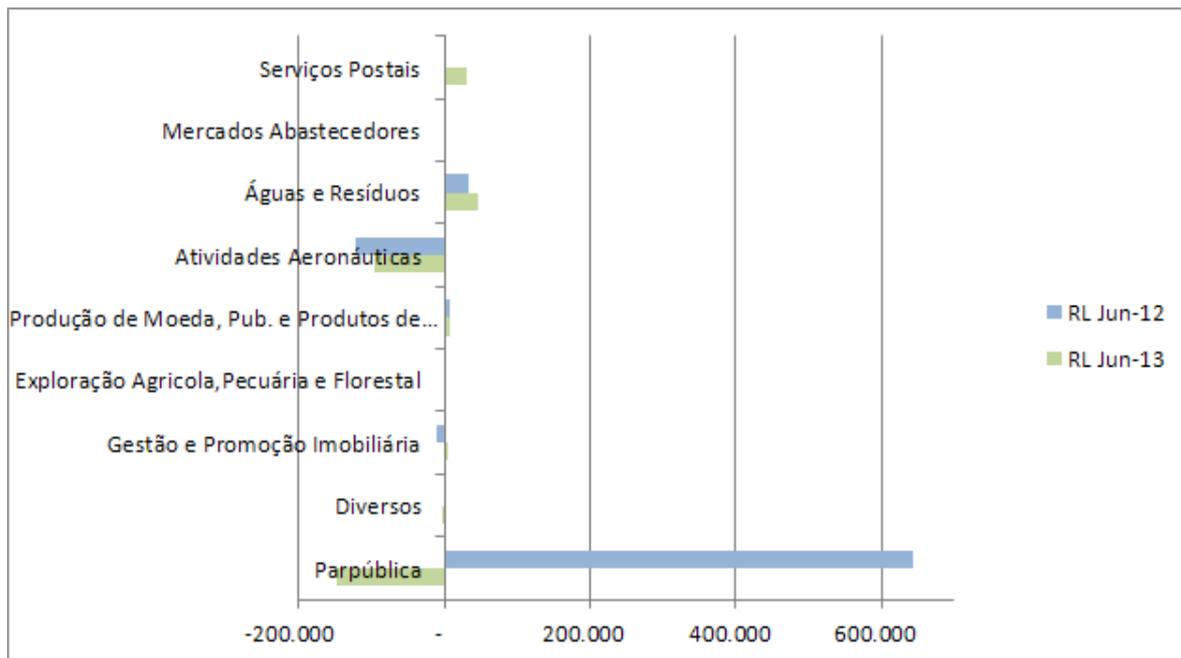
❖ PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS (JUNHO DE 2013)





❖ SITUAÇÃO FINANCEIRA DO GRUPO / SEGMENTOS

Os resultados por segmentos obtidos no primeiro semestre constam do mapa seguinte:



Ao nível do Grupo PARPÚBLICA o semestre fica naturalmente marcado pela conjuntura desfavorável para a generalidade dos negócios do Grupo dado o contexto económico e financeiro vigente, que resultou num resultado consolidado negativo de 75.766 mil €. Os principais contributos para este resultado advêm fundamentalmente da PARPÚBLICA (-155.179 mil €) e do Segmento das Atividades Aeronáuticas (-112.072 mil €). No caso particular da PARPÚBLICA será de destacar o volume de dividendos recebidos de participações, que se situou num plano substancialmente inferior ao mesmo período do ano anterior, o reforço da provisão para a TAP em face das perdas registadas por aquela subsidiária no primeiro semestre, o impacto do reconhecimento inicial do financiamento cedido pelo Consórcio ELOS e a variação de algumas participações ao justo valor.

O contributo positivo para o Grupo advém do Segmento dos Serviços Postais onde os CTT contribuem com um resultado de 31.644 mil € e do Segmento de Águas e Resíduos com a AdP a registar 57.980 mil €.

❖ **PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS VERIFICADOS NO PERÍODO E PREVISTOS PARA O 2º SEMESTRE**

No desenvolvimento da atividade da PARPÚBLICA no 1º semestre de 2013 destaca-se a transferência por parte da Direção Geral do Tesouro e Finanças, materializada pelo Despacho n.º 2468/12-SET, de 28 de dezembro, de um conjunto de participações em empresas detidas pelo Tesouro, a saber:

ANA - Aeroportos de Portugal SA	31,44%
CTT - Correios de Portugal SA	100%
Propnery - Propriedades e Equipamentos SA	41,82%
Efacec International Financing SGPS SA	5%
LISNAVE - Estaleiros Navais SA	2,97%
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores SA	100%
AdP - Águas de Portugal SA	8,82%

A transferência destas participações ocorre nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, destinando-se a compensar a PARPÚBLICA pela entrega das receitas de reprivatização ao Estado para os efeitos previstos no mesmo Diploma. O valor estimado destas participações, sujeito a acertos em função das avaliações que entretanto se têm vindo a realizar, ronda os 1.000 milhões €. Neste lote de participações são de destacar a ANA e os CTT, na medida em que a respetiva privatização se enquadra no programa definido pelo Governo.

Assim, em relação à ANA, decorre o período para que as condições precedentes se materializem, estando agora a totalidade da participação concentrada na PARPÚBLICA, prevendo-se que a conclusão do negócio se processe dentro do prazo estabelecido com o consequente encaixe financeiro.

Em relação aos CTT, constitui prioridade a respetiva privatização cuja finalização se encontra calendarizada até ao final de 2013. Os trabalhos de preparação da empresa e para a montagem da respetiva privatização estão em curso à data de produção do presente Relatório, tendo o correspondente Decreto-Lei, aprovado pelo Governo em julho de 2013, estabelecido como modalidades possíveis a venda direta de referência e uma oferta pública de venda (IPO).

Embora indiretamente, por pertencer à carteira de participações da AdP-SGPS, SA, a EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A. constituirá outro foco de atenção em matéria de privatizações no decurso do segundo semestre do ano.

Em matéria de dívida, é de referir a assunção pela PARPÚBLICA de um financiamento inicialmente contratualizado para o consórcio ELOS, no montante de 599.238 mil €, como um empréstimo bancário sindicado com quatro bancos nacionais. Trata-se de um financiamento com maturidade de cerca de 30 anos numa altura em que tais maturidades são praticamente inacessíveis para instituições em Portugal e que será amortizado em 57 amortizações iguais, com início em 15 de dezembro de 2014 e final em 15 de dezembro de 2042.

Ainda ao nível da PARPÚBLICA, foi também lançada uma emissão obrigacionista denominada “Obrigações PARPÚBLICA 2013-2015” no montante de 200 milhões €, pelo prazo de 2 anos, que vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses.

Estas operações de dívida, titulada e não titulada, foram utilizadas para compensar parcialmente o vencimento, respetivamente em dezembro de 2012 e em julho de 2013, da emissão de obrigações permutáveis EDP 2007, no valor de 1.015 milhões €, e o programa de EMTN no valor de 800 milhões €.

A nível consolidado, verifica-se um aumento ténue do valor contabilístico da dívida em cerca de 1,4%, sendo de destacar a contribuição de 81 milhões € da SIMAB que passou a integrar a carteira da PARPÚBLICA desde o início do ano. Quanto ao perfil de risco, mantiveram-se as principais condicionantes que estão relacionadas principalmente com a atual conjuntura económica e financeira da zona euro em geral e do país em particular. As notações que vêm sendo atribuídas ao Grupo PARPÚBLICA são atualmente as seguintes, não se tendo verificado qualquer alteração neste semestre:

Moody's - *Issuer rating: **B2/Negative Outlook**; Senior unsecured: **B2/Negative Outlook***

Standard & Poor's - *Issuer rating: **B/Negative**; Senior unsecured: **B/ Negative***

❖ **ANÁLISE POR SEGMENTOS**

➤ **PRODUÇÃO DE MOEDA, PUBLICAÇÕES E PRODUTOS DE SEGURANÇA**

Durante o primeiro semestre de 2013, a INCM gerou um resultado líquido de 8,2 milhões €, ligeiramente superior ao obtido no semestre homólogo, isto apesar do volume de negócios ter apresentado uma quebra de quase 13%. Esta evolução é essencialmente explicada pela reversão de imparidades anteriormente registadas relativamente a investimentos financeiros, já que a margem libertada pela generalidade das áreas de negócios apresenta uma quebra. Neste contexto merece destaque a evolução positiva verificada na área das contratarias, refletindo o efeito da Portaria nº 418-A/2012, de 19 de dezembro, a qual veio atualizar o valor das taxas cobradas, que se mantinham inalterados desde 1990, o que vinha gerando prejuízos crescentes.

No plano patrimonial, regista-se que a INCM continua a apresentar uma estrutura financeira sólida, com capitais próprios suficientes para financiarem 70% do ativo.

No período em análise, o total do ativo apresenta uma diminuição que corresponde, no essencial, à redução das disponibilidades de tesouraria. Esta redução, no entanto, foi inferior ao valor do pagamento de dividendos ao acionista (12 milhões €), pelo que as disponibilidades se mantêm em valores muito significativos (48,6 milhões €). Já em relação ao passivo, há a registar uma significativa redução do endividamento bancário que passou dos 10,2 para 2,5 milhões €, tendo essencialmente sido financiada pelos meios libertos pelas atividades operacionais e pelos recebimentos provenientes de investimentos financeiros.

A evolução verificada no período alerta para a necessidade de promover a rentabilização dos negócios na medida em que a margem liberta está a decrescer e os resultados muito dependentes de fatores externos ao negócio.

➤ ÁGUA E RESÍDUOS

Este segmento de atividade do Grupo PARPÚBLICA coincide com o Grupo AdP no qual a empresa-mãe detém atualmente uma participação correspondente a 80,99% do capital social. O aumento da participação da PARPÚBLICA ocorreu na sequência da transferência pelo Estado em contrapartida da entrega de receitas de reprivatização da participação de 8,82% de que o Tesouro era detentor. A parcela remanescente do capital da AdP é detida pela Parcaixa, SGPS, SA, sociedade do Grupo GGD, na qual a PARPÚBLICA detém também uma participação de 49%.

No primeiro semestre de 2013 as empresas do Grupo AdP apresentaram um desempenho globalmente positivo, o que permitiu o reforço da situação financeira do Grupo traduzida no aumento do financiamento do ativo por capitais próprios.

O resultado líquido consolidado do Grupo AdP ascendeu aos 55,3 milhões €, superando o alcançado no período homólogo de 2012 (46,6 milhões €), principalmente devido a uma expressiva melhoria dos resultados financeiros. Esta melhoria está essencialmente associada à evolução da componente de justo valor dos instrumentos de cobertura de risco financeiro e ao cancelamento de dois contratos desta natureza.

No plano dos negócios é de salientar que, descontado o efeito do défice tarifário, o volume de negócios no período apresenta um crescimento superior a 8%, com particular incidência na venda de resíduos sólidos urbanos recicláveis e na prestação de serviços de saneamento. Quanto aos défices tarifários, cujo valor acumulado líquido registado no balanço ascende aos 414 milhões €, há a salientar que o valor apurado no semestre, em comparação com o relativo ao 1º semestre de 2012, reduziu-se de 71,1 para 26,4 milhões €, refletindo a significativa descida da *yield* média das OT's a 10 anos, parâmetro que constitui o indexante relevante para determinação da rentabilidade contratualizada e das correspondentes tarifas. Ainda assim, esta situação continua a ser muito significativa já que o valor líquido acumulado dos défices tarifários registado no Balanço é de 414 milhões €.

Situação igualmente relevante do ponto de vista financeiro continua a ser o valor das dívidas dos Municípios que ultrapassam os 535 milhões € (507,6 milhões € em 31 de dezembro de 2012), dos quais 136,8 milhões € correspondem a dívidas relativamente às quais foi celebrado acordo de pagamento.

Apesar destes constrangimentos, o endividamento do Grupo AdP manteve-se praticamente sem alteração, para o que também contribuiu a continuidade da tendência de redução do volume de investimento realizado no semestre, cujo valor (53 milhões €) correspondeu a menos de metade do realizado no primeiro semestre de 2012.

➤ ATIVIDADES AERONÁUTICAS

O segmento das atividades aeronáuticas continua a incluir os Grupos ANA e TAP porque, à data de 30 de junho, a alienação das ações representativas do capital social da ANA não estava ainda concretizada. A produção de efeitos do contrato relativo a esta transação, assinado em 21 de fevereiro de 2012, está dependente da verificação de um conjunto de condições prévias, a maioria das quais, nomeadamente a aprovação por parte das autoridades europeias de concorrência, estão já verificadas, pelo que se prevê que o fecho desta operação de privatização venha a ocorrer durante o semestre em curso.

Apesar do enquadramento não se apresentar favorável, principalmente devido à recessão europeia e também porque o preço do combustível se mantém em alta, a indústria do transporte aéreo tem vindo ainda assim a resistir e a apresentar mesmo sinais de crescimento.

O Grupo TAP encerrou o primeiro semestre de 2013 com um resultado líquido que, embora negativo (-136,6 milhões €), é ligeiramente melhor do que o de igual período do ano anterior. Esta evolução resulta principalmente do aumento dos rendimentos e ganhos operacionais obtidos no negócio do transporte aéreo (+36,3 milhões €). No 1º semestre de 2013, a TAP transportou quase 5 milhões de passageiros, o que representa um aumento de 4,8%, sendo de salientar a importância do mercado do Atlântico Sul (mercado brasileiro e africano), o qual foi responsável praticamente por metade dos passageiros por quilómetro transportados, contribuindo assim para moderar o impacto da situação recessiva vivida em Portugal e na Europa em geral. De assinalar

ainda que o aumento do número de passageiros transportados ocorreu em simultâneo com uma redução da oferta regular, o que traduz um aumento da eficiência da gestão da rede.

O aumento dos rendimentos e ganhos operacionais só não teve maior impacto na melhoria do resultado do Grupo porque no período em análise ocorreu também um aumento dos custos de manutenção justificado pela ocorrência de um maior número de grandes inspeções (*heavy check*).

Ainda no plano operacional, há a referir a existência de sinais positivos quanto à evolução da situação da TAP M&E Brasil, a qual regista um aumento da taxa de utilização da capacidade produtiva.

Quanto à situação financeira do Grupo, não tendo sido possível concretizar as medidas de recapitalização previstas no quadro da reprivatização da sociedade, continua a registar-se o aprofundamento dos desequilíbrios anteriormente identificados, com a progressiva diminuição dos capitais próprios, que atingem já um montante próximo de – 530 milhões €. Relativamente ao passivo de financiamento do Grupo TAP, verifica-se uma estabilização dos valores da dívida em cerca de 1.305 milhões €, sendo de referir que o empréstimo de curto prazo no montante 100 milhões € concedidos pela acionista PARPÚBLICA se encontrava integralmente amortizado no final do semestre.

Por seu lado, o Grupo ANA apresenta no final do primeiro semestre de 2013 um resultado líquido que é significativamente inferior ao do semestre homólogo, o que se fica a dever exclusivamente à função financeira, traduzindo o efeito do aumento do endividamento da ANA, SA associado ao empréstimo contratado para pagamento da primeira prestação do *upfront fee* devido no âmbito do contrato de concessão, o qual deverá ser reembolsado até ao final do corrente ano.

Ao invés, o resultado operacional (EBIT) do Grupo apresenta uma evolução favorável, com um crescimento de quase 23%, o que foi possível graças ao aumento dos proveitos operacionais mas também graças à redução dos custos operacionais. Esta evolução, para além de refletir eventuais ganhos de eficiência, está também ligada ao facto de no semestre homólogo de 2012 terem ocorrido significativos gastos extraordinários de conservação e reparação no aeroporto de Faro, na sequência da intempérie de outubro de 2011.

Durante o primeiro semestre do corrente ano, os aeroportos geridos pelo Grupo ANA foram utilizados por mais de 14,3 milhões de passageiros, o que significou um aumento de 3,8% (+ 530 mil passageiros). No período em análise, o aeroporto de Lisboa foi o que apresentou maior crescimento (4,4%) face a igual período de 2012, sendo responsável por mais de 50% do movimento global de passageiros do Grupo ANA, já que foi utilizado por mais de 7,3 milhões de passageiros. Pelo contrário, a movimentação de carga registou, em termos globais, uma redução de 3,2%, evolução que se verificou em todos os aeroportos geridos pelo Grupo ANA em percentagens que variaram entre os 1,1% (aeroporto de Lisboa) e os 13,3% (aeroporto de Faro).

Merece ainda referência a alteração do modelo de regulação económica decorrente das alterações legislativas ocorridas no final de 2012 com a publicação do Decreto-Lei nº 254/2012, de 28 de novembro, complementado com a celebração, em 14 de dezembro, do contrato de concessão. O novo modelo assenta na definição de valores-limite para a receita por passageiro/terminal proveniente das atividades reguladas e contempla mecanismos de controlo e ajustamento que devem ser respeitados pelo gestor aeroportuário. Este modelo constitui a base que suporta a definição das taxas a praticar nas atividades reguladas, tendo começado a ser implementado durante o semestre em análise.

Em termos patrimoniais há a salientar a estabilidade da estrutura do Balanço, onde os capitais próprios financiam 16% do ativo total, percentagem praticamente igual à que se verificava em 31 de dezembro de 2012 (17%). Regista-se, no entanto, um significativo aumento do endividamento, variação que está associada ao já mencionado empréstimo contratado em janeiro de 2013 para pagamento de parte do *upfront fee* previsto no contrato de concessão, responsabilidade esta que já se encontrava registada no passivo da sociedade à data de 31 de dezembro de 2012, prevendo-se que o mesmo venha a ser amortizado na sequência do *closing* da operação de privatização.

➤ GESTÃO E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA

O segmento de negócio Gestão e Promoção Imobiliária representa, no final do período, um valor de 1,8 mil milhões €, ou seja, 8,6% dos ativos do Grupo PARPÚBLICA, registando uma ligeira redução em termos relativos face ao final de 2012. Em termos patrimoniais, o segmento continua

a crescer, utilizando já 24% dos capitais próprios do Grupo, constatando-se que a sua contribuição para a formação do resultado consolidado entretanto se alterou passando a ser positiva.

Esta situação, ainda que fundada num muito ligeiro crescimento das vendas e prestação de serviços de cerca de 4%, é também sustentada pela diminuição dos custos com fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, respetivamente cerca de 14% e 10%, mas especialmente, pela queda substancial dos juros suportados (mais de 20 milhões €), consequência da acentuada redução do passivo de financiamento entre junho de 2012 e final do primeiro semestre do corrente ano.

Os indicadores do Grupo Sagestamo registam no semestre uma melhoria, especialmente por via da significativa redução dos juros suportados – que passaram de 33,6 milhões € para 12,8 milhões €, atenta a operação de aumento de capital, concretizada no final de 2012, no montante de 750 milhões €, e do acréscimo verificado no volume de vendas e prestação de serviços, que atingiu 35,8 milhões €, mais 6% do que no período homólogo anterior. O EBIT consolidado, no montante de 23,5 milhões €, registou uma variação positiva de mais de 13% face aos 20,7 milhões € do primeiro semestre do ano findo. Neste quadro, o primeiro semestre de 2013 regista um resultado líquido consolidado positivo de 7,6 milhões €, que compara com os 9,7 milhões € negativos do período anterior.

As expectativas para a segunda metade de 2013 são muito moderadas, dada a ausência de perspectivas seguras de inversão da tendência depressiva do mercado nos últimos anos, admitindo-se que a consolidação dos resultados entretanto conseguidos faça parte da postura de atuação a adotar neste período.

No caso do Grupo Baía do Tejo, o arrefecimento do mercado nacional refletiu-se de modo muito negativo, em resultado de três fatores fundamentais: o aumento do encerramento e deslocalização de empresas, a continuada pressão sobre os valores das rendas, e a redução acentuada da venda das cinzas de pirite, numa conjugação que se veio traduzir numa quebra do volume de negócios superior a 14% em relação a igual período de 2012, para um montante de cerca de 5,4 milhões €. Os resultados foram afetados, ainda que não tanto quanto seria de esperar, dada a quebra dos custos operacionais, especialmente dos fornecimentos e serviços

externos (-16,2%). De qualquer modo, o valor de 343 mil € de resultado líquido obtido é menos de metade do observado no período homólogo anterior, conquanto a situação financeira da empresa permaneça equilibrada e sem necessidades de financiamento.

A perspetiva existente é que a quebra dos resultados possa vir a acentuar-se até ao fecho do corrente ano, atenta a saída ou redução de vários dos espaços ocupados, mantendo-se todavia o empenho na relativização destes impactos.

No primeiro semestre de 2013, tendo por objetivo assegurar a execução das intervenções de estudo, monitorização e eliminação de passivos ambientais, o acionista procedeu à realização de uma parcela remanescente de capital social da Baía do Tejo, SA que havia sido aprovado em finais de 2010, no montante de 3.716 mil €, passando o capital realizado do Grupo a ser de 144.454 mil €.

Uma referência final para sublinhar que no quadro da gestão dos territórios abrangidos pelo projeto do Arco Ribeirinho Sul, o processo de registo e transferência dos prédios da antiga Lisnave se transformou entretanto num sério obstáculo à liquidação do Fundo Margueira e, em consequência, da respetiva sociedade gestora.

Na Lazer e Floresta, SA, ainda que no período em análise as vendas de produtos agroflorestais e cinegéticos tivessem registado evolução positiva, no que toca à alienação de propriedades ficaram somente concluídas as diligências necessárias à realização de algumas escrituras a celebrar durante a segunda metade do ano.

Neste contexto, no 1º semestre as receitas resultantes da venda de madeira e cortiça, e das rendas cobradas com os arrendamentos de campanha e exploração cinegética, chegaram aos 855 mil €, o que se veio a refletir num resultado líquido positivo de 216,5 mil €. Entretanto, do ponto de vista estrutural, as disponibilidades de tesouraria e a ausência de passivo de financiamento, fazem com que a situação financeira da empresa continue a manter-se sólida.

Ainda que o mercado continue a evidenciar uma procura potencial pelo tipo de bens detidos pela Lazer e Floresta, quer pelo atual reforço das atividades agroflorestais e agropecuárias, ou simplesmente como investimento de refúgio, não é expetável que o contexto macroeconómico

global venha a intensificar de modo significativo a dinâmica das vendas de propriedades até ao fecho do ano, para além daquilo que se encontra previsto realizar. Maior focalização será dada à componente dos ativos biológicos disponíveis para exploração no corrente ano, quer quanto ao corte e venda de madeira, quer na extração e venda de cortiça.

De sublinhar que em março de 2013 foram eleitos os órgãos sociais da empresa para o mandato 2013-2015, tendo como um dos seus principais objetivos de gestão a apresentação de uma proposta calendarizada de privatização dos ativos da empresa.

➤ MERCADOS ABASTECEDORES

Este novo segmento passa a integrar o Grupo PARPÚBLICA a partir do corrente ano no seguimento das determinações constantes do Despacho n.º 2468/12-SET, de 28 de dezembro, na medida em que procedeu à transferência para a PARPÚBLICA (SGPS), S.A. da participação de 100% detida pelo Estado na SIMAB, SA - Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores, SA, empresa criada em 1993 com o objetivo de instalar em Portugal um conjunto estratégico de mercados abastecedores de interesse público, atualmente com um capital social de 40,1 milhões €.

Na sua configuração atual, o Grupo SIMAB, é composto pela *holding* e por quatro sociedades gestoras – a MARB, SA, a MARL, SA, a MARE, SA e a MARF, SA, respetivamente sediadas em Braga, Lisboa, Évora e Faro, competindo à primeira o apoio à gestão das subsidiárias e a prestação de assessoria técnica, jurídica, financeira, administrativa e comercial, que torna extensiva a todos os operadores presentes nos diferentes mercados abastecedores que a requeiram.

No primeiro semestre de 2013 o volume de negócios do Grupo foi de 7,8 milhões €, o que no contexto de uma conjuntura adversa representou uma quebra de 8% face ao período homólogo anterior. Ainda assim, o Grupo SIMAB fechou a primeira metade do ano com um resultado líquido positivo de 870 mil €, mais do dobro do verificado em idêntico período de 2012, decorrente essencialmente de uma redução dos custos operacionais e dos gastos de financiamento, atenta a diminuição do passivo bancário por via do *apport* de capital do acionista Estado, no montante de 11 milhões €, realizado em setembro de 2012.

Dado o atual quadro macroeconómico, as expetativas para o segundo semestre de 2013 são de manutenção do reforço da solidez do balanço, de focalização no rácio do endividamento e na geração de *cash flow*, assim como no aumento da eficiência operacional e maior enfoque no cliente.

Sublinhe-se que pela sua pequena dimensão, a consolidação deste segmento de negócio no universo PARPÚBLICA importa especialmente, não tanto pelos valores em si, mas pelo quadro de desequilíbrio financeiro revelado, atendendo a que não está demonstrado que a atividade corrente tenha, nas condições atuais, potencial para libertar os fundos necessários para fazer face ao serviço da dívida.

➤ EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA E FLORESTAL

Este segmento continua a ser residual no contexto do Grupo PARPÚBLICA e coincide com a situação patrimonial e o desempenho económico da Companhia das Lezírias, SA, sociedade integralmente detida pela PARPÚBLICA.

A Companhia das Lezírias tem apresentado uma situação financeira bastante estável e sólida, situação que se mantém no semestre em análise, tendo inclusivamente saído reforçada em função dos bons resultados obtidos com os negócios. A sociedade continua a dispensar o recurso a capitais alheios para o financiamento do ativo e da atividade, embora o nível das suas disponibilidades tenha sido afetado pela necessidade de apoiar o funcionamento da Fundação de Alter Real no período que antecedeu a sua liquidação.

No primeiro semestre de 2013 a Companhia das Lezírias gerou um resultado substancialmente superior ao do período homólogo de 2012, tendo alcançado um lucro superior a 550 milhares €. Esta evolução resultou essencialmente duma significativa redução dos valores registados com gastos de depreciações e amortizações e do aumento do montante dos subsídios ao investimento, o qual duplicou aproximando-se dos 140 mil €.

No plano operacional, há a referir que a generalidade dos negócios tem estado a evoluir favoravelmente e em linha com o previsto, embora para a maioria das produções agrícolas o

segundo semestre seja fundamental pois será nessa ocasião que o potencial da atividade desenvolvida se concretizará, ou não, em colheita efetiva. Relativamente às atividades não agrícolas ou florestais, e em particular no que respeita às atividades turísticas, há a referir que as mesmas continuam negativamente influenciadas pela contenção ao nível do consumo das famílias pelo que a procura se tem situado abaixo das expectativas.

Relativamente ao futuro, assumem especial relevo os desafios colocados pelas novas funções e responsabilidades cometidos à Companhia das Lezírias no contexto da liquidação da Fundação de Alter Real, determinada pelo Governo através do Decreto-Lei nº 109/2013, de 1 de agosto, as quais têm associado um considerável aumento dos custos que naturalmente obrigará a um renovado esforço no sentido de potenciar as oportunidades de negócio por forma a assegurar a sustentabilidade da situação financeira da sociedade.

➤ ATIVIDADES POSTAIS E OUTROS SERVIÇOS

A inclusão do Grupo CTT no universo PARPÚBLICA tem assinaláveis efeitos, quer do ponto de vista patrimonial, quer em termos de volume de negócios e, bem assim, no seu impacto ao nível dos resultados consolidados. Esta integração, todavia, é apenas transitória na medida em que foi já encetado o respetivo processo de privatização, sendo desejável, conforme acordado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, que possa estar concretizado até ao final do corrente ano. Esta circunstância justifica o facto de esta participação estar classificada no balanço como ativo detido para venda, o que acontece igualmente com a participação na ANA

O Grupo CTT inclui um conjunto de empresas que atuam em diversas vertentes do negócio dos correios, mas também em outros negócios como sejam os serviços financeiros ou a prestação de serviços no apoio à gestão documental, logística, informática e de telecomunicações. Apesar dessa diversidade, a empresa mãe CTT, SA, é a que apresenta uma importância determinante para a definição do perfil de atividade e da situação financeira do Grupo.

Em termos consolidados, o Grupo CTT apresenta uma situação financeira sólida e que se vem consolidando através dos lucros gerados pelos negócios. Ainda assim, no período em análise

registou-se uma diminuição dos capitais próprios, mas esta situação é explicada pela utilização de reservas livres para a distribuição de dividendos ao acionista por parte da sociedade CTT, SA.

No primeiro semestre de 2013, o ativo, que ultrapassa os 1,2 mil milhões €, cresceu 13,6% refletindo, no essencial, o aumento das disponibilidades e das aplicações de tesouraria, variação que é resultado do crescimento das aplicações de clientes dos serviços financeiros postais prestados pelo Grupo CTT (+ 161 milhões €). Este aumento tem, porém, um reflexo equivalente no passivo ao nível da rubrica “contas a pagar” traduzindo a responsabilidade do Grupo relativamente ao reembolso aos seus clientes de serviços financeiros postais. E é precisamente esta situação que justifica o aumento do passivo consolidado do Grupo CTT, já que a dívida financeira registou no período em análise uma significativa redução (- 44,9%), principalmente ao nível da CTT, SA onde a diminuição atingiu os 57,7% situando-se nos 2,4 milhões € (dos quais 2,3 milhões € relativos a *leasing* financeiro).

Este contexto é relevante para perceber como o Grupo CTT apresenta valores negativos de dívida financeira líquida (- 220,4 milhões €), ou seja, na medida em que apresenta um endividamento quase inexistente face à grande dimensão das disponibilidades de tesouraria de que dispõe, ainda assim inferiores às registadas no final de 2012 devido à já referida distribuição extraordinária de dividendos.

O resultado líquido consolidado do Grupo CTT alcançado no primeiro semestre de 2013 atingiu os 31,6 milhões €, o que corresponde a uma rentabilidade dos capitais próprios de 12%.

Este lucro, apesar de representar cerca de 80% do resultado alcançado em todo o ano de 2012, é inferior em 14,2% ao resultado do primeiro semestre de 2012. No entanto esta redução é integralmente explicada pelas alterações decorrentes das decisões quanto ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal, especialmente com o relevo que os custos com o pessoal assumem neste Grupo, as quais tornam a comparação direta inadequada. Uma vez corrigidos esses efeitos constatar-se-á que todos os indicadores de resultados evidenciam uma evolução positiva e consistente, o que aliás fica patente no crescimento do VAB/efetivo médio que atingiu os 15,6 milhares € (+2,7% do que em igual período de 2012).

Ao nível dos negócios é de referir que se continua a verificar uma redução da procura no principal negócio do Grupo que é o correio tradicional e que segue uma tendência global neste setor. No período em análise o tráfego reduziu-se cerca de 8% tendo levado a uma queda das vendas e prestações de serviços, que apesar de tudo caíram em percentagem claramente inferior, cerca de 3,5%, traduzindo quer o efeito positivo da atualização da tabela de preços ocorrida em abril de 2013, quer o aumento da procura em certos segmentos do correio de maior valor acrescentado. Por outro lado verificou-se também uma quebra marginal nos rendimentos de prestação de serviços financeiros, situação que a gestão espera inverter na sequência das recentes renegociações de contratos, no âmbito das quais foi possível atualizar as respetivas condições.

Relativamente aos gastos operacionais, dos quais mais de 95% correspondem a gastos com pessoal e a fornecimentos e serviços externos, há a registar uma redução do valor global consolidado em cerca de 2,2%, sendo de salientar que a redução nos FSE's atingiu os 6,8%. No caso dos gastos com pessoal verifica-se um aumento de 1,8%, embora neste caso a comparação esteja comprometida pelo diferente enquadramento relativamente ao pagamento dos subsídios.

Em termos de futuro a empresa depara-se neste momento com importantes desafios relacionados, quer com as perspetivas de privatização do seu capital, quer com a necessidade de se adaptar a um novo enquadramento regulatório, em parte já definido em diplomas legais recentemente aprovados pelo Governo. Num e noutro caso, a empresa dispõe de condições para dar resposta adequada aos novos desafios e prosseguir no sentido da consolidação da sua situação financeira e da sua posição no contexto da economia nacional.

❖ **DIVULGAÇÕES AO ABRIGO DO CVM E DO REGULAMENTO N.º 4/2004 DA CMVM**

➤ Auditoria ou revisão limitada à informação semestral

As demonstrações financeiras intercalares não foram sujeitas a auditoria ou revisão limitada.

- Valores mobiliários emitidos por empresas do grupo detidos por titulares dos órgãos sociais

Os membros dos órgãos sociais não são detentores de instrumentos financeiros emitidos por empresas do grupo.

- Titulares de participações qualificadas

O capital da PARPÚBLICA SGPS,SA, sociedade de capitais públicos, é detido na totalidade pelo Estado.

❖ **DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Tanto quanto é do nosso conhecimento a informação constante das demonstrações financeiras consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da PARPÚBLICA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

É igualmente nossa convicção que o relatório de gestão expõe fielmente as informações relativas à indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período em análise, do seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo ainda a adequada descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 30 de agosto de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Pais e Jorge

Presidente (Renunciou ao cargo a 2/7/2013)

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador

José Manuel Pereira Mendes Barros
Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira
Administradora não executiva

Maria João Dias Pessoa Araújo
Administradora não executiva

Pedro Miguel Nascimento Ventura
Administrador não executivo

Mário Alberto Duarte Donas
Administrador não executivo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTERCALARES

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2013.....	3
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013.....	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013.....	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013.....	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013....	7
NOTAS.....	8
1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA.....	8
2 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas.....	13
3 – Reexpressões e reclassificações.....	49
4 – Fluxos de caixa.....	51
5 – Ativos fixos tangíveis.....	51
6 – Propriedades de investimento.....	54
7 – <i>Goodwill</i>	56
8 – Ativos intangíveis.....	56
9 – Ativos biológicos.....	57
10 – Participações financeiras em associadas.....	58
11 – Outras participações financeiras.....	59
12 – Outros ativos financeiros.....	60
13 – Ativos e Passivos por impostos diferidos.....	61
14 – Clientes.....	62
15 – Adiantamentos a fornecedores.....	62
16 – Estado e outros entes públicos.....	63
17 – Outras contas a receber.....	64
18 – Diferimentos.....	65
19 – Inventários.....	68
20 – Caixa e depósitos bancários.....	69
21 – Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados.....	70
22 – Capital próprio.....	72
23 – Interesses que não controlam – Balanço.....	73
24 – Provisões.....	73
25 – Financiamentos obtidos.....	75
26 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....	81
27 – Adiantamentos de clientes.....	84
28 – Fornecedores.....	84
29 – Acionistas/Sócios.....	84
30 – Outras contas a pagar.....	85
31 – Outros passivos financeiros.....	86
32 – Vendas e serviços prestados.....	87
33 – Subsídios à exploração.....	87
34 – Ganhos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....	88
35 – Dividendos de participações ao custo e ao justo valor.....	88
36 – Ganhos em alienações de participações.....	88
37 – Variação nos inventários da produção.....	89

38 – Trabalhos para a própria entidade.....	89
39 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	90
40 – Fornecimentos e serviços externos.....	91
41 – Gastos com o pessoal.....	91
42 – Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	93
43 – Imparidade de dívidas a receber	93
44 – Provisões	94
45 – Imparidade de investimentos.....	94
46 – Aumentos / reduções de justo valor	95
47 – Outros rendimentos e ganhos.....	96
48 – Outros gastos e perdas.....	97
49 – Gastos/reversões de depreciação e de amortização	98
50 – Subsídios ao investimento.....	98
51 – Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados	98
52 – Imposto sobre o rendimento do período.....	99
53 – Interesses que não controlam – Resultado Líquido	100
54 – Unidades operacionais descontinuadas.....	101
55 – Entidades relacionadas.....	102
56 – Ativos e passivos financeiros.....	103
57 - Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros	105
58 - Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes	123
59 - Divulgações de natureza não contabilística	139

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2013

RUBRICAS	Notas	30-Jun-13	31-Dez-12
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 041 168	1 925 721
Propriedades de investimento	6	439 380	440 836
<i>Goodwill</i>	7	296 660	299 638
Ativos intangíveis	8	4 689 260	4 722 248
Ativos biológicos	9	17 531	17 613
Participações financeiras em associadas	10	480 930	468 863
Outras participações financeiras	11	785 251	1 142 325
Outros ativos financeiros	12	3 350 212	4 166 856
Ativos por impostos diferidos	13	361 990	356 983
Outras contas a receber	17	298 282	263 361
Diferimentos	18	544 218	514 015
		13 304 882	14 318 460
Ativo corrente			
Inventários	19	1 220 741	1 227 997
Ativos biológicos	9	2 817	2 849
Clientes	14	853 535	783 198
Adiantamentos a fornecedores	15	9 652	7 088
Estado e outros entes públicos	16	64 720	51 714
Outras contas a receber	17	209 818	239 623
Diferimentos	18	34 855	28 455
Outros ativos financeiros	12	6 671	6 201
Caixa e depósitos bancários	20	1 527 693	770 007
		3 930 502	3 128 196
Ativos não correntes detidos para venda	21	3 786 253	2 453 854
		7 716 755	5 582 050
Total do ativo		21 021 636	19 900 509
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		1 027 151	1 027 151
Reservas legais		738 930	730 231
Outras reservas		99 302	86 762
Ajustamentos em ativos financeiros		(270 486)	(323 862)
Resultados transitados		1 185 952	1 081 256
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe		(75 766)	425 423
Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	22	2 705 082	3 026 960
Interesses que não controlam	23	497 472	682 783
Total do capital próprio		3 202 554	3 709 744
Passivo não corrente			
Provisões	24	52 798	56 137
Financiamentos obtidos	25	6 464 192	5 652 240
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	102 355	107 391
Passivos por impostos diferidos	13	395 506	395 053
Estado e outros entes públicos	16	65 304	76 557
Outras contas a pagar	30	137 325	150 581
Outros passivos financeiros	31	138 490	59 680
Diferimentos	18	2 562 169	2 507 576
		9 918 139	9 005 215
Passivo corrente			
Provisões		63	63
Fornecedores	24	180 705	172 022
Adiantamentos de clientes	27	3 011	1 151
Estado e outros entes públicos	16	90 237	74 637
Acionistas / sócios	29	50 018	18
Financiamentos obtidos	25	2 804 687	3 488 410
Outras contas a pagar	30	1 685 536	1 316 896
Outros passivos financeiros	31	-	-
Diferimentos	18	101 041	91 831
		4 915 298	5 145 029
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	21	2 985 645	2 040 521
		7 900 942	7 185 550
Total do passivo		17 819 082	16 190 766
Total do capital próprio e do passivo		21 021 636	19 900 509

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

RUBRICAS	Notas	Valores em Milhares Euros	
		1º semestre 2013	1º semestre 2012
Vendas e serviços prestados	32	2 201 114	1 840 628
Subsídios à exploração	33	2 585	3 614
Ganhos e perdas imputados de associadas	34	4 703	3 379
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	35	16 364	231 686
Ganhos em alienações de participações	36	-	574 169
Variação nos inventários da produção	37	886	(6 302)
Trabalhos para a própria entidade	38	10 156	15 037
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	39	(150 252)	(130 880)
Fornecimentos e serviços externos	40	(1 110 357)	(1 009 599)
Gastos com o pessoal	41	(573 245)	(397 026)
Ajustamentos de inventários	42	(1 815)	(825)
Imparidade de dívidas a receber	43	(2 268)	(3 726)
Provisões	44	(207)	1 000
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	45	6 933	(49 001)
Aumentos / reduções de justo valor	46	(28 996)	(164 397)
Outros rendimentos e ganhos	47	122 744	64 370
Outros gastos e perdas	48	(57 754)	(42 174)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		440 590	929 950
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	49	(228 593)	(227 822)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	45	(1 031)	59
Subsídios ao investimento	50	36 709	40 061
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		247 676	742 249
Juros e rendimentos similares obtidos	51	1 620	3 451
Juros e gastos similares suportados	51	(245 906)	(219 520)
Resultado antes de impostos		3 390	526 180
Imposto sobre o rendimento do período	52	(53 869)	(47 759)
Resultado líquido do período		(50 478)	478 421
Resultado líquido dos interesses que não controlam	53	25 288	44 731
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe		(75 766)	433 691
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	54	54 220	614 625
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	54	53 926	605 173
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas		-0,19	1,08
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas		0,13	1,51

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

RUBRICAS	Valores em Milhares Euros	
	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Resultado líquido	(50 478)	478 421
Outro rendimento integral		
Rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Remensuração de responsabilidades com planos de benefícios definidos	(240)	-
Outro rendimento integral imputado de associadas e empreendimentos conjuntos	45 052	(6 202)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos (só de rubricas do CP)	-	121
Outros ganhos / perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	(879)	-
Outros ganhos e perdas	25 328	30 157
	69 262	28 235
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Outro rendimento integral imputado de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente	(2 849)	(3 081)
Aumentos / diminuições de valor de activos disponíveis para venda	(95)	19
Variação na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura (só fluxos de caixa)	(3 358)	(16 324)
Outros ganhos / perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	(1 497)	-
	- 7 799	- 19 386
Total de Outro rendimento integral para o período, líquido de imposto sobre o rendimento	61 463	8 850
Total Rendimento Integral	10 985	487 271
Rendimento integral		
Atribuível aos proprietários da empresa-mãe	(22 776)	444 751
Atribuível aos interesses que não controlam	33 761	42 519

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

Demonstração de Alterações no Capital Próprio	TOTAL	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado Líquido do Período	Subtotal (antes de I.M.)	Interesses que não Controlam
Posição em 01-01-2012	3 252 144	1 027 151	724 491	94 717	(479 642)	1 199 306	60 662	2 626 684	625 460
Transações com proprietários no 1º semestre de 2012	(18 966)	-	-	-	-	61 827	(61 827)	-	(18 966)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(22 691)	-	-	-	-	61 827	(61 827)	-	(22 691)
Outras transações	3 725	-	-	-	-	-	-	-	3 725
Rendimento integral no 1º semestre de 2012	487 271	-	5 742	(6 595)	(9 255)	21 169	433 691	444 751	42 519
Resultado líquido do período	478 421	-	-	-	-	-	433 691	433 691	44 731
Outro rendimento integral	8 850	-	5 742	(6 595)	(9 255)	21 169	-	11 061	(2 211)
Posição financeira em 30-06-2012	3 720 449	1 027 151	730 232	88 122	(488 897)	1 282 302	432 526	3 071 436	649 013
Transações com proprietários no 2º semestre de 2012	2 136	-	-	-	-	(67 565)	70 704	3 139	(1 003)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	5 478	-	-	-	-	(70 705)	70 704	(0)	5 478
Outras transações	(6 481)	-	-	-	-	3 140	-	(0)	(6 481)
Rendimento integral no 2º semestre de 2012	(12 840)	-	(1)	(1 360)	165 035	(133 482)	(77 807)	(47 615)	34 774
Resultado líquido do período	(42 239)	-	-	-	-	-	(77 806)	(77 806)	35 567
Outro rendimento integral	29 399	-	(1)	(1 360)	165 035	(133 482)	(0)	30 192	(793)
Posição financeira em 31-12-2012	3 709 744	1 027 151	730 231	86 762	(323 862)	1 081 255	425 423	3 026 961	682 783
Transações com proprietários no 1º semestre de 2013	(518 176)	-	7 319	(10 102)	(251 039)	345 550	(390 828)	(299 102)	(219 074)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(65 905)	-	5 613	(10 102)	-	345 518	(390 828)	(50 000)	(15 904)
Outras transações	3 480	-	1 706	-	5 042	232	-	6 980	(3 500)
Aquisição de ações da ANA	(376 651)	-	-	-	(249 930)	-	-	(249 930)	(126 721)
Aquisição de ações da AdP	(79 100)	-	-	-	(6 151)	-	-	(6 151)	(72 949)
Rendimento integral no 1º semestre de 2013	10 985	0	1 380	22 642	304 415	(240 853)	(110 361)	(22 776)	33 761
Resultado líquido do período	(50 478)	-	-	-	-	-	(75 766)	(75 766)	25 288
Outro rendimento integral	61 463	0	1 380	22 642	304 415	(240 853)	(34 595)	52 990	8 473
Posição financeira em 30-06-2013	3 202 554	1 027 151	738 930	99 302	(270 486)	1 185 952	(75 767)	2 705 082	497 472
Dividendos distribuídos em 2013 (a acionistas da empresa-mãe)	0								
N.º de ações do capital	400 000 000								
Dividendos por ação	-								

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

RUBRICAS	Valores em Milhares Euros	
	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Atividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	2 446 884	1 980 566
Pagamentos a fornecedores	(1 639 841)	(1 542 756)
Pagamentos ao pessoal	(495 579)	(267 841)
Caixa gerada pelas operações	311 464	169 968
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(47 649)	(69 262)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	330 398	152 644
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	594 213	253 351
Atividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Outros ativos fixos tangíveis	573	7 155
Ativos fixos intangíveis	222	160
Investimentos financeiros	461 268	2 534 924
Subsídios ao investimento	37 913	47 156
Juros e rendimentos similares	13 168	12 435
Empréstimos concedidos	16	-
Dividendos	28 865	262 190
	542 026	2 864 020
Pagamentos respeitantes a:		
Outros ativos fixos tangíveis	(28 882)	(60 255)
Propriedades de investimento	(183)	(2 097)
Outros ativos intangíveis	(81 040)	(101 899)
Investimentos financeiros	(38 906)	(186 603)
Empréstimos concedidos	-	(1 219)
Outros ativos	(277)	(268)
Direito de concessão	(800 000)	(597)
	(949 288)	(352 939)
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>	(407 262)	2 511 081
Atividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	3 207	3 725
Financiamentos obtidos	1 970 285	269 852
Juros e rendimentos similares	11 437	1 245
Outras operações de financiamento	-	1 000
	1 984 929	275 822
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(1 012 851)	(444 126)
Contratos de locação financeira	(64 748)	(69 384)
Juros e gastos similares	(146 781)	(122 950)
Dividendos	(17 094)	(35 428)
Outras operações de financiamento	(335)	-
	(1 241 809)	(671 888)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>	743 121	(396 066)
Variações de caixa e seus equivalentes	930 072	2 368 366
Das quais provenientes de unidades operacionais descontinuadas (Nota 53)	2 663 920	192 692
Efeito das diferenças de câmbio	(13 908)	(630)
Caixa e seus equivalentes no início do período	658 647	471 180
Descobertos bancários	170 448	278 104
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 574 811	2 838 917

Reconciliação da Caixa e seus equivalentes

RUBRICAS	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 574 811	2 838 917
Descobertos bancários	170 448	278 104
Variações de caixa por concentrações	490 426	-
Outros	1 464	1 466
Caixa e seus equivalentes classificados como ativos não correntes detidos para venda	(709 457)	(176 433)
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	1 527 692	2 942 054

NOTAS

1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA (abreviadamente designada por Empresa ou PARPÚBLICA) é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- a) Gestão de participações em empresas em processo de privatização ou privatizáveis a prazo;
- b) Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo governo;
- c) Reestruturação de empresas transferidas para a sua carteira para o efeito;
- d) Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- e) Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- f) Apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças na tutela financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral;
- g) Promoção da utilização das parcerias público-privadas para o desenvolvimento de serviços públicos em condições de maior qualidade e eficiência.

Considerando as atividades desenvolvidas pelas entidades cujas demonstrações financeiras foram incluídas na consolidação do Grupo PARPÚBLICA e a forma de reporte da informação, foram identificados nove segmentos de negócio: (i) Parpública; (ii) Gestão e Promoção Imobiliária; (iii) Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal; (iv) Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança; (v) Atividades Aeronáuticas; (vi) Águas e Resíduos; (vii) Mercados abastecedores; (viii) Serviços postais e (ix) Diversos.

Relato por segmentos

Valores em milhares de Euros

Rubricas	30-Jun-13											Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	SGPS	Atividades Operativas									Total		
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Actividades Aeronáuticas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Serviços Postais	Diversos				
Ativos													
Ativos Não Correntes	6 736 029	610 219	86 109	75 697	1 064 183	6 624 205	185 473	0	120 730	8 766 616	(2 197 763)	13 304 882	
Ativos Correntes	1 894 004	1 198 803	12 651	92 811	3 119 953	965 731	8 324	1 209 844	14 489	6 622 605	(799 855)	7 716 755	
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	<i>937 255</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>2 420 157</i>	<i>0</i>	<i>2 807</i>	<i>1 209 844</i>	<i>0</i>	<i>3 632 808</i>	<i>(783 810)</i>	<i>3 786 253</i>	
Ativos totais	8 630 034	1 809 022	98 761	168 507	4 184 136	7 589 936	193 796	1 209 844	135 218	15 389 220	(2 997 618)	21 021 636	
Passivos													
Passivos Não Correntes	3 883 727	489 704	17 092	32 716	885 046	5 453 636	98 230	0	84 446	7 060 870	(1 026 458)	9 918 139	
<i>(dos quais de financiamento obtido)</i>	<i>3 226 198</i>	<i>442 491</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>695 962</i>	<i>2 460 833</i>	<i>46 179</i>	<i>0</i>	<i>84 055</i>	<i>3 729 521</i>	<i>(491 527)</i>	<i>6 464 192</i>	
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>17</i>	<i>-</i>	<i>1 904 624</i>	<i>26 275</i>	<i>0</i>	<i>-</i>	<i>1 930 916</i>	<i>-</i>	<i>1 930 916</i>	
Passivos Correntes	2 420 346	88 777	2 873	14 183	3 426 623	955 763	43 286	953 303	15 859	5 500 666	(20 070)	7 900 942	
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>2 032 274</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>953 303</i>	<i>-</i>	<i>2 985 576</i>	<i>68</i>	<i>2 985 645</i>	
<i>(dos quais de financiamento obtido)</i>	<i>1 781 550</i>	<i>3 039</i>	<i>-</i>	<i>2 544</i>	<i>339 025</i>	<i>635 755</i>	<i>34 805</i>	<i>0</i>	<i>9 875</i>	<i>1 025 043</i>	<i>(1 907)</i>	<i>2 804 687</i>	
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1 194</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>771</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1 965</i>	<i>-</i>	<i>1 965</i>	
Passivos totais	6 304 073	578 481	19 965	46 899	4 311 669	6 409 399	141 516	953 303	100 305	12 561 536	(1 046 527)	17 819 082	
Capital Próprio do Grupo	2 325 961	1 229 152	78 796	121 608	-135 690	704 176	47 303	254 775	30 092	2 330 212	(1 951 090)	2 705 082	
Interesses que não controlam	0	1 388	-	-	8 158	476 360	4 977	1 767	4 821	497 472	-	497 472	
Capital Próprio	2 325 961	1 230 541	78 796	121 608	-127 532	1 180 537	52 280	256 541	34 913	2 827 684	(1 951 090)	3 202 554	

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

Relato por segmentos

Valores em milhares de Euros

Rubricas	31-Dez-12									
	SGPS	Atividades Operativas							Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Atividades Aeronáuticas	Águas e Resíduos	Diversos	Total		
Ativos										
Ativos Não Correntes	7 838 587	616 910	86 436	77 234	1 119 280	6 596 547	96 432	8 592 839	(2 112 967)	14 318 460
Ativos Correntes	535 639	1 244 773	12 112	98 942	2 975 555	1 002 982	15 948	5 350 311	(303 900)	5 582 050
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	200 604	0	0	0	2 438 003	0	0	2 438 003	(184 754)	2 453 854
Ativos totais	8 374 226	1 861 683	98 547	176 176	4 094 835	7 599 529	112 380	13 943 150	(2 416 867)	19 900 509
Passivos										
Passivos Não Correntes	2 755 420	489 786	17 092	32 674	980 430	5 526 156	83 513	7 129 651	(879 856)	9 005 215
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	2 365 496	442 694	-	0	775 390	2 476 131	82 980	3 777 195	(490 451)	5 652 240
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	-	-	-	17	-	1 925 338	-	1 925 355	-	1 925 355
Passivos Correntes	3 081 086	149 499	2 903	19 849	3 104 837	937 006	16 809	4 230 904	(126 440)	7 185 550
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	-	-	-	-	2 040 521	-	-	2 040 521	-	2 040 521
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	2 589 568	67 239	-	10 196	258 674	619 911	7 128	963 148	(64 305)	3 488 410
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	0	0	1 332	-	-	-	0	1 332	-	1 332
Passivos totais	5 836 506	639 286	19 995	52 523	4 085 267	6 463 162	100 322	11 360 555	(1 006 296)	16 190 766
Capital Próprio do Grupo	2 537 720	1 220 963	78 553	123 652	-129 943	599 207	7 380	1 899 812	(1 410 572)	3 026 960
Interesses que não controlam	0	1 435	-	-	139 511	537 160	4 678	682 783	-	682 783
Capital Próprio	2 537 720	1 222 398	78 553	123 652	9 568	1 136 367	12 058	2 582 595	(1 410 572)	3 709 744

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

Relato por segmentos

Valores em milhares de Euros

Rubricas	1º semestre 2013											Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	SGPS		Atividades Operativas								Total		
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Atividades Aeronáuticas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Serviços Postais	Diversos				
Vendas e serviços prestados	-	42 135	1 206	37 663	1 372 238	394 327	7 814	344 185	5 041	2 204 609	(3 495)	2 201 114	
Subsídios à exploração	-	-	933	-	1 603	49	-	-	-	2 585	-	2 585	
Ganhos e perdas imputados de associadas	5 080	6	-	-	(383)	-	-	-	-	(377)	-	4 703	
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	127 656	-	-	-	14	-	-	-	-	14	(111 306)	16 364	
Ganhos em alienações de participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade	-	(2)	926	(869)	2 193	8 648	-	146	-	11 042	-	11 042	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(10 167)	(1 532)	(8 616)	(107 121)	(15 054)	-	(7 760)	(1)	(150 252)	-	(150 252)	
Fornecimentos e serviços externos	(1 215)	(5 732)	(1 343)	(6 146)	(870 425)	(110 640)	(1 625)	(115 591)	(1 136)	(1 112 638)	3 495	(1 110 357)	
Gastos com o pessoal	(961)	(2 815)	(1 135)	(10 824)	(320 880)	(73 887)	(826)	(161 550)	(367)	(572 284)	-	(573 245)	
Ajustamentos de inventários	-	1 679	-	1	(3 307)	-	-	(188)	-	(1 815)	-	(1 815)	
Provisões	(145 527)	(120)	-	-	2 717	717	-	(3 520)	-	(207)	145 527	(207)	
Imparidade (reversão) de activos não depreciáveis / amortizáveis	2 033	(175)	-	4 935	106	(509)	3	(1 729)	-	2 632	-	4 664	
Aumentos / reduções de justo valor	(40 309)	(2 853)	854	-	(135)	13 267	-	-	180	11 313	-	(28 996)	
Outros rendimentos e ganhos	27 062	2 663	1 327	1 289	28 900	26 723	107	10 977	188	72 174	23 508	122 744	
Outros gastos e perdas	(36)	(2 527)	(166)	(2 483)	(41 077)	(6 073)	(262)	(5 127)	(3)	(57 718)	0	(57 754)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(26 216)	22 092	1 070	14 949	64 444	237 568	5 211	59 841	3 902	409 077	57 730	440 590	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(22)	(525)	(625)	(2 505)	(85 903)	(121 310)	(2 537)	(12 414)	(2 753)	(228 571)	-	(228 593)	
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	-	1	-	-	-	-	-	(1 031)	-	(1 031)	-	(1 031)	
Subsídios ao investimento	-	-	138	-	111	36 075	386	-	-	36 709	-	36 709	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(26 238)	21 568	583	12 444	(21 348)	152 333	3 060	46 396	1 149	216 185	57 730	247 676	
Juros suportados	(117 087)	(12 850)	(0)	(140)	(52 516)	(54 381)	(1 574)	(140)	(3 407)	(125 008)	18 046	(224 048)	
Outros ganhos e perdas de financiamento	(4 731)	38	-	-	(10 368)	(5 000)	(142)	(34)	-	(15 506)	-	(20 237)	
Resultado antes de impostos	(148 056)	8 755	583	12 304	(84 232)	92 952	1 345	46 223	(2 258)	75 671	75 776	3 390	
Imposto sobre o rendimento do período	(10)	(3 307)	(26)	(4 041)	(8 964)	(22 642)	(475)	(14 405)	-	(53 859)	-	(53 869)	
Resultado líquido do período	(148 066)	5 449	557	8 263	(93 196)	70 310	870	31 818	(2 258)	21 812	75 776	(50 478)	
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	0	41	-	-	2 122	23 346	27	174	-422	25 288	-	25 288	
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(148 066)	5 408	557	8 263	(95 318)	46 964	843	31 644	(1 836)	(3 476)	75 776	(75 766)	
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	7 205	-	-	-	15 644	-	-	31 803	-	47 447	(432)	54 220	
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	7 205	-	-	-	15 524	-	-	31 629	-	47 153	(432)	53 926	

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

Relato por segmento

Valores em milhares de Euros

Rubricas	1º semestre 2012									Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	SGPS		Atividades Operativas						Total		
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Actividades Aeronáuticas	Águas e Resíduos	Diversos				
Vendas e serviços prestados	-	40 511	1 072	43 083	1 333 588	415 664	6 711	1 840 628	-	1 840 628	
Subsídios à exploração	-	-	955	6	1 805	96	752	3 614	-	3 614	
Ganhos e perdas imputados de associadas	5 654	-	-	-	(2 275)	-	-	3 379	-	3 379	
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	261 596	-	-	-	11	-	-	261 607	(29 922)	231 686	
Ganhos em alienações de participações	574 169	-	-	-	-	-	-	574 169	-	574 169	
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade	-	(2 153)	620	1 241	(4 964)	13 991	-	8 735	-	8 735	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(9 972)	(1 257)	(10 992)	(93 820)	(14 834)	(5)	(130 880)	-	(130 880)	
Fornecimentos e serviços externos	(890)	(6 698)	(1 111)	(6 342)	(883 074)	(109 236)	(2 247)	(1 009 599)	-	(1 009 599)	
Gastos com o pessoal	(861)	(3 117)	(1 062)	(10 764)	(311 159)	(69 604)	(460)	(397 026)	-	(397 026)	
Ajustamentos de inventários	-	275	-	134	(1 234)	-	-	(825)	-	(825)	
Provisões	-	(120)	-	-	2 178	(1 058)	-	1 000	-	1 000	
Imparidade (reversão) de activos não depreciáveis / amortizáveis	(48 807)	(75)	32	1 536	(2 362)	(2 623)	(234)	(52 534)	(194)	(52 728)	
Aumentos / reduções de justo valor	(154 904)	180	508	-	-	(10 587)	406	(164 397)	-	(164 397)	
Outros rendimentos e ganhos	124 921	7 169	1 187	1 785	28 269	24 015	590	187 935	(123 566)	64 370	
Outros gastos e perdas	(840)	(4 053)	(42)	(5 020)	(25 283)	(6 926)	(10)	(42 174)	-	(42 174)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	760 038	21 946	902	14 666	41 679	238 898	5 503	1 083 632	(153 681)	929 950	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(38)	(564)	(902)	(2 861)	(101 007)	(119 791)	(2 658)	(227 822)	-	(227 822)	
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	-	59	-	-	-	-	-	59	-	59	
Subsídios ao investimento	-	-	73	-	2 070	37 918	-	40 061	-	40 061	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	760 000	21 441	73	11 805	(57 258)	157 025	2 845	895 930	(153 681)	742 249	
Juros suportados	(112 319)	(33 646)	(22)	(233)	(32 120)	(56 472)	(2 431)	(237 243)	32 859	(204 384)	
Outros ganhos e perdas de financiamento	(5 349)	82	-	-	(5 829)	(2 097)	1 510	(11 683)	-	(11 683)	
Resultado antes de impostos	642 332	(12 124)	51	11 571	(95 207)	98 456	1 924	647 003	(120 822)	526 180	
Imposto sobre o rendimento do período	(8)	2 881	(12)	(4 679)	(14 162)	(31 779)	-	(47 759)	-	(47 759)	
Resultado líquido do período	642 323	(9 243)	39	6 892	(109 369)	66 677	1 924	599 244	(120 823)	478 421	
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	0	55	-	-	11 398	33 260	18	44 731	-	44 731	
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	642 323	(9 297)	39	6 892	(120 767)	33 417	1 906	554 514	(120 822)	433 691	
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	621 241	-	-	-	-6 616	-	-	614 625	-	614 625	
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	621 241	-	-	-	-16 069	-	-	605 173	-	605 173	

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

2 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

2a - Introdução

As presentes demonstrações financeiras consolidadas respeitam ao período anual findo em 30 de Junho de 2013, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das empresas do Grupo efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo e estão apresentadas em milhares de euros, salvo quando referida outra unidade.

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo PARPÚBLICA na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são expostas nas notas seguintes. Excetuando as situações descritas na nota 2b, estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (International Accounting Standards and Interpretations), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas. Requer igualmente que a Administração exerça juízos de valor ao aplicar as políticas contabilísticas do Grupo PARPÚBLICA da forma mais apropriada. As áreas onde foram feitas as estimativas e os juízos de valor mais significativos encontram-se apresentadas na nota 2ac.

Todas as quantias são apresentadas em milhares de euros, arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de forma diferente.

2b – Alterações nas políticas contabilísticas

2bi Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2013

- **Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho) – Apresentação de rubricas de Outro rendimento integral** > (i) As alterações introduzem nova terminologia para o título da “Demonstração de rendimento integral”, que na norma passa a ser redenominada como “Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral”. Contudo, a aplicação e uso do título redenominado não é de aplicação obrigatória, podendo as entidades continuar a usar para as suas demonstrações financeiras títulos que não sejam usados na norma.

(ii) As alterações da IAS 1 mantêm a possibilidade de apresentar os resultados e o outro rendimento integral quer numa única demonstração quer em duas demonstrações separadas (opção seguida pelo Grupo PARPÚBLICA), desde que consecutivas. Contudo, as alterações à IAS 1 requerem que as rubricas de outro rendimento integral sejam agrupadas em duas categorias: a) rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, e b) rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, logo que estejam preenchidas determinadas condições. As alterações à

IAS 1 devem ser aplicadas retrospectivamente, pelo que a apresentação (grupos separados) das rubricas de outro rendimento integral deve ser modificada para refletir estas alterações também no período comparativo.

Para além das alterações de apresentação referidas no ponto (ii) anterior, as alterações à IAS 1 não produzem outro impacto nos resultados, outro rendimento integral e total de rendimento integral.

- **Alterações à IAS 19 Benefícios dos empregados (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho)** > As alterações mais significativas nesta nova versão da IAS 19 relacionam-se com a contabilização de alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As alterações na nova versão da IAS 19 requerem que as alterações nas obrigações de benefícios definidos e as alterações no justo valor dos ativos do plano sejam reconhecidas no momento em que ocorrem, eliminando assim a abordagem de “corridor” permitida pela versão anterior da IAS 19 e acelerando assim o reconhecimento dos custos com serviços passados. Com esta nova versão da IAS 19, todos os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos imediatamente em outro rendimento integral. Além disso, o custo de juros e retorno esperado dos ativos do plano, usados na versão anterior da IAS 19 são substituídos, nesta nova versão, por um montante de “juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos”, que é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos.

Estas alterações têm impacto, fundamentalmente nos montantes reconhecidos em resultados e em outro rendimento integral em anos anteriores. Em adição, esta nova versão da IAS 19 introduz determinadas alterações na apresentação dos custos de benefícios definidos, incluindo divulgações mais extensivas.

A nova versão da IAS 19 foi aplicada retrospectivamente.

- **Adoção da IFRS 13 Mensuração pelo justo valor (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)** > A IFRS 13 estabelece um quadro único para o cálculo do justo valor de acordo com as IFRS (exceto para pagamentos com base em ações no âmbito da IFRS 2, transações de locação no âmbito da IAS 17 e mensurações que têm algumas semelhanças com o justo valor, mas que não são justo valor, como por exemplo o valor realizável líquido na mensuração de inventários, ou como por exemplo o valor de uso para aferição de imparidades) e fornece orientações abrangentes sobre a forma de calcular o justo valor de ativos e passivos, tanto financeiros como não financeiros. A IFRS 13 define justo valor como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração. O justo valor na IFRS 13 consiste num “preço de saída”, independente de esse preço ser diretamente observável ou estimado por recurso a outra técnica de avaliação.

A IFRS 13 inclui requisitos extensos de divulgações adicionais.

A IFRS 13 requer apenas uma aplicação prospetiva, a partir de 1 de janeiro de 2013, pelo que os requisitos de divulgação não são exigidos para a informação comparativa de períodos anteriores antes da aplicação inicial da norma.

Para além dos requisitos de divulgações adicionais não ocorrem impactos nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- **Alterações à IAS 12 Impostos sobre o rendimento (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro) – Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes** > O objetivo das alterações consiste em introduzir uma exceção ao princípio de mensuração contido na IAS 12, sob a forma de uma presunção refutável de que o montante escriturado de um bem de investimento mensurado pelo justo valor será recuperado através da venda e que uma entidade será obrigada a utilizar a taxa de imposto aplicável à venda do ativo subjacente. Estas alterações à IAS 12 vêm suprimir a SIC 21 Impostos sobre o Rendimento — Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados, cujo teor passa a estar incluído na própria norma que passa a incluir mais exemplos ilustrativos de aplicação.

Estas alterações não tiveram impactos nos montantes e divulgações das demonstrações financeiras.

- **Alterações à IFRS 1 Adoção pela primeira vez**

(i) Hiperinflação grave e supressão de datas fixas para os adotantes pela primeira vez: (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro) > O objetivo destas emendas à IFRS 1 consiste em introduzir uma nova isenção, designadamente, as entidades que foram sujeitas a uma hiperinflação grave são autorizadas a utilizar o justo valor como custo considerado para os seus ativos e passivos na demonstração financeira de abertura de acordo com as IFRS. As emendas substituem ainda as referências a datas fixas, na IFRS 1, por referências à data de transição.

(ii) Empréstimos governamentais (Regulamento n.º 183/2013, de 4 de março) > As emendas à IFRS 1 tratam os empréstimos recebidos de Governos a uma taxa de juro inferior à do mercado e têm por objetivo conceder aos adotantes pela primeira vez das IFRS uma dispensa da aplicação total e retrospectiva na transição para as IFRS.

Estas alterações na IFRS 1 não tiveram impactos nos montantes e divulgações das demonstrações financeiras.

- **IFRIC 20 Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)** > O objetivo da IFRIC 20 consiste em fornecer orientações sobre o reconhecimento dos custos de produção relacionados com a descobertura como um ativo e sobre a mensuração inicial e subsequente do ativo correspondente às atividades de descobertura, de forma a reduzir a diversidade, na prática, quanto à forma como as entidades contabilizam os custos de descobertura incorridos na fase de produção de uma mina a céu aberto.

Da adopção da IFRIC 20 não resultaram impactos materiais nos montantes e divulgações das demonstrações financeiras.

- **Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e à IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação (Regulamento n.º 1256/2012, de 13 de dezembro)** > O objetivo da emenda à IFRS 7 é exigir a apresentação de informação quantitativa adicional sobre compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, de maneira a que os utentes possam comparar e conciliar melhor as divulgações

de acordo com as IFRS e as divulgações de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites (GAAP) dos EUA. Por outro lado, o IASB emendou a IAS 32 por forma a fornecer orientações adicionais para reduzir as incoerências na aplicação prática da norma.

- **Melhoramentos anuais: ciclo de 2009-2011 (Regulamento n.º 301/2013, de 27 de março)** > Os melhoramentos incluem emendas a cinco IFRS, que se sumarizam de seguida:
 - **IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Aplicação repetida da IFRS 1** > As emendas clarificam que uma entidade pode aplicar a IFRS 1 se as mais recentes demonstrações financeiras não continham uma declaração de conformidade, explícita e sem reservas, com as IFRS, mesmo se já tivesse aplicado a IFRS 1 no passado.
 - **IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Custos de empréstimos obtidos** > As emendas clarificam que custos de empréstimos obtidos capitalizados de acordo com PCGA anteriores antes da data de transição para as IFRS poderão ser usados sem ajustamento no montante previamente capitalizado à data de transição.
 - **IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras - Clarificação dos requisitos para informação comparativa** > As emendas especificam que uma terceira demonstração da posição financeira é requerida quando: a) uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente, ou efetua uma reexpressão ou reclassificação retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras, e b) a aplicação retrospectiva, reexpressão ou reclassificação tem um efeito material na informação na terceira demonstração da posição financeira. As emendas especificam que não é requerido que sejam apresentadas as notas conexas acompanhem a terceira demonstração da posição financeira.
 - **IAS 16 Ativos fixos tangíveis - Classificação de equipamentos de serviço (peças sobressalentes, equipamentos de reserva e de manutenção)** > As emendas clarificam que as peças sobressalentes, equipamento de reserva e de manutenção devem ser classificados como ativos fixos tangíveis quando cumprem a definição de ativos fixos tangíveis estabelecida na IAS 16 e como inventários nas outras situações.
 - **IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Efeito fiscal da distribuição aos detentores de instrumentos de capital próprio** > As emendas clarificam que o imposto sobre o rendimento nas distribuições aos detentores de instrumentos de capital próprio devem ser contabilizados de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.
 - **IAS 34 Relato financeiro intercalar** > As emendas clarificam que o total de ativos e total de passivos de um determinado segmento de relato deverão ser divulgados separadamente se esses montantes forem apresentados regularmente ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais e se se tiver verificado uma alteração substancial do valor divulgado nas últimas demonstrações financeiras anuais para esse segmento de relato.

2bii Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2014

- **Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos**

conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro) > O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial. A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores. A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu igualmente uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28.

Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril) > O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.

2c - Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas das entidades integradas no Grupo PARPÚBLICA são apresentadas como as de uma única entidade económica. As transações e balanço intra-grupo são eliminados integralmente.

As subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se listadas na nota 2e.

2d - Concentrações de atividades empresariais

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incorporam os resultados de concentrações de atividades empresariais usando o método de compra. Os resultados das operações das adquiridas são incluídos na demonstração consolidada dos resultados a partir da data em que o controlo é obtido.

2e - Subsidiárias

Foram consideradas como subsidiárias todas as entidades controladas pelo Grupo PARPÚBLICA, considerando-se controlo como o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter benefícios das suas atividades. Presumiu-se a existência de controlo quando a PARPÚBLICA possui direta ou indiretamente através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade.

As entidades que se qualificam como subsidiárias são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2013	31 Dez 2012
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	80,99%	72,17%
ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. (a)	Lisboa	Exploração do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil em Portugal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	68,56%
CE – Circuito do Estoril, SA	Alcabideche	Organização de eventos desportivos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Companhia das Lezírias, S.A.	Samora Correia	Produção agrícola e animal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	Lisboa	Produção de moeda, impressos e publicações	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
CTT – Correios de Portugal, S.A. (a)	Lisboa	Serviços Postais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	-
SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A.	S. Julião do Tojal	Promoção, Construção, instalação, exploração e gestão de mercados destinados ao comércio grossista	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	-
MARGUEIRA - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Almada	Gestora do fundo de investimento imobiliário Margueira Capital	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A.	Lisboa	Est., desenv. E participação em investimentos mobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	80,50%	80,50%
SAGESTAMO - Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais e prestação de serviços	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão das participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Aquasis, S.A.	Lisboa	Sistemas de Informação Geográfica	AdP - Águas de Portugal Serviços, S.A.	54,98%	54,98%
			EGF	0,01%	0,01%
			AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	0,01%	0,01%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2013	31 Dez 2012
Águas de Santo André, S.A.	V.N. Santo André	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Lisboa	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Empresa Geral do Fomento, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP Energias, S.A. (Reciclamas – Multigestão Ambiental, S.A.)	Lisboa	Gestão ambiental	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Internacional, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Aquatec, Lda	Maputo	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Brasil, S.A.	Rio de Janeiro	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Algarve, S.A.	Faro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,44%	54,44%
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Évora	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Centro, S.A.	Castelo Branco	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,00%	70,00%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Porto	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2013	31 Dez 2012
Águas do Noroeste, S.A.	Barcelos	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	56,66%	56,66%
Águas do Mondego, S.A.	Taveiro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Norte Alentejano, S.A.	Portalegre	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Oeste, S.A.	Óbidos	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Vila Real	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,54%	70,54%
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Guarda	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	87,46%	87,46%
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Aveiro	Gestão integrada dos serviços municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
AgDA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Beja	Exploração e gestão Concessionária do Sistema de exploração e gestão dos serviços de água "em alta"	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2013	31 Dez 2012
Sanest, S,A	Cascais	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Simarsul, S.A.	Setúbal	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Simlis, S.A.	Leria	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,16%	70,16%
Simria, S.A.	Aveiro	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	67,72%	67,72%
Simtejo S.A.	Lisboa	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,50%	50,50%
Simdouro S.A.	Vila Nova de Gaia	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Algar, S.A.	Faro	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	56,00%	56,00%
Amarsul, S.A.	Moita	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Ersuc, S.A	Coimbra	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,46%	51,46%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2013	31 Dez 2012
Resiestrela, S.A.	Fundão	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	62,95%	62,95%
Resinorte, S.A.	Celorico de Basto	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Resulima, S.A.	Viana do Castelo	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Suldouro, S.A.	Sermonde	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	60,00%	60,00%
Valnor, S.A.	Avis	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	53,33%	53,33%
Valorlis, S.A.	Leiria	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Valorminho, S.A.	Valença	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Valorsul, S.A.	São João da Talha	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	56,17%	56,17%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2013	31 Dez 2012
ANAM – Aerop. Navegação Aérea da Madeira, SA (a)	Funchal	Gestão de infraestruturas aeroportuárias	ANA, SA	80,00%	70,00%
Portway- Handling de Portugal, SA. (a)	Lisboa	Handling	ANA, S.A.	100,00%	100,00%
Lazer e Floresta - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal Imobiliário Turístico e Cingético,SA	Lisboa	Desenvolvimento agro-florestal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A.	Lisboa	Minas / minérios	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	81,13%	81,13%
BAÍA DO TEJO, S.A. (ex-QUIMIPARQUE – Parques Empresariais, S.A.	Barreiro	Desenvolvimento e gestão de parques empresariais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AMBISIDER - Recuperações Ambientais, S.A.	Paio Pires	Desmantelamento de inst. industriais e recup. Ambiental	BAÍA DO TEJO, S.A.	100,00%	100,00%
ECODETRA - Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A.	Paio Pires	Aterro de resíduos industriais especiais	BAÍA DO TEJO, S.A.	51,00%	51,00%
APIS – Associação Parque Industrial do Seixal	Lisboa	Parques tecnológicos e industriais	BAÍA DO TEJO, S.A.	93,77%	93,77%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Estamo	Lisboa	Fundo Imobiliário	SAGESECUR, S.A. ESTAMO, SGPS, S.A.	99,97% 0,03%	99,97% 0,03%
CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
FUNDIESTAMO - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	Administração de Fundos de Investimento Imobiliário	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	Lisboa	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAPGER - Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de gestão	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
CATERINGPOR - Catering de Portugal, S.A.	Lisboa	Catering	TAPGER, S.A.	51,00%	51,00%
L.F.P. - Lojas Francas de Portugal, S.A.	Lisboa	Exploração de “free shop”	TAPGER, S.A.	51,00%	51,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2013	31 Dez 2012
MEGASIS - Soc. de Serviços e Engenharia Informática, S.A.	Lisboa	Engenharia e prestação de serviços informáticos	TAPGER, S.A.	100,00%	100,00%
U.C.S. - Cuidados Integrados de Saúde, S.A.	Lisboa	Prestação de cuidados de saúde	TAPGER, S.A.	100,00%	100,00%
Aeropar Participações, S.A.	Brasil	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A. PORTUGÁLIA	99,00% 1,00%	99,00% 1,00%
PORTUGÁLIA – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“PORTUGÁLIA”)	Lisboa	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM)	Brasil	Manutenção e engenharia aeronáutica	Aeropar Participações TAP, SGPS, S.A.	47,64% 51,00%	47,64% 51,00%
CTT Expresso, S.A. (a)	São Julião do Tojal	CEP e Logística	CTT - Correios de Portugal, SA	100,00%	-
CORRE - Correio Expresso Moçambique, S.A. (a)	Moçambique e	CEP	CTT - Correios de Portugal, SA	50,00%	-
Tourline Express Mensajeria, S.A. (a)	Barcelona	CEP e Logística	CTT - Correios de Portugal, SA	100,00%	-
Post Contacto - Correio Publicitário, Lda. (a)	Lisboa	Correio não Endereçado	CTT - Correios de Portugal, SA	95,00%	-
CTT Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A. (a)	Lisboa	Gestão de Equipamentos e Serviços	CTT - Correios de Portugal, SA	100,00%	-
Payshop Portugal, S.A. (a)	Lisboa	Gestão de Rede de Pontos de Pagamentos	CTT - Correios de Portugal, SA	100,00%	-
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A. (a)	Palmela	Custódia e Gestão de Arquivos	CTT - Correios de Portugal, SA	51,00%	-
Mailtec Holding, SGPS, S.A. (a)	Amadora	Serviço Documental	CTT - Correios de Portugal, SA	100,00%	-
Mailtec Consultoria S.A. (a)	Amadora	Serviço Documental	CTT - Correios de Portugal, SA. Mailtec Holding, SGPS, S.A.	10,00% 90,00%	-
Mailtec Comunicação S.A. (a)	Amadora	Serviço Documental	CTT - Correios de Portugal, SA. Mailtec Holding, SGPS, S.A.	18,00% 82,00%	-
Mailtec Processos, Lda (a)	Amadora	Serviço Documental	Mailtec Holding, SGPS, S.A.	100,00%	-

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2013	31 Dez 2012
Post Contacto - Correio Publicitário, Lda. (a)	Lisboa	Correio não Endereçado	CTT Expresso, S.A.	5,00%	-
MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.	Lisboa	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARL	SIMAB, S.A.	87,87%	-
MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A.	Braga	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARB	SIMAB, S.A.	83,35%	-
MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A.	Faro	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARF	SIMAB, S.A.	74,68%	-
MARE – Mercado Abastecedor da Região de Évora, S.A.	Évora	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARÉ	SIMAB, S.A.	68,85%	-

(a) Entidade incluída no grupo de empresas para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5.

Em janeiro de 2013 foi transferido para a PARPÚBLICA um conjunto de participações pelo Estado como forma de compensação pela entrega das receitas de reprivatizações através do Despacho 2468/12-SET, de 28 de dezembro, destacando-se 100% do capital dos CTT – Correios de Portugal, SA (CTT) e da SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA, 31,44% da ANA -Aeroportos de Portugal, SA e 8,82% da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA. Relativamente a estas aquisições os preços e os valores dos ativos podem vir a ser alterados em função de avaliações que têm vindo a ser efetuadas, pelo que o goodwill pode vir a ser ajustado.

O Grupo ANA e o Grupo CTT foram incluídos num grupo para alienação classificado como detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

O Grupo EGF, incluído no Grupo AdP, não foi ainda classificado como ativo não corrente detido para venda por não estarem ainda aprovados pelo Governo todos os instrumentos legislativos tendentes à respetiva privatização.

2f - Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo PARPÚBLICA tenha influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos. Influência

significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Considerou-se a existência de influência significativa quando a PARPÚBLICA detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

As entidades que se qualificam como associadas, excluindo aquelas cujas participações estão classificadas nos ativos não correntes detidos para venda (vide nota 21), são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2013	31 Dez 2012
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	Lisboa	Administrações de unidades de cuidados de saúde	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	45,00%	45,00%
Parcaixa, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	49,00%	49,00%
INAPA – Investimentos Participações e Gestão, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	24,04%	24,04%
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	Faro	Desenvolvimento de empreendimentos turísticos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	31,05%	31,05%
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, SA (b)	Lisboa	Exercício de atividade bancária	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	20,00%	20,00%
Águas de Timor, S.A. (a)	Timor	Exploração de serviço de abastecimento de água	AdP – Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Clube de Golf das Amoreiras, S.A.(a)	Lisboa	Promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe.	EPAL, S.A.	100,00%	100,00%
ORIVÁRZEA, S.A.	Benavente	Produção e comercialização de arroz	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	26,82%	26,81%
CLR – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	Benavente	Receção, triagem e primeira transformação de madeira, biomassa e produtos e subprodutos florestais	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	20,00%	20,00%
Multicert – Serviços de Certificação Eletrónica	Lisboa	Serviços de Certificação Eletrónica	INCM	20,00%	20,00%
Trevoeste	Alcobaça	Saneamento de águas residuais.	AdP, SGPS	43,24%	43,24%
Miese	Vila Real		AdP Energias, S.A.	40,00%	40,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2013	31 Dez 2012
SML – Sociedade Mineira do Lucapa, Lda	Angola	Exploração, prospeção e extração de diamantes.	SPE, S.A.	49,00%	49,00%
Propnery – Propriedades e Equipamentos, S.A.	Torres Novas	Compra, venda e aluguer de de bens imobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	41,82%	-
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”)	Lisboa	Handling	TAPGER, SA PORTUGÁLIA	43,90% 6,00%	43,90% 6,00%

(a) Entidade sem atividade em 2013, em fase de liquidação.

(b) Entidade em fase de liquidação.

Informação financeira resumida nas associadas:

Valores em milhares de euros

Empresas Participadas	Ativo total 30Jun13	Ativo total 2012	Passivo 30Jun13	Passivo 2012	Total rendimentos e ganhos 30Jun13	Total rendimentos e ganhos 30Jun12	RL 30Jun13	RL 30Jun12
Águas de Timor (i)	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.
Clube Golf das Amoreiras (i)	1 379	1 388	1 398	1 393	N.d.	N.d.	-14	-16
CRE DIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (ii)	11 778	11 796	0	348	0	N.d.	-19	N.d.
CLR – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	3	3	3	3	0	0	-2	-2
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	41 944	43 431	32 067	33 149	17 645	16 404	-405	-2 293
INAPA – Investimentos Participações e Gestão, S.A.	662 520	677 239	465 664	480 067	459 524	491 287	594	396
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	N.d.	207	N.d.	1	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.
Miese	17	32	7	13	N.d.	N.d.	-9	-4
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	5 003	N.d.	1 284	N.d.	3 716	4 030	656	617
ORIVÁRZEA, S.A.	15 325	15 325	9 226	9 226	17 402	17 137	452	444
Parcaixa, SGPS, S.A.	951 159	931 153	14 024	8 366	12 588	16 090	10 491	13 392
PORTOSIDER (iv)	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.
SML – Sociedade Mineira do Lucapa, Lda	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”)	23 405	23 675	29 375	28 887	N.d.	50 667	-768	-2 275
Propnery - Propriedades e Equipamentos, S.A. (iii)	N.d.	3 814	N.d.	649	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.
Trevoeste (iii)	3 201	3 201	787	787	N.d.	N.d.	-40	-18

(i) - Empresa sem atividade

(ii) - Empresa em fase de liquidação

(iii) - Apenas reportados valores a 31 de dezembro de 2012

(iv) - Empresas dissolvida

N.d. - informação não disponível

Na aquisição dos investimentos em associadas, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parte do Grupo no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada é incluída na quantia escriturada do investimento.

As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte da investidora nos lucros ou prejuízos da investida depois da data da aquisição. A parte da investidora nos lucros ou prejuízos da investida é reconhecida nos lucros ou prejuízos da investidora. As distribuições recebidas de uma investida reduzem a quantia escriturada do investimento. Podem também ser necessários ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional da investidora na investida resultantes de alterações no capital próprio da investida que não tenham sido reconhecidas

nos lucros ou prejuízos da investida. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no capital próprio da investidora.

Se a parte do Grupo nas perdas de uma associada igualar ou exceder o seu interesse, é descontinuado o reconhecimento de perdas adicionais; depois do interesse ser reduzido a zero, é reconhecido um passivo se o Grupo tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial são aplicados os requisitos da IAS 39 para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por imparidade adicional com respeito ao interesse do Grupo em cada uma das associadas.

Os montantes resultantes de entregas de fundos ou de outras relações financeiras com as subsidiárias que tenham cariz de suprimentos e que não tenham reembolso previsto a menos de um ano são apresentados como empréstimos concedidos no ativo não corrente. Sobre estes empréstimos, são calculados juros a taxas que têm em atenção as condições de mercado.

2g – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um ativo, o Grupo PARPÚBLICA considera no respetivo custo: (i) o seu preço de compra; (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; e (iii) a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de ativos do Grupo PARPÚBLICA são capitalizados no ativo tangível. Esta capitalização é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida de trabalhos para a própria empresa.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos como tal apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com a manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o pressuposto do acréscimo.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as depreciações dos seus ativos tangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Ativos fixos tangíveis	Vida útil
Edifícios e outras construções	4 a 50
Equipamento básico	3 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 16
Ferramentas e utensílios	4 a 16
Outros ativos tangíveis	4 a 10

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. O Grupo PARPÚBLICA reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida pelo Grupo nas seguintes situações: (i) no momento da alienação; e (ii) quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível: (i) é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido; e (ii) é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

2h – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo PARPÚBLICA provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, o qual reflete as condições de mercado. As mensurações do justo valor têm por base avaliações independentes realizadas no final de cada exercício.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

2i – Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de uma concentração de atividades empresariais sobre os interesses no justo valor de ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes da adquirida. O custo inclui as quantias tidas como justos valores, à data de aquisição, dos ativos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos, e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo sobre a adquirida, mais quaisquer custos diretamente atribuíveis à concentração de atividades empresariais.

O *goodwill* de aquisições de subsidiárias é incluído nos ativos intangíveis e o de aquisições de associadas é incluído em investimentos em associadas.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o efeito do *goodwill* referente à mesma.

2j – Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se escriturados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as amortizações dos seus ativos intangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Outros ativos intangíveis	Vida útil
Despesas de desenvolvimento	3
Propriedade Industrial e Outros Direitos	3 a 10
Software	3
Direito de concessão	50

2k – Imparidade de ativos em geral

Os ativos intangíveis que não têm uma vida útil definida e os ativos intangíveis em curso não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais a exemplo do que acontece com o *goodwill*. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo excesso da quantia escriturada do ativo face à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Na impossibilidade de atribuir uma quantia recuperável a um determinado ativo, o mesmo deverá ser agregado com outros ativos, de forma que conjuntamente gerem fluxos de caixa independentes e, dessa forma, constituam uma UGC (unidade geradora de caixa). Sempre que se verifique uma perda por imparidade numa UGC à qual tenha sido alocado *goodwill*, a perda será imputada em primeiro lugar ao *goodwill* sendo o remanescente rateado por entre os ativos que a compõem com base na quantia escriturada dos mesmos. Nesta repartição pelos ativos, o valor ajustado de cada um não poderá ficar inferior ao maior de entre o justo valor deduzido dos custos de venda, o seu valor de uso e zero.

A perda por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. A amortização do bem será ajustada prospectivamente de acordo com o valor amortizável ajustado pela imparidade registada.

2l – Ativos biológicos e produtos agrícolas

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são mensurados pelo custo depreciado.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o montante a registar em inventários.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda de um ativo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surgem.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um ativo biológico ou produto agrícola mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados for condicional, o Grupo PARPÚBLICA reconhece o subsídio como rendimento apenas quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

2m – Outros ativos financeiros

Os ativos financeiros enquadráveis na IAS 39 são classificados de acordo com cada uma das seguintes categorias, dependendo do objetivo para o qual esse ativo foi adquirido:

- Ativos financeiros pelo justo valor por via dos resultados são ativos financeiros que foram designados como tal ou estão classificados como detidos para negociação, pelo que são detidos pelo Grupo PARPÚBLICA com o objetivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. São mensurados inicialmente no balanço pelos seus justos valores e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados.
- Investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que o Grupo PARPÚBLICA tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados em cada uma das categorias anteriores. São mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente no capital próprio, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e

perdas cambiais, até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativa anteriormente reconhecido no capital próprio deverá ser reconhecido nos resultados. Os dividendos resultantes de um instrumento de capital próprio disponível para venda são reconhecidos nos resultados quando o direito da entidade de receber pagamento for estabelecido.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado (bem como os derivados que estejam ligados a esses instrumentos de capital próprio e que devam ser liquidados pela entrega dos mesmos) são mensurados pelo custo.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram; (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, o Grupo não reteve o controlo sobre esse ativo.

O Grupo PARPÚBLICA avalia regularmente se existem sinais de imparidade para os ativos financeiros, ou grupos de ativos financeiros que não sejam mensurados pelo justo valor via resultados, e em caso afirmativo, determina os fluxos de caixa futuros descontados e reconhece a perda.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada registada no capital próprio (correspondente às variações negativas no justo valor) é transferida para resultados. Para as categorias de ativos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado (incluindo investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados pelo custo), as perdas por imparidade reconhecidas são registadas diretamente nos resultados.

Se num período subsequente a quantia da perda por imparidade diminuir e tal facto for objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda, esta é revertida, até ao ponto em que não exceda o custo ou o custo amortizado que resultaria caso a imparidade não tivesse sido reconhecida.

No caso de investimentos em instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo, bem como, de investimentos em instrumentos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, as perdas de imparidade reconhecidas não são reversíveis. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a reversão dessas perdas é efetuada por via dos resultados.

2n – Inventários

Os Inventários são mensurados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em existências.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados previamente de acordo com a IAS 41, conforme referido na nota 2I.

2o – Caixa e depósitos bancários

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

2p – Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

O Grupo PARPÚBLICA classifica um ativo não corrente ou um grupo para alienação como detido para venda se a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através de uma transação de venda em vez de através de uso continuado e se estiverem em condições para venda imediata e esta seja altamente provável e concretizável dentro de um ano após a classificação.

Espera-se que as vendas dos ativos não correntes ou dos grupos para alienação sejam concluídas até um ano a partir da data da respetiva classificação como detidos para venda. Podem existir acontecimentos e circunstâncias fora do controlo do Grupo PARPÚBLICA que obrigam a estender o período para concluir as vendas para lá de um ano, apesar de se manter comprometimento com a venda dos ativos ou dos grupos para alienação; nestes casos, é mantida a classificação como detidos para venda.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre as respetivas quantias escrituradas e os respetivos justos valores menos os custos de venda. Antes da classificação inicial dos ativos ou grupos para alienação como detidos para venda, as respetivas quantias escrituradas foram mensuradas de acordo com as IFRS aplicáveis. Por outro lado, são reconhecidas perdas por imparidade relativamente a reduções do ativo ou grupo do ativo para alienação para o justo valor menos os custos de vender e são reconhecidos ganhos para qualquer aumento no justo valor menos os custos de vender dos ativos até à quantia inicial.

Os grupos para alienação classificados como detidos para venda e os passivos relacionados correspondem ao Grupo ANA e ao Grupo CTT conforme se detalha na nota 21 (vide nota 2e).

2q – Instrumentos de capital próprio da entidade

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio do Grupo PARPÚBLICA apenas são reconhecidas (como passivo ou pagamento) e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista do Grupo PARPÚBLICA.

2r – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas para passivos de tempestividade ou quantia incerta sendo que como resultado de acontecimentos passados e são reconhecidas pelo seu valor descontado quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2s – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é apurado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções conforme seja apropriado.

O Grupo PARPÚBLICA utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Um relacionamento de cobertura qualifica-se para contabilidade de cobertura quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- No início da cobertura, existir designação e documentação formais do relacionamento de cobertura e do objetivo e estratégia da gestão de risco para levar a efeito a cobertura. Essa documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberto, a natureza do risco a ser coberto e a forma como vai ser avaliada a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto atribuíveis ao risco coberto.
- Existir a expectativa que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir alterações de compensação no justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para esse relacionamento de cobertura em particular.

- Quanto a coberturas de fluxos de caixa, uma transação prevista que seja o objeto da cobertura tem de ser altamente provável e apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.
- A eficácia da cobertura poder ser fiavelmente mensurada, isto é, o justo valor ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao justo valor do instrumento de cobertura poderem ser fiavelmente mensurados.
- A cobertura ser avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente eficaz durante todo o período de relato financeiro para o qual a cobertura foi designada.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo, a quantia escriturada desse ativo ou passivo, determinada com base na respetiva política contabilística, é ajustada por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos e passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é classificado como instrumento de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente e o ativo ou passivo coberto passam a ser mensurados em conformidade com a categoria onde se enquadram.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida no capital próprio, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte não efetiva da cobertura é registada em resultados do período. Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. No caso de a cobertura estar associada a uma operação futura, se for previsível que a operação futura não se efetuará, os montantes registados no capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados no período.

As operações de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo uma cobertura de um item monetário que seja contabilizada como parte do investimento líquido, são contabilizadas de forma semelhante às coberturas de fluxo de caixa.

2t – Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

2u – Benefícios dos empregados

O Grupo PARPÚBLICA atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada. Porém, além dos planos de benefícios definidos, algumas subsidiárias do Grupo PARPÚBLICA atribuem benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, através de planos de contribuição definida.

Os planos de benefícios definidos são financiados através de fundos de pensões complementados por provisões específicas quando necessário.

Neste contexto, o Grupo PARPÚBLICA determina o deficit ou excedente (o valor atual da obrigação de benefícios definidos, menos o justo valor dos ativos do plano (caso existam), (i) usando uma técnica atuarial, o método da unidade de crédito projetada, para fazer uma estimativa fiável do custo final que representa para a entidade o benefício que os empregados obtiveram em troca do seu serviço no período em curso e em períodos anteriores; (ii) descontando esse benefício de modo a determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos e do custo corrente do serviço, e (iii) deduzindo o justo valor de quaisquer ativos do plano do valor presente da obrigação de benefícios definidos.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades do Grupo PARPÚBLICA são calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, sendo assim determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente.

Custos de serviços passados são reconhecidos nos resultados no período de alterações no plano. O montante de juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos.

Custos de benefícios definidos compreendem:

- Custo do serviço (incluindo custo de serviço corrente, custo de serviço passado e ganhos e perdas aquando da liquidação), a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal
- Juro líquido sobre o passivo (ativo) líquidos de benefícios definidos, a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal
- Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, a reconhecer (ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, e qualquer variação do efeito do limite máximo dos ativos, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos), a reconhecer em outro rendimento integral

Na determinação das responsabilidades, são usados determinados pressupostos atuariais. Os pressupostos atuariais são as melhores estimativas da entidade das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

- pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
 - (i) mortalidade, tanto durante como após o emprego;
 - (ii) taxas de rotação, de incapacidade e de reforma antecipada dos empregados;
 - (iii) a proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e
 - (iv) taxas de reivindicação segundo os planos médicos.
- pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
 - (i) a taxa de desconto;
 - (ii) níveis de ordenados futuros e de benefícios;
 - (iii) no caso de benefícios médicos, custos médicos futuros incluindo, quando material, o custo de administrar reivindicações e pagamentos de benefícios; e
 - (iv) taxa esperada de retorno dos ativos do plano.

2v – Locações

O Grupo PARPÚBLICA classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, dando cumprimento aos critérios estabelecidos na IAS 17.

Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, ou pelo montante atual das rendas de locação vincendas, se menor. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados; e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os pagamentos de locação ao abrigo de contratos de locação operacional são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha reta durante o período de locação.

O Grupo PARPÚBLICA apresenta no balanço os ativos locados a terceiros (locação operacional) de acordo com a natureza do ativo.

Os rendimentos provenientes de contratos de locação operacional são reconhecidos no rendimento numa base de linha reta durante o prazo da locação.

Os custos diretos iniciais incorridos são adicionados à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação, na mesma base do rendimento da locação.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na IAS 36.

2w – Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

O rédito proveniente das vendas de bens é reconhecido quando forem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo PARPÚBLICA tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo PARPÚBLICA não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente do uso de ativos do Grupo PARPÚBLICA que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

- Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito do Grupo PARPÚBLICA (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

Os rendimentos e gastos dos contratos de construção são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento.

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são objeto de capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Embora a taxa de juro das obrigações com opção embutida tenha sido fixada tendo em conta também as perspetivas de evolução do valor das ações subjacentes e logo do valor da opção, a diferença entre as variações de justo valor nas opções e nas ações são incluídas na rubrica “variações de justo valor” da demonstração dos resultados e não como complemento ou atenuação dos juros reconhecidos nos gastos de financiamento, por se considerar que tais variações têm relação próxima com as operações de privatização de ativos que suportam.

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que o Grupo PARPÚBLICA cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo recebidos para financiamento de aquisições de ativos são registados como um rendimento diferido no passivo e reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como créditos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar. Os subsídios do Governo relacionados com ativos biológicos têm o tratamento descrito na nota 21.

2x – Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar de impostos sobre o rendimento respeitante ao lucro ou à perda tributável de um período. Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas

ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a não ser que o ativo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que:

- Não seja uma concentração de atividades empresariais; e
- No momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de:

- Reconhecimento inicial do *goodwill*; ou
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Os Ativos por Impostos Diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

2y – Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data de transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As demonstrações financeiras das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas cuja moeda funcional difere do euro são transpostas para euros da seguinte forma:

- Os ativos e passivos de cada balanço são transpostos à taxa de câmbio na data desse balanço;
- Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa evidenciados em cada demonstração financeira são transpostos às taxas de câmbio nas datas das transações; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no capital próprio.

2z – Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

a) Introdução

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) atuam no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de Maio, e DL 277/2009, de 2 de Outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, as empresas com atividades reguladas adotaram como política contabilística as regras definidas pelo FAS 71 emitido pelo FASB. Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: (i) um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinado de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade das empresas Multimunicipais do Grupo Águas de Portugal é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

É entendido que se encontram abrangidos nesta categoria não só os desvios tarifários, mas também os acréscimos de custos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é obrigatoriamente elegível para efeito da

determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes, assegurando o correto balanceamento entre réditos e gastos.

b) Desvio tarifário ativo e passivo

Em termos legais, os acionistas das empresas participadas obtêm uma remuneração garantida do capital investido previsto na legislação e, conforme definido nos contratos de concessão, onde se estabelecem os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos custos de investimento, operacionais, financeiros, impostos e também a adequada remuneração dos capitais próprios das concessionárias. Potencialmente, a esta remuneração ainda pode acrescer uma remuneração relativa a ganhos de produtividade.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios tarifários – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do rédito do desvio tarifário corresponde ao crédito ou ao débito a fazer ao rédito das atividades reguladas para que este revele os proveitos necessários ao cumprimento do disposto contratualmente relativamente à recuperação integral dos custos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

Se a diferença for positiva (tarifa praticada maior que a tarifa necessária) gera-se um desvio tarifário negativo (superavit tarifário) que deve ser levado a débito dos proveitos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um ativo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associada ao débito dos proveitos. O efeito líquido corresponde à correção do resultado líquido para a recuperação integral dos custos e a remuneração acionista garantida anualmente.

Se a diferença for negativa (tarifa praticada menor que a tarifa necessária) gera-se um desvio tarifário positivo (deficit tarifário) que deve ser levado a crédito dos proveitos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um passivo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associada ao crédito dos proveitos. O efeito líquido corresponde à correção do resultado líquido para a recuperação integral dos custos e a remuneração acionista garantida anualmente.

c) Acréscimos de custos para investimentos contratuais e política de amortizações

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados (regulados) ou em investimentos de expansão e modernização (regulados) da concessão e da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso das empresas concessionárias do Grupo AdP, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica.

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão. As amortizações são calculadas tendo em conta os investimentos iniciais e ainda por realizar, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2aa – Serviços no âmbito de concessões de águas e resíduos

As empresas concessionárias do Grupo AdP exercem atividades que constituem serviços de interesse económico geral (30 concessões multimunicipais e parcerias – 11 de resíduos e 19 de água e saneamento).

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Águas do Algarve	Concessão	35 anos	2001-2037	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro	Concessão	30 anos	2001-2031	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro Alentejo	Concessão	30 anos	2003-2032	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Douro e Paiva	Concessão	30 anos	1996-2026	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Mondego	Concessão	35 anos	2004-2039	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Norte Alentejano	Concessão	30 anos	2001-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Noroeste	Concessão	50 anos	2010-2060	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Oeste	Concessão	35 anos	2001-2035	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas da Região de Aveiro	Parceria	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Santo André	Concessão	30 anos	2001-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Trás-os-Montes	Concessão	30 anos	2001-2031	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Zêzere e Côa	Concessão	30 anos	2000-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas Públicas do Alentejo	Parceria	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Sanest	Concessão	25 anos	1995-2020	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simarsul	Concessão	30 anos	2004-2034	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simdouro	Concessão	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simlis	Concessão	30 anos	2000-2029	Euribor 6 meses + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simria	Concessão	50 anos	2000-2049	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simtejo	Concessão	43 anos	2001-2044	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

Resíduos	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Algar	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Amarsul	Concessão	25 anos	1997-2022	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Ersuc	Concessão	33 anos	1997-2030	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resiestrela	Concessão	25 anos	2003-2027	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resinorte	Concessão	30 anos	2009-2039	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resulima	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Suldouro	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorlis	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorminho	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorsul	Concessão	25 anos	2011-2034	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valnor	Concessão	35 anos	2001-2036	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

(1) A remuneração acionista incide, para além do capital social e da reserva legal, quando aplicável, sobre a remuneração e dívida (dividendos não distribuídos).

Das atividades exercidas pelo Grupo AdP são reguladas as atividades desenvolvidas em regime de concessão pelos sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos (serviços em “alta”). Estas atividades são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As concessões geridas pelo Grupo AdP são do tipo BOT (*Built-Operate-Transfer*), e genericamente incluem a receção de infraestruturas já edificadas pelos municípios (mediante o pagamento ou não de uma contrapartida), a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo da concessão estas infraestruturas são transferidas de novo ao concedente em pleno estado de utilização. Por não deter o pleno usufruto das infraestruturas (por exemplo existem restrições no que concerne à sua venda, dação como garantia, etc.), estas são classificadas como ativo intangível ao abrigo da IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços.

Contratualmente, as concessões assentam em modelos tendentes à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado. No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, as empresas do Grupo AdP concessionárias de SMM ou gestoras de parcerias classificam as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

De acordo com o IFRIC 12, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. Saliente-se ainda que o Grupo AdP, na fase de construção das infraestruturas

atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem, no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada das empresas do Grupo AdP, o rédito reconhecido é aquele que resulta estritamente da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador, mais ou menos o desvio tarifário subjacente, tal como previsto nos contratos de concessão, pelo que não é reconhecido o rédito de serviços de construção.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à sua disponibilização para uso.

As despesas que se materializem em expansão ou modernização das infraestruturas iniciais, por via da regulação económica das concessões, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), sendo desta forma contabilizadas como parte do ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data, pelo que estes montantes são classificados como ativos financeiros (valor a receber, descontado).

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas da UNA-PD são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão. As amortizações nas empresas da UNR são calculadas tendo por base o prazo da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro.

2ab – Serviços no âmbito de concessões aeroportuárias

Contratualmente, as empresas do Grupo assentam em modelos tendentes à classificação da infraestrutura como ativo intangível, suportando o Grupo o risco de exploração e procura pelos serviços das suas concessões de serviços aeroportuários em Portugal continental e Regiões autónomas, ou seja, é seu o direito de cobrar aos utilizadores pelos serviços da sua infraestrutura, no âmbito temporal dos contratos de

concessão. Deste modo, as empresas do Grupo ANA, concessionárias dos serviços aeroportuários classificam as infraestruturas que exploram como ativos intangíveis – Direito de concessão.

Os ativos intangíveis são registados pelo valor da prestação dos serviços de construção de infra estruturas da concessão, em função da percentagem de acabamento, compreendendo os custos de subcontratação, os custos de aquisição de equipamentos e materiais, e os custos internos do pessoal afeto aos projetos. Os montantes investidos mantêm-se classificados como ativo intangível em curso até à data da conclusão da prestação dos serviços de construção associados a cada projeto. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração das respetivas infraestruturas da concessão.

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o prazo do contrato de concessão.

De acordo com a IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com a IAS 11 – Contratos de construção. O Grupo ANA regista o rédito dos serviços de construção implícitos nos seus contratos de concessão na demonstração de resultados por naturezas do Grupo, por contrapartida de ativos intangíveis – direitos de concessão.

2ac – Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Grupo PARPÚBLICA efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

Prazo de uma concessão

A Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2008/6/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008 (também designada por 3ª Diretiva Postal), estabelecendo o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, quer no território nacional quer na prestação de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional. No capítulo das disposições finais e transitórias desta Lei é referido que os CTT - Correios de Portugal, SA (CTT) são o prestador do serviço postal universal, até 31 de dezembro de 2020.

O contrato de concessão para prestação do serviço postal universal assinado entre o Estado Português e os CTT em 1 de setembro de 2000 estabeleceu um período de vigência de 30 anos, i.e., uma vigência até 1 de setembro de 2030.

Uma alteração ao período de vigência do contrato de concessão em vigor requer um acordo entre as partes. Dado que o processo de modificação do contrato de concessão ainda se encontra em curso, o Grupo entende que não há fundamentação para alterar as políticas contabilísticas que tem adotado na

preparação das suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, o fim do contrato de concessão não impede a prestação de serviços postais fruto da liberalização do mercado acima referida.

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação ou amortização, é essencial para determinar o montante de depreciações ou amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Justo valor de propriedades de investimentos e ativos biológicos

As propriedades de investimento e os ativos biológicos mensurados pelo justo valor são objeto de avaliações por avaliadores independentes com adequada qualificação profissional, realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas com base nos seguintes métodos: método do rendimento, método do valor residual, método do custo e método de comparação de mercado.

Imparidade

O Grupo testa a imparidade de acordo com a política contabilística indicada na nota 2k. As quantias recuperáveis dos ativos ou das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso ou de valores de mercado baseados nas melhores estimativas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o “*mark-to-market*” desses instrumentos. São usadas técnicas de avaliação e pressupostos para a avaliação dos derivados contratados à data do reporte financeiro, com apoio de especialistas, tendo como *inputs* designadamente, curvas de taxas de juro, ativos subjacentes e volatilidades.

Provisões

As provisões são reconhecidas pelo Grupo para passivos de tempestividade ou quantia incerta como resultado de acontecimentos passados e são mensuradas pela melhor estimativa disponível no fim do período do relato. Sempre que a estimativa não seja possível ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo PARPÚBLICA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Imposto sobre o rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no exercício em que tais diferenças se constatam.

3 – Reexpressões e reclassificações

Valores em Milhares Euros

RUBRICAS	31-Dez-12 Reexpresso	Reexpressões	31-Dez-12
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1 925 721	-	1 925 721
Propriedades de investimento	440 836	-	440 836
<i>Goodwill</i>	299 638	-	299 638
Ativos intangíveis	4 722 248	-	4 722 248
Ativos biológicos	17 613	-	17 613
Participações financeiras em associadas	468 863	-	468 863
Outras participações financeiras	1 142 325	-	1 142 325
Outros ativos financeiros	4 166 856	-	4 166 856
Ativos por impostos diferidos	356 983	(927)	357 910
Outras contas a receber	263 361	-	263 361
Diferimentos	514 015	2 082	511 933
	14 318 460	1 155	14 317 305
Ativo corrente			
Inventários	1 227 997	-	1 227 997
Ativos biológicos	2 849	-	2 849
Clientes	783 198	-	783 198
Adiantamentos a fornecedores	7 088	-	7 088
Estado e outros entes públicos	51 714	-	51 714
Outras contas a receber	239 623	-	239 623
Diferimentos	28 455	-	28 455
Outros ativos financeiros	6 201	(11 064)	17 265
Caixa e depósitos bancários	770 007	-	770 007
	3 128 196	-	3 128 196
Ativos não correntes detidos para venda	2 453 854	-	2 453 854
	5 582 050	1 155	8 710 246
Total do ativo	19 900 509	1 155	19 899 354
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	1 027 151	-	1 027 151
Reservas legais	730 231	-	730 231
Outras reservas	86 762	2 508	84 254
Ajustamentos em ativos financeiros	(323 862)	-	(323 862)
Resultados transitados	1 081 256	(680)	1 081 936
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	425 423	405	425 018
Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	3 026 960	2 233	3 024 727
Interesses que não controlam	682 783	-	682 783
Total do capital próprio	3 709 744	2 233	3 707 511
Passivo não corrente			
Provisões	56 137	-	56 137
Financiamentos obtidos	5 652 240	-	5 652 240
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	107 391	(1 078)	108 469
Passivos por impostos diferidos	395 053	-	395 053
Estado e outros entes públicos	76 557	-	76 557
Outras contas a pagar	150 581	-	150 581
Outros passivos financeiros	59 680	-	59 680
Diferimentos	2 507 576	-	2 507 576
	9 005 215	(1 078)	9 006 293
Passivo corrente			
Provisões	63	-	63
Fornecedores	172 022	-	172 022
Adiantamentos de clientes	1 151	-	1 151
Estado e outros entes públicos	74 637	-	74 637
Acionistas / sócios	18	-	18
Financiamentos obtidos	3 488 410	-	3 488 410
Outras contas a pagar	1 316 896	-	1 316 896
Outros passivos financeiros	-	-	-
Diferimentos	91 831	-	91 831
	5 145 029	-	5 145 029
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	2 040 521	-	2 040 521
	7 185 550	-	7 185 550
Total do passivo	16 190 766	(1 078)	16 191 844
Total do capital próprio e do passivo	19 900 509	1 155	19 899 354

Valores em Milhares Euros

RUBRICAS	1º semestre 2012 Reexpresso	Reexpressões	1º semestre 2012
Vendas e serviços prestados	1 840 628	-	1 840 628
Subsídios à exploração	3 614	-	3 614
Ganhos e perdas imputados de associadas	3 379	-	3 379
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	231 686	-	231 686
Ganhos em alienações de participações	574 169	-	574 169
Variação nos inventários da produção	(6 302)	-	(6 302)
Trabalhos para a própria entidade	15 037	-	15 037
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(130 880)	-	(130 880)
Fornecimentos e serviços externos	(1 009 599)	-	(1 009 599)
Gastos com o pessoal	(397 026)	415	(397 441)
Ajustamentos de inventários	(825)	-	(825)
Imparidade de dívidas a receber	(3 726)	-	(3 726)
Provisões	1 000	-	1 000
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	(49 001)	-	(49 001)
Aumentos / reduções de justo valor	(164 397)	-	(164 397)
Outros rendimentos e ganhos	64 370	-	64 370
Outros gastos e perdas	(42 174)	-	(42 174)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	929 950	415	929 536
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(227 822)	-	(227 822)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	59	-	59
Subsídios ao investimento	40 061	-	40 061
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	742 249	415	741 834
Juros e rendimentos similares obtidos	3 451	-	3 451
Juros e gastos similares suportados	(219 520)	-	(219 520)
Resultado antes de impostos	526 180	415	525 765
Imposto sobre o rendimento do período	(47 759)	(172)	(47 587)
Resultado líquido do período	478 421	243	478 179
Resultado líquido dos interesses que não controlam	44 731	-	44 731
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	433 691	243	433 448
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	614 625	(41 096)	655 722
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	605 173	(39 151)	644 324
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas	1,08	0,00	1,08
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas	1,51	-0,10	1,61

As reexpressões e reclassificações efetuadas a 31 de dezembro de 2012 e aos resultados do primeiro semestre de 2012, estão relacionadas com os efeitos retrospectivos das alterações à IAS 19 Benefícios dos Empregados (vide nota 2b).

A reexpressão efetuada nos resultados das unidades operacionais descontinuadas respeitam ao facto de o Grupo TAP ter entretanto deixado de estar incluído no grupo para alienação detido para venda.

4 – Fluxos de caixa

Os fluxos de caixa relativos à atividade operacional respeitam essencialmente ao segmento das atividades aeronáuticas, traduzindo os recebimentos de clientes num peso de 67% (30JUN12: 77%) sobre o total. Nos pagamentos a fornecedores e ao pessoal este segmento tem um peso de 81% (30JUN12: 87%) e de 57% (30JUN12: 77%), respetivamente.

As atividades de financiamento e de investimento respeitam essencialmente a operações do Grupo AdP, do Grupo TAP e do Grupo ANA, com exceção para os recebimentos e pagamentos provenientes de investimentos financeiros da atividade de investimento e os recebimentos e pagamentos provenientes de financiamentos obtidos da atividade de financiamento, que englobam na sua maioria operações da PARPÚBLICA.

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas apresentam-se na nota 54.

5 – Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis	1º semestre 2013									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
Ativo bruto										
Saldo inicial	301 260	704 333	3 226 616	14 293	31 066	112 828	154 496	18 482	70 137	4 633 511
Aumentos por intermédio de concent	30 870	214 968	1 319	154	-	2 177	3 682	49	-	253 219
Adições	171	671	6 128	312	661	1 135	1 478	3 304	61	13 919
Alienações	(3)	-	(350)	(133)	(15)	(6)	(2)	-	-	(509)
Outras transferências/abates	(194)	83	(1 605)	(32)	960	(754)	(233)	(5 503)	(331)	(7 608)
Diferenças câmbio	(52)	(326)	(1 077)	(6)	(666)	(279)	-	(179)	-	(2 585)
Saldo final	332 051	919 728	3 231 031	14 588	32 006	115 100	159 421	16 153	69 868	4 889 947
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	878	423 587	2 034 849	13 216	19 311	104 142	70 608	1	-	2 666 592
Aumentos por intermédio de concent	65 961	1 146	154	-	2 152	1 567	-	-	-	70 979
Adições	87	7 620	63 085	295	905	1 759	3 567	-	-	77 319
Alienações	-	-	(287)	(133)	(14)	(4)	(2)	-	-	(440)
Outras transferências/abates	-	(7)	(3 966)	(25)	(1)	(1 118)	(109)	0	-	(5 226)
Diferenças câmbio	-	(98)	(934)	(6)	(352)	(253)	-	-	-	(1 643)
Saldo final	66 926	432 247	2 092 901	13 347	22 001	106 094	74 064	1	-	2 807 582
Perdas de imparidade acumuladas										
Saldo inicial	25 356	12 282	-	-	-	-	3 560	-	-	41 198
Outras transferências/abates	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Saldo final	25 356	12 282	-	-	-	-	3 560	-	-	41 198
Valor líquido	239 769	475 199	1 138 130	1 241	10 005	9 007	81 797	16 151	69 868	2 041 168

	Ano 2012									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
Ativos fixos tangíveis										
Ativo bruto										
Saldo inicial	262 276	354 636	1 112 809	9 342	73	45 795	129 836	13 307	63 957	1 992 032
Adições	-	252	33 209	541	1 031	2 998	4 540	20 386	40	62 998
Transferência de/ para Detidos para venda	42 179	349 831	2 127 791	5 172	32 683	66 680	22 688	8 753	7 140	2 662 917
Perdas Imparidade reconhecidas	-	130	(1 679)	-	-	-	-	-	-	(1 549)
Alienações	(2 769)	-	(50 596)	(80)	(1 714)	(17)	(5)	-	-	(55 182)
Outras transferências/ abates	(331)	86	7 047	(670)	162	(2 114)	(2 558)	(23 678)	(1 000)	(23 057)
Diferenças câmbio	(95)	(602)	(1 966)	(12)	(1 169)	(513)	(5)	(286)	-	(4 648)
Saldo final	301 260	704 333	3 226 616	14 293	31 066	112 828	154 496	18 482	70 137	4 633 511
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	734	177 383	561 324	8 304	63	41 210	47 316	1	-	836 335
Adições	188	15 480	132 029	704	2 006	3 810	7 119	-	-	161 336
Transferência de/ para Detidos para venda	-	230 913	1 375 163	4 960	19 268	62 311	17 970	-	-	1 710 585
Alienações	-	-	(21 690)	(80)	(1 508)	(2)	(5)	-	-	(23 285)
Outras transferências/ abates	(43)	(34)	(10 365)	(663)	(5)	(2 732)	(1 787)	-	-	(15 629)
Diferenças câmbio	-	(156)	(1 612)	(9)	(513)	(455)	(5)	-	-	(2 750)
Saldo final	878	423 587	2 034 849	13 216	19 311	104 142	70 608	1	-	2 666 592
Perdas de Imparidade Acumuladas										
Saldo inicial	25 405	12 282	-	-	-	-	2 900	-	-	40 587
Perdas Imparidade reconhecidas	252	-	-	-	-	-	660	-	-	912
Perdas Imparidade revertidas	(300)	-	-	-	-	-	-	-	-	(300)
Saldo final	25 356	12 282	-	-	-	-	3 560	-	-	41 198
Valor Líquido	275 025	268 464	1 191 767	1 077	11 755	8 686	80 328	18 481	70 137	1 925 721

Os aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais, correspondem aos montantes relativos ao Grupo SIMAB que, tal como referido na nota 2e, foi transferido para a PARPÚBLICA no 1º semestre de 2013.

O saldo final de Terrenos e edifícios (valor líquido) a 30 de junho de 2013 inclui na sua maioria:

- 239 milhões de euros (31DEZ12: 242 milhões de euros) relativos a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP;
- 180 milhões de euros relativos às diversas tipologias de edificações afetas ao exercício da atividade dos mercados abastecedores do Grupo SIMAB (pavilhões hortofrutícolas, armazéns, entrepostos e outros); e
- 61 milhões de euros (31DEZ12: 60 milhões de euros) relativos ao Grupo Baía do Tejo.

O saldo final de Equipamento básico (valor líquido) a 30 de junho de 2013 inclui na sua maioria:

- 581 milhões de euros (31DEZ12: 625 milhões de euros) de equipamento de voo, dos quais 450 milhões de euros (31DEZ12: 529 milhões de euros) em regime de locação financeira provenientes do Grupo TAP;
- 528 milhões de euros (31DEZ12: 537 milhões de euros) respeitante a equipamento de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP; e

- 23 milhões de euros (31DEZ12: 24 milhões de euros) de máquinas e aparelhagem diversa provenientes do Grupo TAP.

O aumento da rubrica Equipamento básico refere-se essencialmente às aquisições pelo Grupo TAP de equipamento para reatores no montante de 2 043 milhares de euros, sobressalentes no montante de 1 097 milhares de euros e equipamento de simuladores no montante de 883 milhares de euros.

As outras transferências e abates da rubrica Equipamento básico, no montante de 1 605 milhares de euros, incluem na sua maioria:

- a diminuição de 1,7 milhões de euros por via da transferência de imobilizações em curso pelo Grupo;
- o aumento de 1,1 milhões de euros provenientes do Grupo TAP, relativos a transferências e abates de sobressalentes por sucata e outros equipamentos diversos de manutenção; e
- a diminuição de 1 milhão de euros provenientes da INCM.

O saldo final de Equipamento de transporte (valor líquido) advém maioritariamente do Grupo AdP, com 530 milhares de euros (31DEZ12: 644 milhares de euros).

O saldo final de Ferramentas e utensílios (valor líquido) advém maioritariamente do Grupo TAP, com 12,1 milhões de euros (31DEZ12: 11,7 milhões de euros).

O saldo final de Equipamento administrativo (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo TAP, com 3,8 milhões de euros (31DEZ12: 4,2 milhões de euros), do Grupo AdP com 2,6 milhões de euros (31DEZ12: 2,5 milhões de euros) e da INCM com 1,2 milhões de euros (31DEZ12: 1 milhão de euros).

A rubrica de Outras imobilizações corpóreas (valores líquidos) inclui essencialmente: (i) 63,6 milhões de euros (31DEZ12: 64,8 milhões de euros) de material circulante em operação no Eixo Ferroviário Norte-Sul respeitante à SAGESECUR; (ii) 8,7 milhões de euros (31DEZ12: 8,7 milhões de euros) referentes à INCM; (iii) 3,5 milhões de euros (31DEZ12: 4,3 milhões de euros) do Grupo TAP; e (iv) 2 milhões de euros (31DEZ12: 2,3 milhões de euros) do Grupo AdP. As adições verificadas nesta rubrica incluem 1,3 milhões de euros provenientes da SAGESECUR, para além da incorporação dos ativos do Grupo SIMAB no montante de 3,7 milhões de euros.

As adições de Imobilizações em curso foram realizadas essencialmente pelo Grupo AdP no montante de 2,1 milhões de euros.

A redução desta rubrica inclui, essencialmente, o montante de 4,5 milhões de euros que advém do Grupo TAP.

A rubrica de Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas (valores líquidos) refere-se a:

- adiantamentos efetuados pelo Grupo Baía do Tejo no montante de 58,2 milhões de euros (31DEZ12: 58,5 milhões de euros), relacionados com o valor do contrato promessa de compra e venda celebrado entre o Grupo Baía do Tejo com o Estado Português para a aquisição dos imóveis do complexo da Margueira;

- adiantamentos efetuados pelo Grupo TAP no montante de 7,1 milhões de euros (31DEZ12: 7 milhões de euros), relacionados com a aquisição futura de aeronaves; e
- adiantamentos efetuados pela Lazer e Floresta no montante de 4,6 milhões de euros (o mesmo valor em 31DEZ12), relacionados com a aquisição de propriedades, aguardando-se a efetivação da escritura.

As perdas por imparidade acumuladas estão maioritariamente relacionadas com ativos da Companhia das Lezírias, da SAGESECUR e da Lazer e Floresta.

6 – Propriedades de investimento

Propriedades de investimento	1º semestre 2013		Ano 2012	
	Ao justo valor	Ao custo	Ao justo valor	Ao custo
Saldo inicial	439 767	1 069	458 193	1 165
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	1 148	-	-	-
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos	(2 992)	-	(10 457)	-
Aumentos - aquisições	436	-	2 102	-
Alienações	-	-	(12 216)	-
Transferências para e de inventários e propriedade ocupada pelo dono	-	-	(803)	-
Depreciações	-	(48)	-	(96)
Transferência de/ para Detidos para venda	-	-	2 862	-
Outras variações	-	-	86	-
Saldo final	438 359	1 021	439 767	1 069
Total		439 380		440 836

As Propriedades de investimento respeitam às seguintes entidades:

Propriedades de Investimento por entidade	30-Jun-13	31-Dez-12
Grupo Sagestamo	176 522	176 339
Grupo Baía do Tejo	131 260	131 007
Companhia das Lezírias	53 341	53 345
Fundo IIF Estamo	31 854	34 708
Lazer e Floresta	40 094	40 094
Grupo TAP	4 139	4274
Grupo AdP	1 021	1 069
SIMAB	1 148	-
Total	439 380	440 836

O valor de perdas líquidas em Ajustamentos de justo valor, no montante de 3,0 milhões de euros, corresponde essencialmente a perdas provenientes do Fundo IIF Estamo, relativos a imóveis em carteira;

Os aumentos do ano no montante de 1,6 milhões de euros referem-se essencialmente à incorporação de ativos provenientes do Grupo SIMAB.

Os métodos significativos aplicados na determinação do justo valor de Propriedades de investimentos são descritos de seguida:

- Método de Comparação de Mercado – Consiste em relacionar o valor de um imóvel com os dados de mercado relativos às transações recentes de propriedades na mesma área de localização cujas características sejam comparáveis ou semelhantes.

- Método do Custo – Considera-se o somatório dos gastos necessários para reproduzir uma propriedade com as mesmas características da avaliada, de acordo com os preços vigentes no mercado.
- Método do Rendimento – Considera-se que o valor do imóvel é equivalente ao investimento necessário para obter o rendimento real gerado pela exploração do negócio, sendo calculado através do desconto desse rendimento por uma taxa *yield* (binómio risco/rendimento associado ao investimento) adequada às características do imóvel e ao nível de risco do investimento imobiliário. É um método indireto, comum na aferição do valor de mercado de ativos suscetíveis de gerar rendimento em função da utilização para a qual estarão mais vocacionados.
- Método do Valor Residual – Baseia-se no princípio da máxima e melhor utilização de um terreno urbano, segundo as premissas aprovadas pelas entidades com jurisdição sobre o imóvel e considerando que o mesmo se encontra expectante, isto é, livre de construções, salvaguardas e compromissos urbanísticos de carácter público. O valor do solo urbano determina-se deduzindo ao conjunto das receitas potencialmente geradas pelo empreendimento (apuradas através do Método de Comparação de Mercado e/ou do Rendimento), os gastos necessários à execução física do edificado, infraestruturas e obras de urbanização, bem como os gastos indiretos afetos, como projetos, taxas, encargos de gestão, fiscalização, promoção e comercialização (obtidos através do Método do Custo). Tendo em atenção o carácter temporal de desenvolvimento do empreendimento o estudo da rentabilidade global decorre de uma análise de fluxos de caixa (*cash flow*), sendo utilizada uma taxa de atualização correspondente à rentabilidade mínima exigida pelo investidor/promotor.

Os principais pressupostos assumidos na utilização do Método do Valor Residual e do Método do Rendimento são os seguintes:

Taxas de atualização por método/Subsidiária	Método do Rendimento	Método do Valor Residual
Grupo SAGESTAMO	Entre 6,5% e 9,5%	Entre 8% e 11%
Grupo Baía do Tejo	Entre 7% a 11%	n.a.
Companhia das Lezírias	5,25%	15%
Fundo IIF Estamo	n.a.	10%
Lazer e Floresta	5,25%	n.a.

7 – Goodwill

Goodwill	1º semestre 2013				Ano 2012			
	Saldo inicial	Transferência de Detidos para venda	Outras variações	Saldo final	Saldo inicial	Transferência para Detidos para venda	Outras variações	Saldo final
Reaching Force	91 605	-	-	91 605	-	91 605	-	91 605
Aero -LB	46 191	-	(2 978)	43 213	-	51 691	(5 500)	46 191
Portugália	63 099	-	-	63 099	-	63 099	-	63 099
AdP	95 005	-	-	95 005	95 005	-	-	95 005
Valorsul	3 307	-	-	3 307	3 307	-	-	3 307
Algar	130	-	-	130	130	-	-	130
Aquasis	210	-	-	210	210	-	-	210
Baía do Tejo	91	-	-	91	91	-	-	91
	299 638	-	(2 978)	296 660	98 743	206 395	(5 500)	299 638

As outras variações no montante de 2 978 milhares de euros referente à variação cambial do *goodwill* da Aero-LB que se encontra denominado em Reais (124 880 960 Reais).

Para efeito de teste de imparidade, o valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) Reaching Force, AERO LB e PORTUGÁLIA foi determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os testes de imparidade são efetuados numa base anual, tendo os mesmos sido efetuados com referência a 31 de dezembro de 2012 e não tendo ocorrido desenvolvimentos significativos no valor recuperável das UGCs durante o primeiro semestre de 2013.

8 – Ativos intangíveis

Ativos intangíveis (valores líquidos)	1º semestre 2013			Ano 2012		
	Com vida util indefinida	Com vida util finita	Total	Com vida util indefinida	Com vida util finita	Total
Saldo inicial	3	4 722 245	4 722 248	3	4 792 294	4 792 297
Aumentos por intermédio de concentrações de	-	2 050	2 050	-	-	-
Transferência de/ para Detidos para Venda	-	-	-	-	1 424	1 424
Adições	-	57 972	57 972	-	215 800	215 800
Outras transferências/ abates	-	(10 220)	(10 220)	-	(129 258)	(129 258)
Amortizações	-	(82 791)	(82 791)	-	(158 014)	(158 014)
Saldo final	3	4 689 257	4 689 260	3	4 722 245	4 722 248

Os ativos intangíveis advêm essencialmente do Grupo AdP num montante de 4,7 mil milhões de euros (31DEZ12: 4,7 mil milhões de euros). Estes ativos intangíveis correspondem maioritariamente a direitos de utilização de infraestruturas (IFRIC 12) das unidades de negócios UNA-PD (unidade de negócios de produção e depuração de água) e UNR (unidade de negócios de resíduos).

As adições (60 milhões de euros), as outras transferências / abates (10,2 milhões de euros) e as amortizações (82,3 milhões de euros) advêm essencialmente do Grupo AdP.

No primeiro semestre de 2013, verificou-se uma redução significativa do nível de investimentos efetuados pelo Grupo AdP. Esta redução deve-se aos condicionantes económicos, financeiros e regulatórios atuais, bem como às imposições decorrentes do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013.

9 – Ativos biológicos

1º semestre 2013							
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	8 933	-	-	-	-	-	8 933
Eucaliptal	6 831	-	-	-	-	(2)	6 830
Bovinos reprodutores	736	-	(31)	(30)	-	-	674
	16 500	-	(31)	(30)	-	(2)	16 436
Ativos - mensurados ao custo							
Olival	381	12	-	-	(4)	-	389
Vinha	713	-	-	-	(26)	-	687
Outros	20	0	-	-	(1)	-	19
	1 114	12	-	-	(31)	-	1 095
Total	17 613	12	(31)	(30)	(31)	(2)	17 531

Ano 2012							
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	9 924	-	-	(435)	-	(557)	8 933
Eucaliptal	9 695	-	-	(2 707)	-	(156)	6 831
Bovinos reprodutores	772	-	(37)	-	-	-	736
	20 392	-	(37)	(3 142)	-	(713)	16 500
Ativos - mensurados ao custo							
Olival	376	14	-	-	(8)	-	381
Vinha	764	-	-	-	(51)	-	713
Outros	21	1	-	-	(2)	-	20
	1 160	15	-	-	(62)	-	1 114
Total	21 552	15	(37)	(3 142)	(62)	(713)	17 613

1º semestre 2013							
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	0	-	-	-	-	-	0
Eucaliptal	2 000	-	-	-	-	-	2 000
Bovinos reprodutores	849	-	(1)	-	-	(31)	817
Total	2 849	-	(1)	-	-	(31)	2 817

Ano 2012							
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	400	-	(400)	-	-	-	0
Eucaliptal	1 600	-	400	-	-	-	2 000
Bovinos reprodutores	859	-	(10)	-	-	-	849
Total	2 859	-	(10)	-	-	-	2 849

Os principais ativos biológicos são a floresta (sobretudo pinhal, eucaliptal e montado de sobreiro), o olival, a vinha e ainda os bovinos reprodutores.

A floresta encontra-se registada ao justo valor calculado através do método do valor atual dos fluxos de caixa descontados, conforme previsto na IAS 41. A área afeta é: (i) de Pinheiro e outras resinosas, 3 398 Hectares (3 398 hectares em 31DEZ12); (ii) de Eucalipto, 5 916 hectares (5 916 hectares em 31DEZ12); (iii) de Sobreiros, 8 399 hectares (8 399 hectares em 31DEZ12).

Em virtude do montado de sobreiro ser um ativo sujeito a regime condicionante, o ativo montado de sobreiro encontra-se classificado como um ativo fixo tangível.

Os Ativos biológicos olival e vinha encontram-se valorizados ao custo depreciado (considerando uma vida útil de 20 e 25 anos, respetivamente), dado não ser possível estimar com fiabilidade o respetivo justo valor.

No que diz respeito aos animais de trabalho e bovinos reprodutores estes encontram-se valorizados ao justo valor.

O justo valor dos Ativos biológicos foi determinado por avaliadores independentes, adotando indicadores físicos, temporais e valorimétricos relevantes para os tipos de ativos. Para o apuramento do justo valor, foi utilizado o método dos fluxos de caixa descontados e uma taxa de atualização de 5,25%.

10 – Participações financeiras em associadas

Participações financeiras em associadas	1º semestre 2013					
	Saldo inicial	Adições	Movimentos de equivalência patrimonial	Perdas imparidade reconhecidas	Perdas imparidade revertidas	Saldo final
Parcaixa, SGPS, SA	452 166	-	7 031	-	-	459 196
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	5 902	-	(182)	-	-	5 720
Credip - Instituição Financeira de Crédito	2 359	-	(4)	-	-	2 356
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	64	-	-	-	-	64
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	642	-	-	-	-	642
ORIVÁRZEA, S.A.	1 621	39	-	-	-	1 659
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	5 890	-	(69)	-	2 033	7 854
Águas de Timor	5	-	-	-	-	5
Mieses	209	-	-	-	-	209
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	-	1
Propnery		3 220	-	-	-	3 220
ACEs Quimiparque, Sneges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	-	4
	468 863	3 259	6 775	-	2 033	480 930

Participações financeiras em associadas	Ano 2012					
	Saldo inicial	Movimentos de equivalência patrimonial	Perdas imparidade reconhecidas	Perdas Imparidade revertidas	Outras transferências	Saldo final
Parcaixa, SGPS, SA	500 688	(48 522)	0	-	-	452 166
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	10 280	(734)	(3 643)	-	-	5 902
Credip - Instituição Financeira de Crédito	2 379	(20)	-	-	-	2 359
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	66	(2)	-	-	-	64
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	666	93	-	-	(117)	642
ORIVÁRZEA, S.A.	1 467	154	-	-	-	1 621
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	6 872	(1 480)	-	499	-	5 890
Águas de Timor	5	-	-	-	-	5
Mieses	187	-	-	-	-	209
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	-	1
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	-	4
	522 614	(50 512)	(3 643)	499	(117)	468 863

Das principais variações verificadas no primeiro semestre de 2013, destacam-se:

- A aplicação do método de equivalência patrimonial; e
- Reversão de perda por imparidade reconhecida com a INAPA, de forma que o valor da participação corresponda ao justo valor (cotação a 30 de junho de 2013) menos os custos de vender (considerados imateriais).
- Aquisição de participação na Propnery (41,82%) num montante de 3 220 milhares de euros, por via da transferência de um conjunto de participações pelo Estado como forma de compensação pela entrega das receitas de reprivatizações (vide nota 12).

11 – Outras participações financeiras

Outras participações financeiras	30-Jun-13	31-Dez-12
Valorizadas ao justo valor		
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	346 974
GALP	662 765	682 967
GALP ENERGIA - não afectas a permutáveis	47	48
Portugal Telecom e ZON Multimédia	2 815	3 340
REN	116 317	108 915
Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.	3 208	2
Efacec	21	-
	785 172	1 142 246
Valorizadas ao custo		
Soc. Parque Industrial de Vendas Novas	10	10
P.I.S.	3	3
Outros	66	66
	79	79
	785 251	1 142 325

O decréscimo no montante de 346 974 milhares de euros na EDP respeita à realização da venda da derradeira posição da PARPÚBLICA no capital da EDP (4%).

As ações da GALP encontram-se subjacentes à opção de permuta no reembolso de um empréstimo obrigacionista (vide nota 25).

As variações ocorridas no justo valor encontram-se registadas na rubrica de Aumentos/reduções de justo valor (vide nota 46), havendo ainda rendimentos com dividendos registados na rubrica de Dividendos de participações ao custo e ao justo valor (vide nota 35).

A estimativa utilizada para o cálculo do justo valor das Participações financeiras relevantes foi baseada nas referências de mercado (sempre que disponível cotação desses ativos).

As participações de 2,08% na Lisnave – Estaleiros Navais, S.A. e de 5% na Efacec Internacional Financing , SGPS, SA estão incluídas no conjunto de participações do Estado cuja transferência para a PARPÚBLICA foi efetivada em janeiro de 2013, através do Despacho 2468/12-SET, de 28 de dezembro (vide nota 12).

A PARPÚBLICA detém uma participação de 0,09% na empresa Lisnave - Infraestruturas Navais, S.A. que a 30 de junho de 2013 apresenta quantia escriturada nula.

12 – Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros	30-Jun-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados				
Detido para negociação				
Outros	6 603	-	6 152	-
Detidos até à maturidade				
Outros	-	5 560	-	5 560
Empréstimos correntes e contas a receber				
Adiantamentos relativos a privatizações	-	3 213 532	-	4 040 438
Fundo de renovação	-	2 678	-	2 678
Fundo de reconstituição	-	114 829	-	114 829
Outros	27	13 576	-	3 314
Disponíveis para venda				
Outros	41	9	49	9
Adiantamentos por conta de investimentos	-	28	-	28
	6 671	3 350 212	6 201	4 166 856

A rubrica de Outros investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados – ativo corrente -, corresponde a unidades de participação detidas pela SAGESECUR no Fundo Fundiestamo I com 5 332 unidades de participação (31DEZ12: 5 332 unidades de participação) e no Fundo Imopoupança com 1 970 unidades de participação (31DEZ12: 1 970 unidades de participação), no montante global de 6 603 milhares de euros (31DEZ12: 6 152 milhares de euros).

A quantia de 3 214 milhões de euros em Adiantamentos relativos a privatizações (31DEZ12: 4 040 milhões de euros), respeita a entregas de receitas de reprivatizações do Estado por força da Lei n.º 11/90, de 14 de abril, a compensar nos termos do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro e a quantias não compensadas pelo Estado em resultado da intervenção da PARPÚBLICA em reprivatizações. O decréscimo nesta rubrica, no montante de 826 milhões de euros, relaciona-se com a transferência efetivada em janeiro de 2013 de um conjunto de participações pelo Estado como forma de compensação pela entrega das receitas de reprivatizações através do Despacho 2468/12-SET, de 28 de dezembro, destacando-se 100% do capital dos CTT – Correios de Portugal, SA – CTT (360 milhões de euros) e da SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA (4 milhões de euros), 31,44% da ANA -Aeroportos de Portugal, SA (361 milhões de euros), 8,82% da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA (80 milhões de euros).

O valor constante na rubrica Outros ativos financeiros – detidos até à maturidade -, no montante de 5 560 milhares de euros (31DEZ12: 5 560 milhares de euros), refere-se à aquisição, pela INCM, de obrigações do tesouro.

Os Fundos de renovação e reconstituição são constituídos ao abrigo dos contratos de concessão e correspondem a aplicações financeiras de médio e longo prazo.

O montante de 13 576 milhares de euros da rubrica Outros empréstimos correntes e contas a receber são provenientes de SPE com 10 413 milhares de euros, do Grupo TAP com 2 677 milhares de euros (31DEZ12: 2 848 milhares de euros) e do Grupo AdP com 486 milhares de euros (31DEZ12: 466 milhares de euros).

13 – Ativos e Passivos por impostos diferidos

Impostos diferidos	1º semestre 2013					Ano 2012					
	Saldo inicial	Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais (com efeitos em resultados)	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Transferência de Detidos para venda	Saldo final	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Transferência para Detidos para venda	Saldo final
Ativos por impostos diferidos											
Não correntes											
Prejuízos fiscais reportáveis	43 559		(2 769)	-	-	40 791	41 849	(372)	-	2 082	43 559
Responsabilidades com benefícios de reforma	30 359		-	-	-	30 359	14 971	(1 523)	1 455	15 456	30 359
Perdas de imparidade em existências	10 077		-	-	-	10 077	2 658	1 199	-	6 220	10 077
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	7 588		-	-	-	7 588	2 169	5 372	47	-	7 588
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	6 576	66	(335)	-	-	6 307	4 170	2 053	354	-	6 576
Outros	258 823		8 093	(48)	-	266 868	228 146	31 462	(785)	-	258 823
	356 983	66	4 989	(48)	-	361 990	293 963	38 191	1 070	23 758	356 983
Passivos por impostos diferidos											
Não correntes											
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	74 520		(60)	(118)	-	74 342	56 617	(6 527)	497	23 933	74 520
Reinvestimento de valores de realização	92		-	-	-	92	123	(31)	-	-	92
Anulação de provisões	-		-	-	-	-	20	(20)	-	-	-
Outros	320 441		631	-	-	321 072	308 515	11 926	-	-	320 441
	395 053	-	571	(118)	-	395 506	365 275	5 348	497	23 933	395 053

A variação ocorrida com efeitos em resultados nos prejuízos fiscais reportáveis em ativos por impostos diferidos, no montante negativo de 2 769 milhares de euros, provém na sua maioria do Grupo SAGESTAMO com 2 663 milhares de euros negativos a utilizar no primeiro semestre de 2013, dado que foram atingidos resultados fiscais positivos neste primeiro semestre pela Estamo.

Os Outros ativos e Outros passivos por impostos diferidos incluem, respetivamente, 266,9 milhões de euros e 321,1 milhões de euros, provenientes na sua quase totalidade do Grupo AdP, com 264,2 milhões de euros em ativo não corrente e 321,1 milhões de euros em passivo não corrente. O aumento dos Outros impostos diferidos ativos e passivos, é em parte explicado pela aplicação da IFRIC 12 no Grupo AdP, onde existem diferenças temporais significativas, entre as amortizações contabilísticas e fiscais, e com impacto equivalente nos impostos diferidos associados aos subsídios ao investimento. De referir que, também nesta rubrica, se encontram registados os impostos diferidos ativos e passivos dos desvios tarifários. Em outros impostos diferidos passivos encontra-se também registado um valor significativo da participada EPAL, resultante da avaliação efetuada ao ativo fixo tangível, aquando da transição para as normas internacionais.

14 – Clientes

Clientes	30-Jun-13	31-Dez-12
	Clientes c/c	850 166
Clientes de cobrança duvidosa	58 074	60 062
"Água em contador" por facturar	26 012	26 049
Outros	6	-
Perdas de imparidade acumuladas	(80 723)	(84 166)
	853 535	783 198

A rubrica de Clientes c/c inclui dívidas provenientes de:

- Clientes do Grupo AdP no montante de 448,3 milhões de euros (31DEZ12: 446,7 milhões de euros), dos quais 407 milhões de euros (31DEZ12: 411,8 milhões de euros) estão relacionados com dívidas de municípios;
- Clientes do Grupo TAP com um montante total de 321,7 milhões de euros (31DEZ12: 257,4 milhões de euros), que correspondem essencialmente a saldos ativos com entidades privadas no montante de 144,7 milhões de euros (31DEZ12: 99,5 milhões de euros), com agências de viagem no montante de 111,2 milhões de euros (31DEZ12: 80,6 milhões de euros) e com companhias de aviação no montante de 28,7 milhões de euros (31DEZ12: 41,8 milhões de euros);
- Clientes do Grupo SAGESTAMO com um montante total de 55,8 milhões de euros (31DEZ12: 62 milhões de euros), respeitando essencialmente a arrendamentos a entidades do Estado Português; e
- Clientes da INCM com uma quantia global de 16,3 milhões de euros (31DEZ12: 8,6 milhões de euros).

O saldo de Clientes de cobrança duvidosa advém essencialmente do Grupo TAP com o montante de 35,7 milhões de euros (31DEZ12: 36,8 milhões de euros) e do Grupo AdP com o montante global de 18,4 milhões de euros (31DEZ12: 18,2 milhões de euros).

A água em contador por faturar corresponde à estimativa de água consumida pelos clientes no final de cada período, que será faturada posteriormente.

A evolução das Perdas por imparidade dos saldos de clientes apresenta-se na nota 43.

15 – Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores	Correntes	
	30-Jun-13	31-Dez-12
Adiantamentos a fornecedores		
Conta corrente	9 058	6 520
De imobilizado	594	568
	9 652	7 088

O saldo da rubrica Adiantamentos a fornecedores em 30 de junho de 2013, corresponde na sua maioria ao Grupo TAP com 7,8 milhões de euros (31DEZ12: 5,4 milhões de euros) e ao Grupo AdP com 1,5 milhões de euros (31DEZ12: 1,7 milhões de euros).

16 – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	30-Jun-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Ativo				
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento a receber	45 261	-	25 633	-
Outros	19 458	-	26 081	-
	64 720	-	51 714	-
Passivo				
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento a pagar	29 592	-	15 085	-
Outros	60 645	65 304	59 552	76 557
	90 237	65 304	74 637	76 557

O montante registado na rubrica Outros – ativo corrente – inclui na sua maioria: (i) 11,0 milhões de euros (31DEZ12: 17,5 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP, dos quais 2,3 milhões de euros (31DEZ12: 6,6 milhões de euros) são referentes a indemnizações compensatórias e 4,5 milhões de euros (31DEZ12: 6,8 milhões de euros) são relativos a IVA a recuperar; e (ii) 7,2 milhões de euros (31DEZ12: 7,3 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, que correspondem na sua maioria a IVA a recuperar.

O montante registado na rubrica Outros – passivo não corrente – é proveniente na sua totalidade do Grupo TAP e corresponde a dívidas ao Estado Brasileiro. A TAP Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. aderiu em 2009 ao programa de refinanciamento fiscal, denominado REFIS, pelo que compensou parte dos juros e multas de contingências com imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, tendo reduzido à sua dívida o montante de 49 448 milhares de euros. O Decreto-Lei n.º 258/98, de 17 de agosto, revogou as isenções fiscais de que a TAP S.A. havia vindo a beneficiar, e que tinham sido estabelecidas na base XII anexa ao Decreto-Lei n.º 39 188, de 25 de abril de 1953, e nos Decretos-Lei n.º 39 673, de 22 de maio de 1954, n.º 41 000, de 12 de fevereiro de 1957 e n.º 44 373, de 29 de maio de 1962, pelo que deixou de estar isenta do pagamento, ao Estado, de impostos e contribuições.

O montante registado na rubrica Outros – passivo corrente – inclui na sua maioria:

- 31,3 milhões de euros (31DEZ12: 26,4 milhões de euros) referentes ao Grupo TAP, dos quais: (i) 11,5 milhões de euros (31DEZ12: 8 milhões de euros) de dívidas ao Estado Brasileiro referentes ao programa REFIS; (ii) 8,7 milhões de euros (31DEZ12: 8,2 milhões de euros) de Segurança Social; e (iii) 7,8 milhões de euros (31DEZ12: 5,8 milhões de euros) de IRS.
- 24,0 milhões de euros (31DEZ12: 28,6 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, dos quais 15,6 milhões de euros (31DEZ12: 22,2 milhões de euros) referentes às taxas de recursos hídricos e de gestão de resíduos cujo pagamento ocorrerá no início de 2014.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Grupo PARPÚBLICA entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das

autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras reportadas a 30 de junho de 2013.

17 – Outras contas a receber

Outras contas a receber	30-Jun-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Entidades participadas e participantes	6 904	3 700	6 471	3 700
Pessoal	10 057	-	9 287	-
Clientes	-	138 654	-	106 434
Fornecedores c/c	157	-	126	-
Outras despesas antecipadas	-	36	-	38
Ajustamentos por imparidade de outros devedores	(10 546)	(1 921)	(10 657)	(1 921)
Acréscimos de rendimentos	40 735	-	47 729	256
Subsídios ao investimento a receber	69 896	31 363	86 952	33 962
Venda de imóveis	10 391	30 830	7 758	32 113
Outros	82 225	95 621	91 956	88 779
	209 818	298 282	239 623	263 361

A rubrica de Pessoal – ativo corrente – é proveniente na sua maioria do Grupo TAP com o montante global de 9,4 milhões de euros (31DEZ12:8,6 milhões de euros).

A rubrica de Clientes – ativo não corrente – corresponde na sua totalidade a saldos com clientes do Grupo AdP resultantes da assinatura de acordos de pagamentos, com 138,7 milhões de euros (31DEZ12: 106,4 milhões de euros).

O valor de 10,5 milhões de euros em 30 de junho de 2013 referente a Ajustamentos por imparidade de outros devedores – ativo corrente - é proveniente na sua maioria do Grupo AdP, no montante total de 6,4 milhões de euros (31DEZ12: 6,5 milhões de euros), e do Grupo TAP, no montante total de 4,0 milhões de euros (31DEZ12: 4,1 milhões de euros).

A rubrica de Acréscimos de rendimentos – ativo corrente – inclui:

- 23,1 milhões de euros (31DEZ12: 27,5 milhões de euros) referentes ao Grupo AdP, com 12,0 milhões de euros respeitantes a juros (31DEZ12: 15,7 milhões de euros) e 11,1 milhões de euros respeitantes a outros Acréscimos de rendimentos (31DEZ12: 11,9 milhões de euros).
- 10,2 milhões de euros (31DEZ12: 14,7 milhões de euros) referentes ao Grupo TAP, respeitantes maioritariamente a trabalhos para companhias de aviação, a venda de milhas a passageiros, a publicidade e a taxas de terminal;
- 3,7 milhões de euros (31DEZ12: 3,1 milhões de euros) relacionados essencialmente com juros a receber por parte da ESTAMO e com comissões de gestão dos fundos a receber da Fundiestamo; e
- 2,4 milhões de euros (31DEZ12: 557 milhares de euros) referentes à Companhia das Lezírias, respeitantes a rendas e subsídios a receber.

A rubrica de Subsídios ao investimento a receber – ativo corrente e ativo não corrente – é proveniente do Grupo AdP e está relacionada com os subsídios a receber do Fundo de Coesão.

A rubrica de Venda de imóveis – ativo corrente e ativo não corrente – corresponde a quantias devidas à ESTAMO pela venda de imóveis, que serão liquidadas em prestações.

A rubrica de Outros em Outras contas a receber – ativo não corrente – inclui essencialmente:

- 48,3 milhões de euros (31DEZ12: 43 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, dos quais 40,6 milhões de euros (31DEZ12: 38,5 milhões de euros) corresponde ao valor residual a receber no final da concessão, relativos a bens de modernização e expansão; e
- 47,1 milhões de euros (31DEZ12: 45,6 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP, dos quais (i) 21,9 milhões de euros (31DEZ12: 20,4 milhões de euros) correspondem a depósitos judiciais no Brasil, (ii) 7,7 milhões de euros (31DEZ12: 8 milhões de euros) correspondem a depósitos de garantia no âmbito de contratos de locação operacional para aviões e reatores, e (iii) 6 milhões de euros (31DEZ12: 5,6 milhões de euros) que respeitam a garantias no âmbito da prestação futura de serviços de manutenção aos aviões da Força Aérea Francesa.

A rubrica de Outros em Outras contas a receber – ativo corrente – inclui essencialmente:

- 48,0 milhões de euros (31DEZ12: 81,4 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, destacando-se: (i) 12,2 milhões de euros (31DEZ12: 12,9 milhares de euros) de multas debitadas a um consórcio responsável pela construção da ETAR da Guia; e (ii) 2,9 milhões de euros (31DEZ12: 2,8 milhões de euros) relativos a estudos de baixas debitadas a municípios.
- 27,2 milhões de euros (31DEZ12: 32,2 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP, dos quais (i) 10,7 milhões de euros (31DEZ12: 8,4 milhões de euros) correspondem maioritariamente a faturação interline e (iii) 7,7 milhões de euros (31DEZ12: 6,9 milhões de euros) que respeitam a devedores diversos provenientes do Brasil e da Itália; e

18 – Diferimentos

Diferimentos - ativo	30-Jun-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Ativo regulatório - desvio tarifário	-	542 227	-	511 934
Outros gastos diferidos	34 542	1 991	28 142	-
Excesso de cobertura de responsabilidades pós-emprego	313	-	313	2 081
	34 855	544 218	28 455	514 015

Diferimentos - passivo	30-Jun-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Rendimentos diferidos				
Subsídios relacionados com ativos	1 965	1 930 916	1 332	1 925 355
Outros	37 948	24 420	37 139	-
Passivo regulatório - desvio tarifário	-	125 408	-	116 772
Investimentos contratuais	-	481 425	-	465 449
Outros	61 128	-	53 360	-
	101 041	2 562 169	91 831	2 507 576

As rubricas de Ativo regulatório – desvio tarifário e Passivo regulatório – desvio tarifário, advêm na totalidade do Grupo AdP e detalham-se como se segue:

	ATIVO DIFERIDO		PASSIVO DIFERIDO		Efeito líquido balanço	Efeito em resultados
	Desvio ativo	Imposto diferido	Desvio passivo	Imposto diferido		
Produção, Tratamento e Transporte						
Águas do Algarve, S.A.	15 414	68	0	-4 153	11 517	1 198
Águas do Centro Alentejo, S.A.	8 625	21	0	-2 306	6 395	-154
Águas do Centro, S.A.	64 978	10	0	-17 229	47 787	5 126
Águas do Douro e Paiva, S.A.	1 487	49	0	-443	1 228	150
Águas do Mondego, S.A.	11 160	42	0	-3 000	8 319	1 097
Águas do Norte Alentejano, S.A.	32 721	70	0	-8 741	24 244	2 213
Águas do Noroeste, S.A.	103 850	35	0	-27 555	76 424	7 974
Águas do Oeste, S.A.	60 621	33	0	-16 098	44 649	4 447
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	71 701	95	0	-19 095	52 963	1 923
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	51 859	17	0	-13 759	38 164	2 035
Águas Públicas Alentejo, S.A.	-63	98	-308	0	-227	-57
Sanest, S.A.	-234	7 059	-26 403	0	-19 406	-1 301
Simarsul, S.A.	36 411	83	0	-9 732	26 992	2 532
Simdouro, S.A.	6 923	12	0	-1 847	5 121	838
Simlis, S.A.	15 800	11	0	-4 199	11 644	-651
Simria, S.A.	33 566	62	0	-8 957	24 842	2 089
Simtejo, S.A.	-32	8 886	-33 503	0	-24 625	-3 001
Total Produção, Tratamento e Transporte	514 787	16 651	-60 214	-137 114	336 031	26 458
Resíduos Sólidos						
Algar, S.A.	-396	1 172	-4 026	0	-2 960	605
Amarsul, S.A.	-250	1 942	-7 070	0	-5 195	-176
Ersuc, S.A.	-77	1 613	-6 010	0	-4 416	-1 326
Resiestrela, S.A.	0	856	-3 233	0	-2 378	-169
Resinorte, S.A.	409	0	0	-109	301	105
Resulima, S.A.	-44	897	-3 340	0	-2 455	-382
Suldouro, S.A.	-78	2 290	-8 561	0	-6 292	-902
Valnor, S.A.	-75	1 206	-4 474	0	-3 289	228
Valorlis, S.A.	0	693	-2 614	0	-1 921	-17
Valorminho, S.A.	-5	460	-1 735	0	-1 274	-332
Valorsul, S.A.	-952	6 647	-24 131	0	-17 737	-1 806
Total Resíduos Sólidos	-1 468	17 776	-65 194	-109	-47 616	-4 172
Distribuição e Recolha						
AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.	28 907	55	0	-7 717	21 399	4 075
Total Distribuição e Recolha	28 907	55	0	-7 717	21 399	4 075
Total	542 226	34 482	-125 408	-144 940	309 814	26 361

A rubrica de Outros gastos diferidos correntes é proveniente, essencialmente, do Grupo AdP com o montante de 14,1 milhões de euros (31DEZ12: 9,9 milhões de euros) e do Grupo TAP com o montante de 12,5 milhões de euros (31DEZ12: 8,8 milhões de euros) relacionado na sua maioria com (i) comissões pagas a agentes por bilhetes vendidos mas ainda não voados e não caducados até 30 de junho de 2013, (ii) rendas de locação financeira pagas antecipadamente, e (iii) pagamentos antecipados de seguros e rendas.

O Excesso de cobertura de responsabilidades por benefícios pós-emprego encontra-se detalhado na nota 26.

Os Rendimentos diferidos não correntes correspondem na sua quase totalidade a subsídios de investimento registados pelo Grupo AdP, conforme se segue:

	30-Jun-13	31-Dez-12
Subsídios ao Investimento – Fundo Coesão	1 630 170	1 643 519
Subsídios ao Investimentos – Outros	23 892	25 006
Integração de património	250 562	256 813
	1 904 624	1 925 338
Fundo de coesão – movimentos do período	30-Jun-13	31-Dez-12
Subsídios ao investimento saldo inicial	1 643 519	1 659 095
Reconhecimento de direito ao subsídio	16 728	50 100
Reconhecimento de rendimentos	(29 150)	(54 666)
Correções a reconhecimentos	(66)	(549)
Correções a reconhecimentos de direito	(861)	(10.460)
Subsídios ao investimento saldo final	1 630 170	1 643 519
Recebimentos no período	35 517	110 209

A rubrica de Rendimentos diferidos – Outros passivos correntes – inclui:

- 32,3 milhões de euros (31DEZ12: 34 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP;
- 2,3 milhões de euros relativos a taxas de acesso pagas pelos operadores (clientes dos mercados abastecedores) no início do contrato de utilização dos espaços do Grupo SIMAB;
- 1,4 milhões de euros provenientes de rendas recebidas antecipadamente pela ESTAMO (31DEZ12: 1,5 milhões de euros); e
- 972 milhares de euros relativos ao Grupo Baía do Tejo (31DEZ12: 971 milhares de euros).

A rubrica de Investimentos contratuais – passivo não corrente – refere-se unicamente ao Grupo AdP e detalha-se como se segue:

	30-Jun-13	31-Dez-12
Água – Produção, Tratamento e Transporte	291 748	286 196
Água – Distribuição e Recolha	19 807	16 891
Resíduos Sólidos	169 870	162 362
	481 425	465 449

A rubrica de Outros diferimentos – passivo corrente – no montante de 61,1 milhões de euros é proveniente na sua quase totalidade do Grupo TAP, sendo referente na sua maioria (i) a faturação provisória de trabalhos de manutenção para companhias de aviação no montante de 33,2 milhões de euros (31DEZ12: 27,5 milhões de euros) e (ii) ao justo valor das milhas e pontos atribuídos ao clientes aderentes aos programas de fidelização denominados por TAP Victória, não utilizados nem caducados em 30 de junho de 2013, com expectativa de utilização, no montante de 26,2 milhões de euros (31DEZ12: 25,1 milhões de euros).

19 – Inventários

Inventários	30-Jun-13	31-Dez-12
Mercadorias	936 399	907 554
Produtos acabados e intermédios	10 917	10 227
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	3 478	3 400
Produtos e trabalhos em curso	31 614	28 139
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	166 175	170 325
Adiantamentos por conta de compras	244 935	278 122
Ajustamentos acumulados em inventários	(172 777)	(169 770)
TOTAL	1 220 741	1 227 997

As Mercadorias incluem, essencialmente, o montante de 907,1 milhões de euros de imóveis de propriedade da ESTAMO (31DEZ12: 879,4 milhões de euros), as mercadorias provenientes do Grupo TAP no montante de 15,4 milhões de euros (31DEZ12: 14,4 milhões de euros) e as propriedades da Lazer e Floresta no montante global de 13,1 milhões de euros (31DEZ12: 13,1 milhões de euros).

Os Produtos acabados e intermédios correspondem na sua maioria à INCM com 8,7 milhões de euros (31DEZ12: 9 milhões de euros), dos quais 3,3 milhões de euros relativos a livros diversos (31DEZ12: 3,3 milhões de euros), 1,9 milhões de euros relativos a moeda comemorativa de coleção (31DEZ11: 1,8 milhões de euros) e 1,3 milhões de euros relativos a cartões em PVC (31DEZ12: 1,3 milhões de euros).

A rubrica de Produtos e trabalhos em curso compreende, essencialmente: (i) 16 milhões de euros (31DEZ12: 16 milhões de euros) de projetos de loteamento relacionados com o Grupo Baía do Tejo, dos quais 8,4 milhões de euros (31DEZ12: 8,4 milhões de euros) em projetos em fase de infraestruturização e 6,8 milhões de euros (31DEZ12: 6,8 milhões de euros) em terrenos com infraestruturas; e (ii) 10,7 milhões de euros (31DEZ12: 10 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP que correspondem ao valor dos materiais e horas aplicados em obras de manutenção de aeronaves para terceiros que ainda se encontravam em curso a 30 de junho de 2013.

As Matérias-primas, subsidiárias e de consumo incluem essencialmente:

- material técnico, afeto ao Grupo TAP, para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação, no montante de 145,2 milhões de euros (31DEZ12: 147,9 milhões de euros);
- moedas e outros bens afetos à INCM, no montante de 13,8 milhões de euros (31DEZ12: 14,8 milhões de euros); e
- reagentes e contadores provenientes do Grupo AdP, no montante global de 6,3 milhões de euros (31DEZ12: 6,7 milhões de euros).

Os Adiantamentos por conta de compras correspondem na sua totalidade a imóveis da ESTAMO.

Os Ajustamentos acumulados em inventários incluem maioritariamente 115,4 milhões de euros (31DEZ12: 114,2 milhões de euros) da ESTAMO e 49 milhões de euros (31DEZ12: 47,3 milhões de euros) do Grupo TAP.

20 – Caixa e depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	30-Jun-13	31-Dez-12
Aplicações financeiras	600	600
Depósitos a prazo	1 132 474	530 460
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	390 117	236 270
Numerário	4 191	2 677
Outros	311	-
	1 527 693	770 007

As disponibilidades apresentadas pelo Grupo PARPÚBLICA correspondem essencialmente a aplicações efetuadas em Depósitos a prazo e Depósitos bancários imediatamente disponibilizáveis, destacando-se os saldos da PARPÚBLICA com 908,9 milhões de euros (31DEZ12: 193,8 milhões de euros), do Grupo AdP com 321,6 milhões de euros (31DEZ12: 333,3 milhões de euros), do Grupo TAP com 192,8 milhões de euros (31DEZ12: 85,2 milhões de euros), da INCM com 48,6 milhões de euros (31DEZ12: 59,6 milhões de euros) e do Grupo SAGESTAMO com 18,6 milhões de euros (31DEZ12: 60,3 milhões de euros).

21 – Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados	30-Jun-13	31-Dez-12
Ativos		
Terrenos Grupo SIMAB	2 807	
Participações Financeiras		
CTT		
CTT - Ativos fixos tangíveis	250 389	
CTT - Goodwill	163 210	
CTT - Outros ativos intangíveis	13 907	
CTT - Propriedades de Investimento	3 107	
CTT - Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	690	
CTT - Participações financeiras - outros métodos	131	
CTT - Activos por impostos diferidos	98 895	
CTT - Outras contas a receber (não corrente e corrente) e diferimentos	28 390	
CTT - Inventários	6 219	
CTT - Clientes e adiantamentos a fornecedores	136 850	
CTT - Caixa e depósitos bancários	645 649	
	-	
	1 347 438	-
ANA		
ANA		
ANA - Activos fixos tangíveis	95 371	98 683
ANA - Goodwill	17 280	17 280
ANA - Outros ativos intangíveis	2 141 773	2 146 227
ANA - Participações financeiras - outros métodos	641	777
ANA - Outros activos financeiros	-	108
ANA - Activos por impostos diferidos	28 017	26 931
ANA - Outras contas a receber (não corrente e corrente) e diferimentos	29 958	25 923
ANA - Inventários	1 061	505
ANA - Clientes e adiantamentos a fornecedores	48 913	29 581
ANA - Estado e outros entes públicos	9 184	12 140
ANA - Caixa e depósitos bancários	63 808	95 699
	2 436 007	2 453 854
	-	-
	3 786 253	2 453 854
Passivos		
Participações Financeiras		
CTT		
CTT - Provisões, passivos por impostos diferidos, Estado e outros entes públicos	344 938	
CTT - Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	6 288	
CTT - Fornecedores e adiantamentos de clientes	66 740	
CTT - Outras contas a pagar (não correntes e correntes) e diferimentos	535 323	
	953 288	-
ANA		
ANA - Provisões, passivos por impostos diferidos, Estado e outros entes públicos, outros passivos financeiros e respons. por benefícios pós-emprego	24 270	11 172
ANA - Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	1 464 159	672 797
ANA - Fornecedores e adiantamento de clientes	12 548	24 010
ANA - Outras contas a pagar (não correntes e correntes) e diferimentos	528 136	1 328 325
ANA - Outros passivos financeiros	3 243	4 217
	2 032 357	2 040 521
	2 985 645	2 040 521

O Grupo CTT é classificado como grupo de alienação detido para venda, tendo já sido aprovados pelo Governo os instrumentos legislativos mais relevantes para a respetiva privatização. O goodwill pode ter ajustamento por alteração do preço ou na mensuração dos ativos concentrados (vide nota 2e).

Relativamente ao Grupo ANA, mantém-se a classificação como grupo de alienação detido para venda por se aguardar o preenchimento de todas as condições precedentes para fecho da operação.

O montante de 2 870 milhares de euros corresponde aos terrenos a destacar dos terrenos onde se encontram edificados os mercados abastecedores do Grupo SIMAB, nomeadamente do mercado de Faro e

Braga. Os valores de venda destes terrenos são de 2 100 milhares de euros e 707 milhares de euros, respetivamente, com base nos Contratos de Promessa de Compra e Venda já celebrados.

O Grupo EGF, incluído no Grupo AdP, não foi classificado ainda como grupo de alienação por não estarem ainda aprovados pelo Governo todos os instrumentos legislativos tendentes à respetiva privatização (vide nota 2e).

O total dos ativos do Grupo CTT no montante de 1 347 milhões de euros em 30 de junho de 2013, inclui na sua maioria:

- 646 milhões de euros relativos a caixa e depósitos bancários;
- 250 milhões de euros relativos a ativos fixos tangíveis que correspondem essencialmente a terrenos e edifícios próprios e respetivas obras de beneficiação;
- 137 milhões de euros relativos a clientes; e
- 99 milhões de euros relativos a ativos por impostos diferidos.

Os passivos do Grupo CTT no montante de 953 milhões de euros, inclui na sua maioria:

- 535 milhões de euros relativos a outras contas a pagar que correspondem essencialmente valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período;
- 291 milhões de euros referentes a responsabilidades por benefícios pós-emprego; e
- 64 milhões de euros relativos a fornecedores.

O total dos ativos do Grupo ANA no montante de 2 436 milhões de euros a 30 de junho de 2013 (31DEZ12: 2 454 milhões de euros), inclui na sua maioria:

- 2 142 milhões de euros relativos a ativos intangíveis (31DEZ12: 2 146 milhões de euros), que resultam essencialmente do direito de concessão afeto à ANA e à ANAM.
- 95,3 milhões de euros relativos a ativos fixos tangíveis (31DEZ12: 98,7 milhões de euros), relativos a bens dominiais (bens adquiridos pelo Grupo ANA que se encontram implantados em terrenos do domínio público) e bens patrimoniais (ativos não afetos às atividades de prestação de serviço público, adquiridos pelas empresas do Grupo ANA), não elegíveis para o reconhecimento como Direito de Concessão; e
- 63,8 milhões de euros relativos a caixa e depósitos bancários (31DEZ12: 95,7 milhões de euros).

Os passivos do Grupo ANA no total de 2 032 milhões de euros a 30 de junho de 2013 (31DEZ12: 2 041 milhões de euros), incluem essencialmente:

- 1 464 milhões de euros relativos a financiamentos obtidos (31DEZ12: 672,8 milhões de euros) que inclui um empréstimo de 800 milhões de euros contraído durante o primeiro semestre de 2013 e pelo prazo de um ano e cujo objetivo é satisfazer a obrigação de pagamento de 2/3 do *fee* da concessão da ANA, SA (*fee* total correspondente a 1 200 milhões de euros), dentro dos prazos inicialmente acordados; e
- 520 milhões de euros relativos a outras contas a pagar (31DEZ12: 1 328 milhões de euros) referentes na sua maioria ao *fee* de concessão.

22 – Capital próprio

O Capital nominal no montante de 2 000 000 milhares de euros é composto por 400 000 000 ações nominativas de 5 euros cada, está realizado em 1 027 151 milhares de euros e é detido pelo Estado Português.

A rubrica Reservas legais, reservas não distribuíveis, é composta essencialmente pela reserva legal constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros corresponde essencialmente a: (i) ajustamentos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial previsto na IAS 28; (ii) ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda previstos na IAS 39; e (iii) ajustamentos ao justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de fluxos de caixa, bem como as diferenças de câmbio resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira (refletidos igualmente na Demonstração do Rendimento Integral, como outro rendimento integral).

A rubrica resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O outro rendimento integral respeita essencialmente ao reconhecimento de outro rendimento integral de associadas pela aplicação do método de equivalência patrimonial.

23 – Interesses que não controlam – Balanço

Interesses que não controlam (balanço)	30-Jun-13	31-Dez-12
Interesses minoritários de capital próprio		
Grupo AdP	476 360	537 160
Cateringpor	2 289	2 840
LFP	2 955	5 759
APIS	95	96
ENVC	-	1
SAGESECUR	6 307	6 564
ECODETRA	890	982
Margueira	403	357
Grupo ANA	-	126 721
ANAM	2 914	4 191
SPE	(1 486)	(1 887)
MARL, SA	4 336	-
MARF, SA	(594)	-
MARE, SA	724	-
EAD - Empresa de Arquivo e Documentação, S.A.	1 539	-
Correio Expresso de Moçambique, S.A.	228	-
MARB, SA	510	-
	497 472	682 783

24 – Provisões

Provisões (balanço)	1º semestre 2013							Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos por intermédio de concentrações de	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Efeito da passagem do tempo e de alterações na taxa de desconto	Outros movimentos	
Provisões - não corrente								
Provisão para processos judiciais em curso	24 139	27	171	(32)	(2 849)	(784)	411	21 083
Processos ambientais	6 112	-	-	-	-	-	-	6 112
Remoção de materiais	499	-	-	-	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	371	-	-	(21)	-	-	-	350
Provisões para investimentos financeiros	6 794	-	383	-	-	-	-	7 177
Impostos	409	-	-	-	-	-	-	409
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	147	-	-	(21)	-	-	-	126
Outras provisões	16 979	(2 289)	171	(33)	(806)	(60)	104	16 354
Provisão para contingências laborais	688	-	-	-	-	-	-	688
	56 137	(2 262)	725	(108)	(3 655)	(844)	515	52 798

Provisões (balanço)	2012							Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Efeito da passagem do tempo e de alterações na taxa de desconto	Outros movimentos	Transferência para Detidos para venda	
Provisões - não corrente								
Provisão para processos judiciais em curso	5 656	2 289	(3 204)	(6 324)	(1 995)	1 893	25 824	24 139
Processos ambientais	6 730	-	(618)	-	-	-	-	6 112
Remoção de materiais	499	-	-	-	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	413	-	(43)	-	-	-	-	371
Provisões para investimentos financeiros	498	1 886	-	(2 996)	-	(119 379)	126 785	6 794
Impostos	474	32	-	(97)	-	-	-	409
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	155	-	-	(8)	-	-	-	147
Outras provisões	16 475	2 165	(2 929)	(4 000)	(278)	69	5 477	16 979
Provisão para contingências laborais	784	-	(96)	-	-	-	-	688
	31 684	6 372	(6 890)	(13 425)	(2 273)	(117 417)	158 086	56 137

O montante identificado como Transferência de/para Detidos para venda em 2012 inclui os montantes provenientes do Grupo TAP, que em 2011 se encontravam classificados como passivos associados a ANCDV.

Processos judiciais em curso

As Provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelas empresas do Grupo PARPÚBLICA e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável, destinando-se as provisões existentes em 30 de junho de 2013 a fazer face essencialmente a diversos processos judiciais intentados contra o Grupo TAP, no país e no estrangeiro, no montante de 19 114 milhares de euros.

Processos ambientais

As Provisões para responsabilidades ambientais e remoção de materiais advêm do Grupo Baía do Tejo e destinam-se a acautelar os encargos que irão ser suportados com a recuperação ambiental do território que lhe está afeto, incluindo igualmente os custos com a demolição e desmantelamento de antigas instalações siderúrgicas e remoção de resíduos e escombros, com destino a aterro.

No âmbito do desenvolvimento do projeto de recuperação ambiental encontram-se em desenvolvimento, através de dois Agrupamentos Complementares de Empresas, constituídos entre a Baía do Tejo e a Empresa Geral de Fomento, processos de candidatura a apoios comunitários no âmbito do QREN. Em resultado dos trabalhos desenvolvidos até 30 de Junho de 2013, foi apurado que as responsabilidades a suportar pela Empresa, pelos trabalhos realizados pelos ACE's ascendem a 2 905 milhares de euros.

Provisões para investimentos financeiros

As provisões para investimentos financeiros incluem o montante de 6 679 milhares de euros do Grupo TAP, decorrente do reforço no montante de 383 milhares de euros, referente ao reforço da provisão para capitais próprios negativos da SPdH.

Outras Provisões

A rubrica de Outras provisões corresponde maioritariamente a provisões do Grupo AdP no montante de 11,4 milhões de euros (31DEZ12: 12,2 milhões de euros), essencialmente para fazer face: (i) às dívidas que se encontram em processo de injunção, (ii) aos custos com tratamento de lamas das ETAR; (iii) a contingências fiscais.

As outras provisões do Grupo TAP no montante de 2 350 milhares de euros (31DEZ12: 2 306 milhares de euros), incluem 822 milhares de euros correspondentes a processos judiciais em que a subsidiária TAP ME Brasil é parte envolvida e 1 528 milhares de euros de outras provisões relacionadas com as restantes subsidiárias do grupo.

Estão ainda incluídas provisões do Grupo SAGESTAMO no montante de 2 226 milhares de euros (31DEZ12: 2 226 milhares de euros) que visam cobrir a responsabilidade assumida contratualmente, no momento da compra ao Estado, de partilhar com este a mais-valia obtida com a venda de alguns imóveis.

25 – Financiamentos obtidos

Financiamentos obtidos	30-Jun-13		31-Dez-12	
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente
Passivos por locação financeira	91 241	416 646	111 768	460 459
Empréstimos por obrigações	904 055	3 104 197	993 726	2 751 247
Papel comercial	875 867	-	1 425 794	-
Empréstimos bancários	760 489	2 899 842	578 679	2 311 265
Descobertos bancários	171 767	-	208 396	-
Outros empréstimos obtidos	1 268	15 042	170 047	15 019
Derivados Embutidos	-	28 465	-	114 249
	2 804 687	6 464 192	3 488 410	5 652 240

Os empréstimos respeitam essencialmente a obrigações e financiamentos junto de instituições de crédito nacionais e estrangeiras.

A segmentação das quantias nominais da dívida por maturidades e tipos de taxa de juro é a seguinte:

Financiamentos obtidos	30-Jun-13	31-Dez-12
Por maturidades		
Até 1 ano	2 698 441	3 451 943
De 1 ano até 2 anos	1 222 364	923 853
De 2 anos até 3 anos	364 663	418 542
De 3 anos até 4 anos	270 362	260 499
De 4 anos até 5 anos	1 143 586	1 146 087
Superior a 5 anos	3 470 931	2 972 413
	9 170 346	9 173 337
Por tipo de taxa de juro		
Taxa variável		
Expira num ano	1 735 563	2 473 143
Expira entre 1 e 2 anos	489 351	272 638
Expira entre 2 e 3 anos	110 116	94 437
Mais de 3 anos	1 624 948	1 255 838
	3 959 978	4 096 056
Taxa fixa		
Expira num ano	962 879	978 800
Expira entre 1 e 2 anos	733 013	651 215
Expira entre 2 e 3 anos	254 546	324 105
Mais de 3 anos	3 259 930	3 123 161
	5 210 368	5 077 281
	9 170 346	9 173 337

Os Empréstimos por obrigações, contraídos na sua maioria pela PARPÚBLICA, são mensurados pelo custo amortizado e a opção embutida num desses empréstimos está mensurada pelo justo valor (vide nota 46). Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes:

	30-jun-13	31-dez-12
PARPÚBLICA		
Empréstimo de 500,0 milhões de euros emitido em 2004	513 571	502 985
Empréstimo de 500,0 milhões de euros emitido em 2005	513 106	504 149
Empréstimo de 150,0 milhões de euros emitido em 2005	152 106	150 014
Empréstimo de 250,0 milhões de euros emitido em 2006	256 545	251 295
Empréstimo de 1 015,2 milhões de euros emitido em 2007	-	8 109
Empréstimo de 800,0 milhões de euros emitido em 2009	827 477	813 035
Empréstimo de 885,6 milhões de euros emitido em 2010 *	891 436	865 386
Empréstimo de mútuo de 170,0 milhões de euros contraído em 2012	-	170 047
Empréstimo de 150,0 milhões de euros emitido em 2012	154 011	150 000
Empréstimo de 599,2 milhões de euros emitido em 2013	595 535	-
Empréstimo de 200 milhões de euros emitido em 2013	200 000	-
Sub-total PARPÚBLICA	3 508 252	3 244 973
Grupo AdP	500 000	500 000
Total	4 008 252	3 744 973

* Tem associada uma opção embutida com justo valor pelo *mark to market* de 28 465 milhares de euros (31DEZ12: 114 249 milhares de euros)

O empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, emitido pela PARPÚBLICA em outubro de 2004 pelo prazo de 10 anos vence juros a taxa de juro anual fixa de 4,191%. O empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, emitido em setembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros à taxa de juro anual fixa de 3,567%. O empréstimo obrigacionista de 150 milhões de euros, emitido em dezembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros a uma taxa de juro anual variável indexada ao Euro *Mid Swap* a 10 anos. O empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros, emitido em novembro de 2006 pelo prazo de 20 anos vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 4,2%. Estes empréstimos preveem a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

O empréstimo obrigacionista de 800 milhões de euros, emitido em julho de 2009 pelo prazo de 4 anos, ao abrigo do Programa de Euro *Medium Term Notes*, de montante global de 1.500 milhões de euros, vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 3,5%. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações Permutáveis Galp de 885,65 milhões de euros de setembro de 2010 pelo prazo de 7 anos, enquadra-se na 5ª fase de reprivatização do capital social da Galp, nos termos do Decreto-Lei nº 185/2008, de 19 de setembro. Vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 5,25%. Os obrigacionistas têm o direito de optar pelo reembolso das obrigações ao seu valor nominal na maturidade ou antecipadamente em 28 de setembro de 2015 ou pela troca das obrigações pelas ações Galp, que constituem o respetivo ativo subjacente, a partir de 28 de março de 2013. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos. A PARPÚBLICA tem a possibilidade de reembolsar as obrigações, se o valor do ativo subjacente for igual ou superior a 30%, em pelo menos 20 dias úteis durante 30 dias úteis consecutivos, a partir de 13 de outubro de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade ou da ocorrência de um evento de mudança do controlo da Galp. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A opção embutida no empréstimo e as ações subjacentes estão mensuradas pelo justo valor através de resultados. Os efeitos nos resultados no semestre foram ganho de 85,8 milhões de euros na opção e de perda de 22,5 milhões de euros nas ações subjacentes.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2012-2014 de 150 milhões de euros, em dezembro de 2012 pelo prazo de 2 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Os obrigacionistas podem pedir o reembolso do empréstimo semestralmente, a partir de junho de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2013-2015 de 200 milhões de euros, em junho de 2013 pelo prazo de 2 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas

financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

O financiamento de 599,238 milhões de euros é um empréstimo bancário sindicado com quatro bancos, no qual a PARPÚBLICA sucedeu ao Consórcio ELOS. O financiamento tem uma maturidade de cerca de 30 anos, até 15 de dezembro de 2042, e será amortizado em 57 amortizações iguais, com início em 15 de dezembro de 2014 e final na maturidade. Vence juros a taxa variável, indexada à Euribor a 6 meses. Foi transmitido tendo acoplados 4 *swaps* de taxa variável - taxa fixa, os quais permitem aos bancos a sua conversão em taxa fixa. Um dos Bancos já exerceu esse direito, pelo que presentemente o financiamento vence taxa variável para o montante de 465.069 milhares de euros e vence taxa fixa de 5,91% para o montante de 134.169 milhares de euros, mantendo os restantes 3 *swaps* taxa variável – taxa fixa associados.

O justo valor inicial do empréstimo baseado em atualização a taxa de mercado é de 593.535 milhares de euros donde resultou o reconhecimento de ganho inicial de 12.704 milhares de euros a reverter ao longo da vida do empréstimo pela mensuração ao custo amortizado. O *mark to market* negativo do conjunto dos 3 *swaps* existentes foi inicialmente de 133.648 milhares de euros, sendo de 122.083 milhares de euros em 30 de junho de 2013.

O empréstimo obrigacionista do Grupo AdP encontra-se sujeito a cláusulas de *ownership*, que refere que eventuais alterações à estrutura acionista da empresa podem conduzir ao vencimento imediato da dívida. Relativamente aos contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento o Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, *cross default*, *pari passu*, *negative pledge*, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) ainda a:

- Alterações na estrutura acionista das empresas do grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de empresas;
- Alterações no património das empresas;
- Alteração/cessação da atividade das empresas;
- Alterações na estrutura acionista da AdP/EGF;
- Operações serem realizadas com aval/garantia da AdP/EGF;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- Alterações no volume de negócios das empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constitui-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

A rubrica Empréstimos bancários – passivo não corrente, no valor de 2 899 842 milhares de euros, inclui:

- o montante de 1 943 019 milhares de euros (31DEZ12: 1 957 373 milhares de euros) provenientes do Grupo AdP, respeitantes na sua maioria a financiamentos do Banco Europeu de Investimento;

- o montante de 593 535 milhares de euros referentes a empréstimos obtidos pela PARPÚBLICA em instituições financeiras nacionais e estrangeiras; e
- o montante de 297 232 milhares de euros (31DEZ12: 334 014 milhares de euros) provenientes do Grupo TAP, respeitantes a quatro empréstimos bancários contraídos à taxa fixa Euribor 3 meses. Estão incluídos 83 558 milhares de euros correspondentes a um passivo gerado no âmbito de uma operação de securitização de créditos futuros, realizada pela TAP S.A. em dezembro de 2006, ao abrigo do Decreto-Lei nº 453/99, de 5 de novembro, na qual o Deutsche Bank atuou como lead manager, tendo os créditos futuros sido adquiridos pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Os passivos por locação financeira, incluídos na rubrica de outros empréstimos obtidos, detalham-se como se segue:

Passivos por locação financeira	30-Jun-13	31-Dez-12
Locações financeiras		
Dívidas respeitantes a locação financeira		
Terrenos e recursos naturais	136	206
Edifícios e outras construções	19 449	20 391
Equipamento básico	487 636	550 875
Equipamento de transporte	475	622
Equipamento administrativo	-	1
Outras imobilizações corpóreas	192	133
	507 887	572 227
Futuros pagamentos mínimos		
Até 1 ano	91 366	111 992
De 1 ano até 5 anos	364 854	384 205
Mais de 5 anos	52 321	77 196
	508 541	573 393
Juros		
Até 1 ano	125	224
De 1 ano até 5 anos	334	596
Mais de 5 anos	195	347
	654	1 166
Valor presente dos pagamentos mínimos		
Até 1 ano	91 241	111 768
De 1 ano até 5 anos	364 520	383 610
Mais de 5 anos	52 126	76 849
	507 887	572 227

Os passivos por locação financeira, correntes e não correntes, respeitam basicamente à TAP, decorrentes de contratos de locação financeira de onze aviões Airbus A330, catorze aviões Airbus A319, três aviões Airbus A320, seis aviões Fokker 100, 8 aviões Embraer 145 e de outro imobilizado, encontrando-se o capital em dívida incluído na posição financeira na rubrica “Financiamentos obtidos”, como segue:

	30-jun-13	31-dez-12
Dívidas respeitantes a locação financeira		
Equipamento básico	486 760	549 649
Outras imobilizações corpóreas	192	133
	486 952	549 782
Pagamentos de fundos de capital		
Até 1 ano	88 222	108 406
De 1 ano até 5 anos	357 665	376 366
Mais de 5 anos	41 065	65 010
	486 952	549 782

As responsabilidades de locação operacional do Grupo TAP não se encontram registadas no Balanço. Estes contratos têm durações variáveis que podem ir até aos 8 anos, podendo ser prorrogados por vontade expressa das partes contraentes.

Em 30 de junho de 2013, existiam em regime de locação operacional, 18 aeronaves e quatro reatores.

Em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 229 240 milhares de euros (298 012 milhares de USD) e 245 068 milhares de euros (318 588 milhares de USD), respetivamente.

Os planos de rendas das locações operacionais detalham-se como segue:

	30-jun-13	31-dez-12
Até 1 ano	25 405	50 799
De 1 a 2 anos	45 631	44 424
De 2 a 3 anos	40 496	39 030
De 3 a 4 anos	38 751	37 385
Mais de 4 anos	78 957	73 430
	229 240	245 068

Estes contratos obrigam à constituição de depósitos de garantia que, em 30 de junho de 2013 totalizavam 7 704 milhares de euros e em 31 de dezembro de 2012 totalizavam 8 043 milhares de euros. Estes depósitos serão devolvidos ao Grupo, à medida que os aviões são restituídos aos locadores.

26 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Responsabilidades por benefícios pós-emprego	30-Jun-13	31-Dez-12
Responsabilidade por serviços passados no início do período	142 999	72 868
Custo de juros	3 873	17 587
Custo do serviço corrente	3 615	3 403
Contribuições para fundo de pensões - empregador	(2 328)	(13 079)
Contribuições para Fundo de Pensões - participantes do plano	-	-
Ganhos e perdas atuariais	1 222	(725)
Alterações cambiais nos planos mensurados numa moeda diferente	(1 421)	(913)
Rendimento ativos do fundo	(1 364)	(12 018)
Benefícios pagos	(7 013)	(11 292)
Reconhecimento custo do serviço passado	-	(45)
Outros	-	8 674
Transferência para Detidos para venda	-	78 540
Responsabilidade por serviços passados no final do período	139 583	142 999
Excesso de cobertura (EGF)		
Valor no início do período	38 040	35 963
Retorno efetivo	685	1 665
Contribuição ao fundo	-	2 403
Benefícios pagos	(1 130)	(5 799)
Outros	(54)	3 805
	37 541	38 037
Excesso de cobertura	313	313
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	102 355	107 391

A evolução das Responsabilidades nos últimos 5 anos foi a seguinte:

	30-Jun-13	31-Dez-12	31-Dez-11	31-Dez-10	31-Dez-09
Valor presente das responsabilidades	152 540	285 624	87 631	289 840	267 939
Valor dos ativos dos fundos	50 498	178 546	46 188	160 597	139 306
Défices dos planos	102 042	107 078	41 443	129 243	128 633

O Justo valor dos ativos dos planos eram os seguintes:

Justo valor por categoria dos ativos dos planos (em valor)	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Instrumentos de capital próprio	15 880	10 230
Instrumentos de dívida	31 961	33 422
Propriedade	1 746	688
Outros ativos	910	2 262
	50 498	46 602

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém em algumas das empresas (PARPÚBLICA, por via da fusão com a Portucel, TAP, Companhia das Lezírias, Lazer e Floresta, EPAL, EGF, INCM) um conjunto de obrigações de benefícios definidos, para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da ex-Portucel, SGPS com mais de cinco anos de serviço têm direito após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida atualizada

para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes diretos. Para cobrir esta responsabilidade existe um fundo de pensões autónomo, gerido por uma entidade externa.

Os planos de benefícios definidos contemplam não apenas benefícios de reforma mas, na TAP, também: (i) prémios de jubilação que consistem em prémios a serem pagos, de uma só vez, aos pilotos de avião na data da reforma e até aos 60 anos de idade, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pelo Grupo; e (ii) cuidados de saúde que o Grupo assegura aos pré-reformados e reformados do segmento de Atividades Aeronáuticas.

O Acordo de Empresa da TAP S.A. celebrado com o Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil (SPAC) prevê a garantia, por parte da TAP S.A., para além de um plano de pensões, de um prémio de jubilação a cada piloto, a ser pago de uma só vez no momento da reforma à data da formação da pensão completa, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pela TAP S.A. em nome dos pilotos. Os princípios subjacentes à apólice de reforma coletiva celebrada com a companhia seguradora, que reproduzem este Plano de Benefícios de Reforma dos Pilotos, são como segue:

- (i) Condições de admissão: Pilotos que se encontrem em efetividade de serviço;
- (ii) Idade normal de reforma: 60 anos;
- (iii) Garantias: Cada participante terá direito, na idade normal de reforma a um capital de 16 vezes o último salário mensal declarado.

O financiamento do plano de benefícios é efetuado através da apólice, que é reforçada pelas contribuições (prémios) efetuadas pela Empresa e pelo rendimento obtido a partir das aplicações financeiras realizadas pela companhia seguradora num Fundo Autónomo que suporta esta modalidade de seguro.

Após a alteração do acordo de empresa com o SPAC, em Outubro de 2008:

- (i) Pilotos admitidos até 31 de Maio de 2007: o jubileu é mantido, mas apenas será devido no caso de reforma à data da formação da pensão completa, podendo o capital ser aumentado por cada ano de prestação de serviço após a formação da pensão completa;
- (ii) Pilotos admitidos a partir de 1 de Junho de 2007: não existe jubileu.

A TAP S.A. assegura aos pré-reformados e reformados antecipadamente, que tenham idade inferior a 65 anos, um plano de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos a uma taxa reduzida. Por outro lado, a TAP S.A. vem facultando aos reformados, a título de liberalidade, a possibilidade de acesso e de utilização dos serviços médicos da UCS, pelos quais pagarão, por cada ato clínico, uma parcela do custo do serviço, sendo a parte restante suportada pela TAP S.A..

A TAP S.A. entende que o facto de permitir aos seus ex-trabalhadores, reformados a utilização dos serviços de saúde prestados na UCS (uma empresa do Grupo TAP), não constitui uma obrigação, mas tão somente uma liberalidade em cada momento concedida, pelo que não terá que registar qualquer responsabilidade com a prestação de cuidados de saúde, relativamente aos trabalhadores presentemente no ativo, para o

período após a cessação da sua atividade laboral na empresa. Desta forma, a esta data, a provisão existente cobre a totalidade das responsabilidades com atos médicos com pré-reformados, reformados antecipadamente, tendo a referida responsabilidade sido determinada com base em estudo atuarial calculado por entidade independente.

A EPAL dispõe de um plano de benefícios sociais para os seus trabalhadores, o qual tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma. As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela empresa. As responsabilidades globais da empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo da empresa. Em 22 de março de 2008, a EPAL alterou o plano de pensões de benefício definido para um plano misto de benefício definido e contribuição definida.

Relativamente às pré-reformas, no decurso do primeiro semestre de 2008, a EPAL alterou os critérios/pressupostos relacionados com contabilização das responsabilidades da empresa para com os pré-reformados. Até esse momento, era pressuposto que anualmente passaria à situação de pré-reforma um conjunto de colaboradores representativos de 10% da massa salarial elegível para pré-reforma, contribuindo esse pressuposto para o cálculo das respetivas responsabilidades. Como esta situação se mostra desajustada da realidade, apenas passaram a ser consideradas como provisão, as responsabilidades efetivas de pré-reforma, sendo que quando um colaborador entra em situação de pré-reforma, é reconhecida no ano a totalidade da responsabilidade correspondente.

Ainda durante o primeiro semestre do ano de 2008, foi alterado o Plano de Pensões, passando de um Plano de Benefício Definido (“BD”), para um Plano Misto de Benefício Definido e Contribuição Definida (“CD”). Nessa sequência, a porção das responsabilidades BD da empresa correspondente aos colaboradores atualmente em CD foi reduzida, bem como o correspondente valor do Fundo, pois o mesmo foi transferido para contas individuais dos colaboradores afetos ao Plano CD, conforme acordo firmado entre a Empresa e Organizações Representativas do Trabalhadores da EPAL.

A INCM proporciona aos seus colaboradores, com caráter liberatório, determinados benefícios pós-reforma, nomeadamente cuidados médicos, subsídio pecuniário complementar de funeral e pensões especiais de sobrevivência. Existem outros benefícios pós-reforma mas de difícil previsão de utilização por parte dos colaboradores (refeitórios, etc). A INCM reconhece de imediato todos os ganhos e perdas atuariais do valor das responsabilidades por serviços passados com benefícios pós-emprego de saúde.

A Companhia das Lezírias atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada.

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo PARPÚBLICA foram determinadas por estudos atuariais elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o método “Unidade de Crédito Projetado” e com os seguintes pressupostos dominantes:

	30-jun-13	31-dez-12	31-dez-11
	Portugal	Portugal	Portugal
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80/Swiss RE	EVK80	EVK80
Taxa de rendimento	3,75%	4,10/4,75%	4,50%/4,75%
Taxa de crescimento			
Salários	0% até 2014; depois 1,25% - 2,75%	0% até 2014; depois 1,5% - 2,5%	1,5% - 2,5%
Pensões	0% até 2014; depois 1,25% - 1,5%	0% até 2014; depois 1,25% - 1,5%	1,25% - 1,5%
Pensão de reforma da Segurança Social	2,5%	2,5%	2,5%

27 – Adiantamentos de clientes

Os Adiantamentos efetuados por clientes são de 3 011 milhares de euros (31DEZ12: 1 154 milhares de euros).

28 – Fornecedores

Fornecedores	30-Jun-13	31-Dez-12
Fornecedores c/c	121 428	161 737
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	59 277	10 285
	180 705	172 022

O montante em dívida a Fornecedores c/c resulta sobretudo de valores a pagar: (i) pelo Grupo TAP com 63 025 milhares de euros (31DEZ12: 99 922 milhares de euros); (ii) pelo Grupo AdP com 47 461 milhares de euros (31DEZ12: 50 602 milhares de euros); (iii) pela INCM com 3 582 milhares de euros (31DEZ12: 4 869 milhares de euros); (iv) pelo Circuito Estoril com 2 814 milhares de euros (31DEZ12: 2 895 milhares de euros); e (v) pela Baía do Tejo com 1 431 milhares de euros (31DEZ12: 1 271 milhares de euros) no desenvolvimento da sua atividade operacional.

29 – Acionistas/Sócios

Acionistas / sócios	30-Jun-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Passivo Acionistas / sócios	50 018	-	18	-

Em 30 de junho de 2013 esta rubrica inclui o montante de 50 milhões de euros relativo a dividendos aprovados em assembleia geral a entregar ao acionista Estado Português.

30 – Outras contas a pagar

Outras contas a pagar	30-Jun-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Adiantamentos por conta de vendas	46 289	-	53 309	-
Fornecedores de imobilizado	49 401	31 536	59 376	32 290
Entidades participantes e participadas	9 740	-	2 163	-
Pessoal	23 571	-	12 173	-
Documentos pendentes de voo	505 722	-	278 658	-
Acréscimos de gastos	276 896	-	275 291	-
CGD e Parcaixa - ações da EDP	484 644	-	481 456	-
Outros	289 273	105 789	154 471	118 291
	1 685 536	137 325	1 316 896	150 581

Os Adiantamentos por conta de vendas relacionam-se essencialmente com a venda de propriedades pelo Grupo SAGESTAMO, incluindo 26 milhões de euros (o mesmo montante em 31DEZ12) referente ao Imóvel do Pavilhão do Conhecimento.

As dívidas a Fornecedores de imobilizado advêm essencialmente do Grupo AdP com 44 013 milhares de euros em passivo corrente e 31 536 milhares de euros em passivo não corrente (31DEZ12: 55 730 milhares de euros em passivo corrente e 32 290 milhares de euros em passivo não corrente).

O valor registado em documentos pendentes de voo, que provém da subsidiária TAP, corresponde ao valor de venda do transporte de passageiros e carga, que no momento de venda é registado como um passivo na rubrica “documentos pendentes de voo”. Durante o primeiro semestre de 2013 e no exercício de 2012, com base nas análises parciais e periódicas que são efetuadas a esta rubrica, resultaram ajustamentos às receitas de transporte de passageiros e de carga, respetivamente, nos montantes de 51 033 milhares de euros (5,6% da receita voada) e 107 224 milhares de euros (5,5% da receita voada), que foram reconhecidos na rubrica “Vendas e serviços prestados”.

Em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a responsabilidade do Grupo, relativamente a bilhetes emitidos e não utilizados, registada na rubrica “Documentos pendentes de voo”, era a seguinte:

	30-Jun-2013	31-Dez-2012
Passageiros	505 181	278 126
Carga	541	532
	505 722	278 658

A rubrica de Acréscimos de gastos – passivo corrente – inclui:

- 225 376 milhares de euros do Grupo TAP (31DEZ12: 219 978 milhares de euros) refere-se essencialmente a remunerações (58 572 milhares de euros), reservas de manutenção (45 048 milhares de euros), combustíveis de avião (23 860 milhares de euros), taxas de navegação aérea (13 871 milhares de euros) e encargos especiais da atividade de venda (11 969 milhares de euros);
- 44 829 milhares de euros referentes ao Grupo AdP (31DEZ12: 47 092 milhares de euros); e
- 2 323 milhares de euros do Grupo Sagestamo (31DEZ12: 2 479 milhares de euros).

O montante de 484 644 milhares de euros em passivo corrente (31DEZ12: 481 456 milhares de euros) é proveniente da PARPÚBLICA e respeita à parte em dívida por aquisições de ações em reforço de posições em associadas, tendo em vista a reprivatização.

A rubrica Outros – passivo corrente inclui, essencialmente:

- 100 002 milhões de euros (31DEZ12: 2 130 milhões de euros) respeitantes ao adiantamento efetuado pela empresa VINCI pela privatização da ANA;
- 95 972 milhares de euros (31DEZ12: 59 379 milhares de euros) respeitantes a taxas e impostos do Grupo TAP;
- 76 247 milhares de euros (31DEZ12: 76 021 milhares de euros) respeitantes ao Grupo AdP; e
- 15 698 milhares de euros (31DEZ12: 16 491 milhares de euros) referentes ao Grupo SAGESTAMO.

A rubrica Outros – passivo não corrente-, inclui essencialmente:

- 97 155 milhares de euros (31DEZ12: 111 084 milhares de euros) relativos ao Grupo AdP, respeitando a dívidas aos municípios pela integração do património nos sistemas Multimunicipais;
- 4 805 milhares de euros (31DEZ12: 4 805 milhares de euros) correspondentes à dívida líquida do Grupo Baía do Tejo à Direção Geral do Tesouro; e
- 2 484 milhares de euros (31DEZ12: 2 380 milhares de euros) do Grupo TAP, resultantes do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *swaps* de taxa de juro e de *jet fuel*.

31 – Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros	30-Jun-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
<i>Swaps</i>	-	138 490	-	59 680

A quantia registada em Outros passivos financeiros – passivo não corrente – inclui:

- 122 083 milhares de euros da PARPÚBLICA, referentes aos três *swaps* associados ao empréstimo transmitido pela ELOS, para os quais se concluiu não se verificarem plenamente satisfeitos os requisitos para serem qualificados como derivados embutidos não separáveis do contrato hospedeiro nem os requisitos para designação como instrumentos de cobertura de riscos de fluxos de caixa.
- 16 407 milhares de euros relativos aos *swaps* de taxa de juro e de taxa de câmbio do Grupo AdP, não integrados na contabilidade de cobertura mensurados pelo justo valor à data de balanço, com base em valorizações indicadas por entidades independentes. Estes *swaps* estão associados a um montante nocional global de 395 milhões de euros.

32 – Vendas e serviços prestados

Rébito das vendas e dos serviços prestados	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Vendas		
Mercado interno	262 578	243 391
Mercado externo	70 844	74 625
	333 422	318 017
Prestações de serviços		
Mercado interno	789 526	494 511
Das quais: rendas de propriedade de investimento	31 284	27 829
Mercado externo	1 078 165	1 028 101
	1 867 691	1 522 611
Total	2 201 114	1 840 628

Pelo relato por segmentos de negócio apresentado na nota 1, as Atividades Aeronáuticas evidenciam-se como o segmento mais significativo contribuindo com cerca de 1 371 milhões de euros (1º semestre de 2012: 1 334 milhões de euros), correspondentes a 62% (1º semestre de 2012: 72%) do total de Vendas e prestações de serviços. Do total deste segmento cerca de 188 milhões de euros respeitam a unidades de atividades descontinuadas (Grupo ANA) pelo facto dos seus ativos e passivos terem sido incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5. O segundo segmento mais significativo é o de Águas e Resíduos contribuindo com cerca de 394 milhões de euros (1º semestre de 2012: 416 milhões de euros), correspondentes a 18% (1º semestre de 2012: 23%) do total de Vendas e prestações de serviços. Outro segmento significativo é o dos Serviços Postais que contribui com cerca de 351 milhões de euros, correspondentes a 16% do total de Vendas e prestações de serviços. Todo o segmento de Serviços Postais respeita a unidades de atividades descontinuadas pelo facto dos seus ativos e passivos terem sido incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5 (vide nota 54).

33 – Subsídios à exploração

Subsídios à exploração	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Relacionados com ativos biológicos	933	955
Outros	1 652	2 659
Total	2 585	3 614

Os subsídios à exploração relacionados com ativos biológicos dizem respeito à atividade operacional da Companhia das Lezírias.

A rubrica de Outros diz respeito aos Subsídios à exploração provenientes, essencialmente, do Grupo TAP – 1 603 milhares de euros (1º semestre de 2012: 1 802 milhares de euros) de subsídios do Estado relativamente à comparticipação no preço de venda do bilhete para passageiros com destino ou origem na Região Autónoma dos Açores, quando os passageiros se enquadrem no regime legal aplicável. O montante reconhecido, em cada exercício, corresponde, à estimativa do Grupo TAP, do valor a receber, por bilhetes voados no próprio exercício, por passageiros abrangidos pelo benefício.

34 – Ganhos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Ganhos/perdas imputados de associadas	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Ganhos pela aplicação do método de equivalência patrimonial		
ECODETRA	6	-
Parcaixa, SGPS, SA	5 141	6 562
Credip - Instituição Financeira de Crédito	-	39
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	125	91
Subtotal	5 272	6 691
Perdas pela aplicação do método de equivalência patrimonial		
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	-	-
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	182	1 032
Credip - Instituição Financeira de Crédito	4	-
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	383	2 275
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	-	5
Subtotal	569	3 312
TOTAL	4 703	3 379

35 – Dividendos de participações ao custo e ao justo valor

Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	1º semestre 2013	1º semestre 2012
EDP - Energias de Portugal, SA	-	172 448
REN	8 988	45 034
GALP	6 970	11 616
HCB	-	2 038
PT - Portugal Telecom, SA	260	521
Lisnave	119	-
ZON Multimédia	14	18
Futuro SGFP	14	11
	16 364	231 686

As participações na EDP (21,35%), na REN (40%) e na HCB (15%) foram alienadas em 2012, pelo que a PARPÚBLICA deixou de receber dividendos destas participações.

36 – Ganhos em alienações de participações

Ganhos em alienações de participações	1º semestre 2013	1º semestre 2012
EDP	-	500 050
REN	-	74 120
	-	574 169

As mais-valias ocorridas em 2012 decorreram da alienação de 21,35% da EDP, 40% da REN e 15% da HCB – Hidroelétrica de Cahora Bassa.

37 – Variação nos inventários da produção

Variação nos inventários da produção (variação da produção)	1º semestre 2013			1º semestre 2012		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso
Inventários Iniciais (finais de n-1)	(10 227)	(3 400)	(28 139)	(10 006)	(2 342)	(24 234)
Reexpressões (sinal + ou -)	-	-	-	-	-	-
Notas	-	-	-	-	-	-
Inventários iniciais ¹	(10 227)	(3 400)	(28 139)	(10 006)	(2 342)	(24 234)
Regularização de inventários ¹	(493)	0	(2 865)	(2 269)	0	(3 221)
Transferência de/para Detidas para venda	-	-	-	-	-	-
Existências finais ¹	10 917	3 478	31 614	12 661	930	22 178
Variação da produção	197	78	611	387	(1 411)	(5 278)
			886			(6 302)

¹ para efeitos de demonstração da variação dos inventários da produção inclui-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

38 – Trabalhos para a própria entidade

Trabalhos para a própria entidade	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Ativo não corrente		
Ativos Intangíveis	146	-
Ativos fixos tangíveis	894	721
Outros ativos não correntes	8 516	13 765
	9 556	14 486
Ativo corrente		
Inventários	600	551
	600	551
TOTAL	10 156	15 037

Os Trabalhos para a própria entidade, relativos aos Ativos fixos tangíveis, incluem essencialmente a capitalização de custos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção dos ativos do Grupo ANA, no montante de 877 milhares de euros (1º semestre de 2012: 653 milhares de euros), assim decompostos:

- Outros gastos – 761 milhares de euros (1º semestre de 2012: 542 milhares de euros);
- Fornecimentos e serviços externos – 111 milhares de euros (1º semestre de 2012: 107 milhares de euros); e
- Mercadorias vendidas e matérias consumidas – 5 milhares de euros (1º semestre de 2012: 4 milhares de euros).

Os Trabalhos para a própria entidade relativos aos Outros ativos não correntes, no montante de 8 516 milhares de euros (1º semestre de 2012: 13 765 milhares de euros) respeitam à capitalização de gastos incorporados na formação do custo dos direitos de utilização de infraestruturas do Grupo AdP, assim decompostos:

- Gastos financeiros – 4 123 milhares de euros (1º semestre de 2012: 8 263 milhares de euros);

- Gastos com o pessoal – 2 933 milhares de euros (1º semestre de 2012: 3 499 milhares de euros); e
- Fornecimentos e serviços externos – 1 461 milhares de euros (1º semestre de 2012: 1 972 milhares de euros).

Os Trabalhos para a própria entidade relativos a Inventários, no montante de 600 milhares de euros, dizem respeito a Gastos com o pessoal e Outros gastos incluídos no custo de aquisição/produção de inventários do Grupo TAP (1º semestre de 2012: 551 milhares de euros).

39 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)	1º semestre 2013		1º semestre 2012	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventários iniciais	907 652	170 732	849 590	191 068
Compras	101 935	88 250	88 411	70 742
Regularização de existências	(873)	(4 859)	694	(6 965)
Inventários finais	(942 537)	(170 048)	(879 919)	(182 741)
Inventários consumidos e vendidos	66 176	84 076	58 775	72 105
		150 252		130 880

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no montante de 150 252 milhares de euros (1º semestre de 2012: 130 880 milhares de euros) inclui essencialmente:

- 105 904 milhares de euros (1º semestre de 2012: 92 784 milhares de euros) do Grupo TAP, maioritariamente relacionados com material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação;
- 15 054 milhares de euros (1º semestre de 2012: 14 834 milhares de euros) relativos a reagentes e contadores do Grupo AdP;
- 10 035 milhares de euros (1º semestre de 2012: 9 452 milhares de euros) de imóveis do Grupo SAGESTAMO;
- 8 616 milhares de euros (1º semestre de 2012: 10 992 milhares de euros) de moedas e outros bens relativos à INCM; e
- 7 760 milhares de euros relativos à atividade operacional do Grupo CTT.

Os movimentos de Regularização de existências de Mercadorias e de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, respeitam essencialmente ao Grupo TAP (5 541 milhares de euros de ajustamentos negativos em junho de 2013).

40 – Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Combustíveis	382 934	395 971
Outros materiais e serviços consumidos	211 023	119 460
Assistência por terceiros nos aeroportos	74 120	73 518
Trabalhos especializados	90 120	72 140
Taxas de navegação aérea	64 753	63 914
Conservação e reparação de equipamento de voo	43 648	59 368
Conservação e reparação de outros ativos	29 636	34 091
Subcontratos	37 044	32 442
Locação operacional de aviões	26 175	25 579
Comissões	17 706	21 544
Despesas a bordo	21 194	20 833
Encargos especiais da atividade de venda - atividade de transporte aereo	21 850	19 647
Rendas e alugueres	35 431	17 716
Taxas de aterragem	15 265	14 516
Vigilância e segurança	15 521	14 727
Alojamento e alimentação nas escalas	9 865	10 169
Seguros	10 763	9 435
Honorários	3 310	4 530
	1 110 357	1 009 599

O segmento de atividade que mais contribuiu para esta rubrica da demonstração dos resultados foi o sector de atividades aeronáuticas, representando 78% (87% em junho de 2012) dos gastos incorridos.

Os Combustíveis são o gasto mais representativo, 33% do total de Fornecimentos e serviços externos.

O acréscimo dos Fornecimentos e serviços externos resulta maioritariamente da inclusão dos custos do Grupo CTT, que incluem essencialmente custos suportados com transporte de mercadorias, operadores postais, agenciamentos, comunicação, limpeza higiene e conforto, postos de correio e seguros.

Os Outros materiais e serviços consumidos advêm essencialmente do Grupo CTT com 62 542 milhares de euros, do Grupo TAP com 53 431 milhares de euros (1º semestre de 2012: 54 806 milhares de euros), do Grupo AdP com 45 939 milhares de euros (1º semestre de 2012: 46 105 milhares de euros) e do Grupo ANA com 42 818 milhares de euros (1º semestre de 2012: 13 256 milhares de euros).

41 – Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Remunerações	434 495	296 574
Encargos sociais	90 690	61 491
Outros gastos com o pessoal	41 832	34 248
Gastos com benefícios de reforma	6 227	4 713
	573 245	397 026

As retribuições pagas aos membros dos órgãos sociais da PARPÚBLICA e das suas subsidiárias em 30 de junho de 2013, foram:

Mesa da Assembleia Geral:	7 milhares de euros
Conselho de Administração:	3 491 milhares de euros
Revisor Oficial de Contas:	333 milhares de euros

Os outros gastos com o pessoal advêm essencialmente do Grupo TAP (20 101 milhares de euros), assim decompostos:

- Seguros – 5 485 milhares de euros (1º semestre de 2012: 5 967 milhares de euros);
- Gastos de ação social – 5 761 milhares de euros (1º semestre de 2012: 5 855 milhares de euros);
- Comparticipações de refeições – 2 461 milhares de euros (1º semestre de 2012: 2 438 milhares de euros);
- Seguros de acidentes de trabalho – 1 696 milhares de euros (1º semestre de 2012: 1 746 milhares de euros);
- Outros – 4 698 milhares de euros (1º semestre de 2012: 4 395 milhares de euros).

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Gastos com benefícios de reforma	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Custo do serviço corrente	5 556	3 459
Custo de juros	10 164	2 524
Retorno esperado dos ativos do plano	-	(770)
Custo do serviço passado	(600)	168
Outros	(8 893)	(668)
TOTAL	6 227	4 713

Os Gastos com benefícios de reforma advêm essencialmente do Grupo TAP com 5 739 milhares de euros. O movimento ocorrido no ano relativamente aos passivos de benefícios definidos, bem como os principais pressupostos atuariais utilizados na elaboração dos estudos, são apresentados na nota 26.

42 – Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)

Ajustamentos em inventários	1º semestre 2013		1º semestre 2012	
	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários
Mercadorias	190	1 679	-	275
Produtos acabados e intermédios	-	1	-	134
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 333	27	1 234	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-
	3 522	1 707	1 234	409
		(1 815)		(825)

As quantias registadas na rubrica de Inventários (vide nota 19) encontram-se líquidas das perdas de imparidade acumuladas.

As reversões de ajustamentos em inventários de mercadorias referem-se aos imóveis do Grupo Sagestamo.

As perdas e reversões dos ajustamentos em inventários são registadas em função do valor realizável líquido estimado no final de cada período.

As perdas e reversões de ajustamentos em inventários de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se essencialmente ao Grupo TAP relativamente a material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

43 – Imparidade de dívidas a receber

Imparidade de dívidas a receber	1º semestre 2013		1º semestre 2012	
	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber
Cientes	5 233	3 676	4 749	2 944
Contas a receber - não corrente	-	-	156	-
Outras contas a receber - correntes	888	143	3 537	2 006
Outros ativos e passivos financeiros	-	33	234	-
	6 121	3 852	8 676	4 950
		(2 268)		(3 726)

As quantias registadas nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber (vide notas 14 e 17) encontram-se líquidas das perdas de imparidade acumuladas.

O reforço efetuado em Ajustamentos em contas a receber resulta essencialmente de: (i) 2 089 milhares de euros efetuados pelo Grupo CTT; (ii) 1 748 milhares de euros efetuados pelo Grupo ANA; (iii) 1 040 milhares de euros efetuados pelo Grupo TAP; e (iv) 1 016 milhares de euros efetuados pelo Grupo AdP.

A Reversão de ajustamentos em contas a receber no primeiro semestre de 2013 respeita, essencialmente, a: (i) 2 887 milhares de euros do Grupo TAP; (ii) 507 milhares de euros do Grupo AdP; e (iii) 360 milhares de euros do Grupo CTT.

44 – Provisões

Provisões (gastos / reversões)	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Provisão para processos judiciais em curso	1 283	2 169
Outras provisões	(1 490)	(1 169)
	(207)	1 000

As principais variações encontram-se discriminadas na nota 24 - Provisões, destacando-se os montantes mais significativos no Grupo TAP e no Grupo CTT, resultantes de Processos judiciais em curso e outras provisões.

45 – Imparidade de investimentos

Imparidade de investimentos não depreciáveis	1º semestre 2013		1º semestre 2012	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos fixos não depreciáveis				
Outros ativos financeiros				
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	-	2 033	55	-
REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.	-	-	48 946	-
Outros ativos financeiros	100	-	-	-
Trevo Oeste	-	5 000	-	-
	100	7 033	49 001	-
		6 933		(49 001)

A reversão da perda por imparidade referente à INAPA foi apurada após a aplicação do método de equivalência patrimonial nessa associada. Assim, o montante revertido de 2 033 milhares de euros referente à INAPA (1º semestre de 2012: 234 milhares de euros de perdas por imparidade reconhecidas), corresponde à diferença entre a quantia escriturada após a aplicação do método de equivalência patrimonial e o justo valor (dado pela cotação das ações da INAPA), à data de 30 de junho de 2013, menos os custos estimados de vender (considerados imateriais).

A reversão da perda por imparidade no valor de 5 000 milhares de euros refere-se a obrigações do tesouro detidas pela INCM.

Imparidade de investimentos depreciáveis	1º semestre 2013		1º semestre 2012	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos fixos tangíveis depreciáveis				
Terrenos e recursos naturais	-	1	-	59
Edifícios e outras construções	1 031	-	-	-
	1 031	1	-	59
		(1 031)		59

As perdas por imparidade relativas a edifícios e outras construções, registadas no primeiro semestre de 2013, referem-se ao Grupo CTT.

46 – Aumentos / reduções de justo valor

Aumentos / reduções de justo valor	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Ajustamentos positivos		
Propriedades de investimento	-	180
Ativos biológicos	1 180	817
Ganhos de outras participações valorizadas ao justo valor através de resultados	93 269	5 892
Outros	26 151	406
	120 600	7 295
Ajustamentos negativos		
Propriedades de investimento	2 992	-
Activos biológicos	322	309
Perdas de outras participações valorizadas ao justo valor através de resultados	24 199	160 797
Outros	122 083	10 587
	149 596	171 693
	(28 996)	(164 397)

Os ajustamentos negativos de justo valor em propriedades de investimento respeitam essencialmente às seguintes entidades (valores líquidos):

- Fundo IIF Estamo – 2 853 milhares de euros;
- Grupo TAP – 135 milhares de euros.

Os métodos utilizados para a determinação do justo valor encontram-se discriminados na nota 6 - Propriedades de Investimento.

Os ajustamentos positivos e negativos de justo valor em ativos biológicos respeitam na sua totalidade à Companhia das Lezírias.

Os métodos utilizados para a determinação do justo valor encontram-se discriminados na nota 9 - Ativos Biológicos.

Em 30 de junho de 2013, os Ganhos/Perdas de investimentos financeiros detidos para negociação e aumentos/reduções de justo valor referente a Outros (valores líquidos) decorrem essencialmente da PARPÚBLICA no montante de 40 309 milhares de euros negativos.

	1º semestre de 2013			1º semestre de 2012		
	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos
Swaps de taxa de juro	-	123 147	-123 147	5 890	-	5 890
Ajustamento para o justo valor no reconhecimento	12 704	-	12 704	-	-	-
Ações EDP (*)	-	-	-	-	79 849	-79 849
Opção sobre ações da EDP	-	-	-	-	-	-
Ações GALP (*)	-	22 525	-22 525	-	80 144	-80 144
Opção sobre ações da GALP	85 783	-	85 783	-	-	-
Ações REN	7 402	-	7 402	-	-	-
Outras ações	84	611	-527	2	803	-801
	105 973	146 283	-40 309	5 892	160 797	-154 905

(*) Ações subjacentes às opções dos empréstimos obrigacionistas permutáveis emitidos pela PARPÚBLICA

O justo valor das ações é fundamentado na cotação na NYSE Euronext e o justo valor dos derivados é baseado no *mark to market* determinado por entidades financeiras internacionais.

Os outros aumentos de justo valor incluem também o montante de 13 267 milhares de euros, correspondem à variação ocorrida nos *swaps* detidos pelo Grupo AdP.

47 – Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos operacionais	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Rendimentos suplementares	31 222	27 576
Ganhos em existências	1 273	431
Ganhos em imobilizações	7 247	2 892
Ganhos na venda de Prop. Inv. ao custo por incapacidade determinar o Justo Valor	-	194
Outros rendimentos e ganhos de propriedades de investimento	1 249	1 023
Rendimentos de juros e outros rendimentos financeiros		
Desc de pronto pagamento obtidos	220	221
Outros rendimentos e ganhos financeiros	6 859	8 576
Diferenças de câmbio favoráveis	1 705	7
Outros juros obtidos	31 414	23 450
Concentração da SIMAB	41 555	-
Total	122 744	64 370

Os Rendimentos suplementares advêm, maioritariamente, do segmento de atividades aeronáuticas e referem-se, entre outros, a venda de milhas do programa TAP Victoria a parceiros de 9 314 milhares de euros (1º semestre de 2012: 8 311 milhares de euros), rendimentos com publicidade de 4 620 milhares de euros (1º semestre de 2012: 4 337 milhares de euros), a vendas de material de armazém recuperado de 4 634 milhares de euros (1º semestre de 2012: 3 346 milhares de euros), rendas e sublocações de 965 milhares de euros (1º semestre de 2012: 1 042 milhares de euros). Incluem ainda 2 984 milhares de euros referentes ao Grupo AdP (1º semestre de 2012: 3 630 milhares de euros) e 2 795 milhares de euros relativos ao Grupo ANA (1º semestre de 2012: 2 556 milhares de euros).

O montante relativo à na concentração da SIMAB foi apurado de forma provisória, dado que quer a retribuição correspondente ao preço de aquisição, quer o justo valor dos ativos e dos passivos adquiridos são ainda provisórios (vide nota 2e).

Os juros obtidos, no montante de 31 414 milhares de euros (1º semestre de 2012: 23 450 milhares de euros) incluem essencialmente:

- 20 466 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2012: 19 418 milhares de euros);
- 6 210 milhares de euros do Grupo CTT; e
- 3 212 milhares de euros da PARPÚBLICA (1º semestre de 2012: 1 341 milhares de euros).

A rubrica de Ganhos em imobilizações advém essencialmente da PARPÚBLICA no montante de 5 792 milhares de euros (1º semestre de 2012: 664 875 milhares de euros). No primeiro semestre de 2012, esses Ganhos em imobilizações respeitaram à concretização no início de 2012 das reprivatizações (vendas) das

participações na REN e na EDP, classificadas em 31 de dezembro de 2011 como ativos não correntes detidos para venda.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos financeiros, no montante de 6 859 milhares de euros é composta maioritariamente pelo Grupo AdP no montante de 2 908 milhares de euros (1º semestre de 2012: 713 milhares de euros), pelo Grupo SAGESTAMO em 1 579 milhares de euros (1º semestre de 2012: 2 943 milhares de euros) e pelo Grupo CTT com 1 550 milhares de euros.

48 – Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas operacionais	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Impostos	12 854	11 340
Perdas em imobilizações	1 626	1 000
Perdas em existências	881	2 460
Multas e penalidades	141	212
Diferenças de câmbio desfavoráveis	21 518	9 565
Descontos de pronto pagamento obtidos (incluindo financeiros)	9	-
Gastos e perdas de serviços financeiros	4 768	4 420
Outros	15 957	13 176
	57 754	42 174

A rubrica de Impostos inclui, essencialmente, 4 912 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2012: 4 740 milhares de euros), 4 460 milhares de euros do Grupo TAP (1º semestre de 2012: 3 373 milhares de euros) e 2 133 milhares de euros da INCM (1º semestre de 2012: 2 360 milhares de euros).

As Perdas em imobilizações referem-se essencialmente ao Grupo ANA, com um total de perdas de 1 068 milhares de euros (1º semestre de 2012: 32 milhares de euros).

Relativamente às Perdas em existências, estas referem-se na sua maioria ao Grupo TAP com um montante de 618 milhares de euros (1º semestre de 2012: 2 161 milhares de euros).

As Diferenças de câmbio desfavoráveis são provenientes na sua quase totalidade do Grupo TAP.

Os Gastos e perdas de serviços financeiros respeitam essencialmente ao Grupo TAP, 1 929 milhares de euros (1º semestre de 2012: 2 327 milhares de euros), ao Grupo ANA com 1 709 milhares de euros (1º semestre de 2012: 435 milhares de euros) e ao Grupo SAGESTAMO com 1 089 milhares de euros (1º semestre de 2012: 1 631 milhares de euros).

A rubrica de Outros inclui, essencialmente:

- 7 395 milhares de euros (1º semestre de 2012: 4 628 milhares de euros) do Grupo ANA, dos quais 7 149 milhares de euros (1º semestre de 2012: 3 405 milhares de euros) dizem respeito a incentivos a companhias aéreas e que têm como objetivo a captação de tráfego, designadamente, formação de novas rotas e/ou frequências e a otimização da capacidade oferecida nos aeroportos do Grupo ANA;

- 4 595 milhares de euros do Grupo CTT que contém diferenças de câmbio desfavoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento, quotizações, donativos, impostos, serviços bancários, dívidas incobráveis, juros de mora, perdas em inventários, gastos e perdas em investimentos não financeiros e outros gastos e perdas.

49 – Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	87	298
Edifícios e outras construções	18 409	23 374
Equipamento básico	67 147	86 275
Equipamento de transporte	722	1 531
Ferramentas e utensílios	906	1 002
Equipamento administrativo	3 957	3 232
Outras imobilizações corpóreas	4 359	3 478
	95 587	119 191
Outros ativos intangíveis		
Gerados internamente		
Com vida útil finita	1 806	-
Outros ativos fixos intangíveis		
Com vida útil indefinida	-	-
Com vida útil finita	131 121	108 519
	132 927	108 519
Propriedades de investimento (método do custo)	48	1
Ativos biológicos (método do custo)	31	111
Total	228 593	227 822

50 – Subsídios ao investimento

Os Subsídios ao investimento no montante de 36 709 milhares de euros (1º semestre de 2012: 40 061 milhares de euros) advêm maioritariamente do segmento das águas e resíduos (98% do montante dos subsídios).

51 – Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados

Juros e outros rendimentos e gastos de financiamento	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Rendimentos e ganhos		
Juros de invest. finan. não registados pelo justo valor através de resultados	36	87
Outros juros	1 584	569
Outros rendimentos e ganhos financeiros	-	2 795
	1 620	3 451
Gastos e perdas		
Juros suportados	224 048	202 875
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 899	4 046
Outros gastos e perdas financeiros	19 958	12 598
	245 906	219 520

Os Juros suportados de financiamentos no montante de 224 047 milhares de euros (1º semestre de 2012: 202 875 milhares de euros) incluem:

- 117 087 milhares de euros da PARPÚBLICA (1º semestre de 2012: 112 319 milhares de euros);
- 54 382 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2012: 56 474 milhares de euros);
- 27 864 milhares de euros do Grupo ANA (1º semestre de 2012: 8 564 milhares de euros); e
- 20 654 milhares de euros do Grupo TAP (1º semestre de 2012: 23 556 milhares de euros).

O aumento dos juros suportados é explicado pelo acréscimo dos financiamentos no Grupo e pelo aumento significativo das taxas de juro (nomeadamente nos *spreads* cobrados pela banca), bem como do aumento dos financiamentos de curto prazo.

Os Outros gastos e perdas financeiros, no montante de 19 958 milhares de euros (1º semestre de 2012: 12 598 milhares de euros), referem-se a:

- 8 206 milhares de euros do Grupo ANA (1º semestre de 2012: 1 202 milhares de euros);
- 5 000 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2012: 4 892 milhares de euros);
- 4 731 milhares de euros da PARPÚBLICA (1º semestre de 2012: 5 349 milhares de euros); e
- 1 878 milhares de euros ao Grupo TAP (1º semestre de 2012: 1 150 milhares de euros).

Os rendimentos e ganhos com outros juros advêm na sua quase totalidade do Grupo TAP.

52 – Imposto sobre o rendimento do período

Impostos sobre o rendimento (DR)	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Gasto/rendimento por impostos correntes	57 276	47 600
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	(235)	333
Gasto/rendimento relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias	(6 208)	(403)
Gasto provenientes de redução ou reversão de um ativo por impostos diferidos	3 157	229
Outros	(121)	-
TOTAL	53 869	47 759

Impostos sobre o rendimento - relação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Resultado antes de imposto	3 390	526 180
Taxa	28,9%	30,8%
Produto	1 289	162 031
Rendimentos e gastos não dedutíveis ou não tributáveis	(52 412)	(232 105)
Gastos não dedutíveis	85 149	51 405
Ativos e passivos por impostos diferidos	10 711	24 113
Derrama	7 261	6 963
Tributações autónomas	2 245	1 731
Diferenças temporárias	(5 978)	17 663
Amortizações não aceites fiscalmente + taxa	-	69
Utilização de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	30 893	29 176
Outros	(25 290)	(13 287)
TOTAL	53 869	47 759

Prejuízos fiscais não relevados como ativos por impostos diferidos (por data de extinção):	1º semestre 2013	1º semestre 2012
N	10 197	12 375
N+1	45 460	90 688
N+2	59 188	45 710
N+3	25 474	52 512
N+4	3 647	22 753
N+5	4 340	5 614
TOTAL	148 307	229 652

Os Impostos sobre o rendimento do período no montante de 53 869 milhares de euros (1º semestre de 2012: 47 759 milhares de euros) correspondem na generalidade ao Grupo AdP (1º semestre de 2013: 22 642 milhares de euros; 1º semestre de 2012: 31 779 milhares de euros) e ao Grupo CTT (1º semestre de 2013: 14 405 milhares de euros).

O Grupo PARPÚBLICA está sujeito a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal e Derrama Estadual. O cálculo do Imposto corrente do exercício até 30 de junho de 2013 corresponde à taxa anual de 25%, acrescida de Derrama Municipal e acrescida de uma taxa da Derrama Estadual, calculada sobre o rendimento tributável de 1,5 milhões de euros a 7,5 milhões de euros 3% e superior a 7,5 milhões de euros aplica-se uma taxa de 5%. A partir do exercício de 2008 a Derrama Municipal passou a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, podendo assim o imposto atingir a taxa máxima agregada de 31,5%.

53 – Interesses que não controlam – Resultado Líquido

Interesses que não controlam (resultado líquido)	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Interesses que não controla (resultado líquido)		
Grupo AdP	23 346	33 260
Cateringpor	184	143
LFP	1 818	1 802
APIS	(1)	-
SAGESECUR	(257)	18
ECODETRA	(6)	(3)
Margueira	47	58
ANA, SA	-	8 870
ANAM	120	608
NAER	-	(25)
SPE	(165)	-
EAD - Empresa de Arquivo e Documentação, S.A.	136	-
Correio Expresso de Moçambique, S.A.	39	-
MARL, SA	111	-
MARF, SA	(78)	-
MARE, SA	13	-
MARB, SA	(18)	-
	25 288	44 731

54 – Unidades operacionais descontinuadas

Os resultados e os fluxos de caixa relativos às unidades operacionais descontinuadas têm correspondência nos grupos de alienação (Grupo ANA e Grupo CTT).

Os resultados e os fluxos de caixa em 2012 relacionados com unidades operacionais descontinuadas são os seguintes:

RUBRICAS	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Vendas e serviços prestados	528 826	162 320
Subsídios à exploração	-	3
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	7 219	47 083
Ganhos em alienações de participações	-	574 169
Variação nos inventários da produção	-	-
Trabalhos para a própria entidade	1 023	653
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(8 977)	(1 036)
Fornecimentos e serviços externos	(155 962)	(53 167)
Gastos com o pessoal	(211 342)	(50 361)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	(188)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(3 470)	(2 174)
Provisões (aumentos / reduções)	(3 520)	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (gastos/reversões)	-	(2 362)
Aumentos / reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos e ganhos	15 044	4 520
Outros gastos e perdas	(15 505)	(5 558)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	153 147	674 089
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(40 292)	(40 990)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (gastos/reversões)	(1 031)	-
Subsídios ao investimento	111	2 070
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	111 935	635 169
Juros e rendimentos similares obtidos	493	569
Juros e gastos similares suportados	(36 243)	(9 766)
Resultado antes de impostos	76 184	625 972
Imposto sobre o rendimento do período	(21 964)	(11 347)
Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas	54 220	614 625
Resultado líquido dos interesses que não controlam	294	9 453
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	53 926	605 173

RUBRICAS	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Fluxos das:		
Atividades de exploração	(15 614)	167 942
Atividades de investimento	1 918 429	194 813
Atividades de financiamento	761 105	(170 063)

55 – Entidades relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do Grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações das principais empresas do Grupo PARPÚBLICA com entidades relacionadas são:

Saldos e transações com entidades relacionadas em 30-jun-13	Total	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	552 783	11 396	-	541 387
Saldos passivos	124 429	10 351	-	114 078
Rendimentos	236 269	4 380	-	231 889
Gastos	49 047	39 843	178	9 026

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31-dez-12	Total	Estado e Outras Empresas Públicas	Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	4 567 476	4 040 438	1 149	11 329	-	514 561
Saldos passivos	(366 511)	(481 456)	-	7 346	-	107 599
Rendimentos	698 151	-	-	25 310	-	672 841
Gastos	95 747	-	-	80 104	444	15 199

Os termos ou condições praticados entre o Grupo PARPÚBLICA e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

56 – Ativos e passivos financeiros

Ativos e Passivos Financeiros	30-Jun-13						Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
Ativos							
Ativo não corrente							
Participações financeiras - outros métodos	-	79	785 172	-			785 251
Outros ativos financeiros	3 344 615	9	28	5 560			3 350 212
Outras contas a receber	298 282	-	-	-			298 282
	3 642 897	87	785 200	5 560	-	-	4 433 745
Ativo corrente							
Clientes	853 535	-	-	-			853 535
Adiantamentos a fornecedores	9 652	-	-	-			9 652
Outras contas a receber	209 818	-	-	-			209 818
Outros ativos financeiros	27	41	6 603	-			6 671
Caixa e depósitos bancários	1 527 693	-	-	-			1 527 693
	2 600 724	41	6 603	-	-	-	2 607 368
Total do ativo	6 243 621	128	791 803	5 560	-	-	7 041 113
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos					28 465	6 435 727	6 464 192
Outras contas a pagar					-	137 325	137 325
Outros passivos financeiros					138 490	-	138 490
	-	-	-	-	166 955	6 573 052	6 740 007
Passivo corrente							
Fornecedores					-	180 705	180 705
Adiantamentos de clientes					-	3 011	3 011
Acionistas / sócios					-	50 018	50 018
Financiamentos obtidos					-	2 804 687	2 804 687
Outras contas a pagar					-	1 685 536	1 685 536
	-	-	-	-	-	4 723 957	4 723 957
Total do passivo	-	-	-	-	166 955	11 297 009	11 463 963
Valor Líquido	6 243 621	128	791 803		(166 955)	(11 297 009)	(4 422 850)

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	30-Jun-13			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	785 197	6 603	-	791 800
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	-	-	-
	785 197	6 603	-	791 800
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	163 553	-	163 553
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	3 402	-	3 402
	-	166 955	-	166 955

PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S. A.

	31-Dez-12						
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos e Passivos Financeiros							
Ativos							
Ativo não corrente							
Participações financeiras - outros métodos	-	79	1 142 246	-	-	-	1 142 325
Outros ativos financeiros	4 161 259	9	28	5 560	-	-	4 166 856
Outras contas a receber	263 361	-	-	-	-	-	263 361
	4 424 620	87	1 142 274	5 560	-	-	5 572 542
Ativo corrente							
Clientes	783 198	-	-	-	-	-	783 198
Adiantamentos a fornecedores	7 088	-	-	-	-	-	7 088
Outras contas a receber	239 623	-	-	-	-	-	239 623
Outros ativos financeiros	-	49	6 152	-	-	-	6 201
Caixa e depósitos bancários	770 007	-	-	-	-	-	770 007
	1 799 916	49	6 152	-	-	-	1 806 117
Total do ativo	6 224 537	136	1 148 426	5 560	-	-	7 378 660
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	5 652 240	5 652 240
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	150 581	150 581
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	59 680	-	59 680
	-	-	-	-	59 680	5 802 821	5 862 501
Passivo corrente							
Fornecedores	-	-	-	-	-	172 022	172 022
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	1 154	1 154
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	18	18
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	3 488 410	3 488 410
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	1 316 896	1 316 896
	-	-	-	-	-	4 978 501	4 978 501
Total do passivo	-	-	-	-	59 680	10 781 322	10 841 002
Valor Líquido	6 224 537	136	1 148 426	5 560	(59 680)	(10 781 322)	(3 462 342)

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	31-Dez-12			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	1 142 274	17 216	-	1 159 490
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	700	-	700
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	-	777	777
	1 142 274	17 916	777	1 160 967
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	59 680	-	59 680
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	6 597	-	6 597
	-	66 277	-	66 277

57 - Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que o Grupo está exposto, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de mercado, o qual inclui três tipos de risco: (i) risco cambial – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio; (ii) risco de taxa de juro – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado; e (iii) risco de preço – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos negociados no mercado.
- Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. O Grupo PARPÚBLICA encontra-se sujeito a risco de crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.
- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que o Grupo venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um ativo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor.

Pela sua expressão no Grupo PARPÚBLICA, merecem referência as seguintes entidades: PARPÚBLICA, Grupo AdP, Grupo ANA, Grupo TAP e Grupo CTT.

PARPÚBLICA

No exercício da sua atividade a PARPÚBLICA identifica as seguintes áreas de riscos financeiros que podem afetar o seu valor patrimonial ou o interesse de terceiros: (i) risco de crédito, (ii) risco de liquidez, e (iii) risco de mercado, pela taxa de juro e pelo preço.

i) Risco de Crédito

O risco de crédito, associado à possibilidade de a parte devedora num instrumento financeiro não honrar as suas obrigações, incide fundamentalmente ao nível das aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria, aos swaps contratados e aos suprimentos concedidos.

Os suprimentos são concedidos a empresas cujas políticas financeiras são controladas (subsidiárias) para aplicação em investimentos com retorno adequado. Os suprimentos são aprovados pela Comissão Executiva da PARPÚBLICA e são remunerados.

ii) *Risco de Liquidez*

O risco de liquidez, associado à possibilidade de a entidade não dispor de meios financeiros para satisfazer os seus compromissos, está mitigado pela existência de quatro programas de Papel Comercial no montante total de 1 825 milhões de euros, os quais estão contratados com instituições financeiras de reconhecida solidez. Estes instrumentos permitem à PARPÚBLICA um acesso imediato à liquidez.

A segmentação da dívida por natureza de instrumentos e por tempo remanescente até à maturidade é a seguinte (valores nominais em milhões de euros):

Valores em milhões de euros

30-Jun-13	< 3 meses	3-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos	750,0	925,0	870,0	948,8	1 415,1	4 908,9
Papel Comercial	750,0	125,0				875,0
Financiamento Bancário			21,0	63,1	515,1	599,2
Obrigações		800,0	849,0		900,0	2 549,0
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7

Valores em milhões de euros

31-Dez-12	< 3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos	1 348,1	1 055,0	649,0	885,7	900,0	4 837,8
Papel Comercial	1 170,0	255,0				1 425,0
Financiamento Bancário	170,0					170,0
Eurobonds		800,0	649,0		900,0	2 349,0
Obrigações Permutáveis EDP	8,1					8,1
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7

As cláusulas de *covenant* existentes nos instrumentos de dívida são os seguintes:

Financiamentos	Convenants
<i>Eurobonds</i>	
EMTN 800M€ - 2009, due 2013	<i>Cross Default / Negative Pledge</i>
Bonds 500M€ - 2004, due 2014	<i>Cross Default / Force Majeure</i>
Bonds 500M€ - 2005, due 2020	<i>Cross Default / Force Majeure</i>
Bonds 150M€ - 2005, due 2020	<i>Cross Default</i>
Bonds 250M€ - 2006, due 2026	<i>Cross Default</i>
Obrigações Permutáveis EDP – 2007, due 2014	<i>Cross Default</i>
Obrigações Permutáveis Galp – 2010, due 2017	<i>Cross Default / Negative Pledge / Restrictions on Activity</i>
Obrigações Parpública – 2012/2014	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Obrigações Parpública – 2013/2015	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Financiamento bancário ELOS	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>

iii) *Risco de Mercado*

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro respeita à possibilidade de, por alteração das taxas de juro no mercado, existir variação da remuneração de instrumentos financeiros a taxa variável ou variação no justo valor de instrumentos financeiros a taxa fixa.

Relativamente à dívida de médio e longo prazo, cerca de 90,75% da mesma vence juros a taxa de juro fixa e somente cerca de 9,25% vence juros a taxa de juro variável.

Assim, com a elevada percentagem de dívida emitida a taxa fixa a PARPÚBLICA tem, em termos de fluxos de caixa, uma reduzida exposição à flutuação de taxa de juro. Quanto ao risco de justo valor, não é relevante para os financiamentos existentes, mas é pelo efeito que venha a ter em yields no mercado secundário que condicionem novas emissões de dívida.

Associados ao financiamento bancário transmitido pela ELOS, existem três swaps taxa variável – taxa fixa, com o *notional* total de 465 milhões de euros, em que a Parpública recebe taxa variável indexada à Euribor a 6 meses e paga taxa fixa. Estes swaps podem ser cancelados por iniciativa dos Bancos com passagem do empréstimo correspondente para o regime de taxa fixa. Os fluxos de juros do financiamento e dos swaps previstos são:

	30-06-2013			
	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-174 000,7	-517 845,5	-695 154,3	-1 387 000,4
Fluxos dos swaps	-8 310,6	-17 672,0	-18 116,7	-44 099,2

Para minimizar o risco na taxa de juro pelo aumento dos spreads em financiamentos de curto prazo, as emissões de Papel Comercial existentes em 30 de junho de 2013 no montante de 875 milhões de euros, tinham um spread fixo, a vigorar até à data da sua liquidação ou renovação.

Risco de preço

O risco de preço entende-se pela possibilidade do valor de um instrumento financeiro flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos negociados no mercado. Coloca-se presentemente apenas no empréstimo obrigacionista de montante nominal de 885,65 milhões de euros, com opção embutida em favor dos investidores de permutarem as obrigações por ações da GALP detidas na carteira, pelos efeitos na variação da cotação destas ações.

O financiamento de 885,65 milhões de euros tem vencimento em 28 de setembro de 2017, com a possibilidade de (i) os investidores poderem trocar as obrigações por ações Galp a partir de março de 2013, (ii) a empresa exercer uma call e reembolsar as obrigações a partir de 13 de outubro de 2013, em determinadas condições, e (iii) os investidores poderem pedir o reembolso das obrigações em 28 de

setembro de 2015. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos.

Pela mensuração pelo justo valor da opção e também das ações subjacentes, são reconhecidos os efeitos líquidos anuais decorrentes da evolução das cotações do ativo subjacente. Esses efeitos foram os seguintes (em milhões de euros):

	milhões de euros		
	1º semestre de 2013	2012	1º semestre de 2012
Varição do valor das opções	85,736	-114,2	0
Varição do valor do ativo subjacente	-20,202	6,7	-160,0
Ganho líquido/ Perda Líquida	65,534	107,5	-160,0

Os efeitos na opção embutida nas obrigações permutáveis em ações da Galp por variações positivas e negativas de 15% na cotação das ações em 30 de junho de 2013 seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP						
Ações da GALP			Opção			Var. líquida (M€)
Cotação (€)	Valor (M€)	Varição	Valor %	Valor (M€)	Varição	
11,4	660,9	-	3,2%	28,4	-	-
13,1	759,6	15,0%	6,2%	54,5	91,6%	72,6
9,7	561,6	-15,0%	1,3%	11,9	-58,3%	-82,8

Os efeitos na mesma opção por variações no *spread* de crédito e na volatilidade implícita seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP							
Spread de crédito				Volatilidade implícita			
Pontos base	Valor %	Valor (M€)	Varição		Valor %	Valor (M€)	Varição
335	3,2%	28,4	-	21%	3,2%	28,4	-
385	3,2%	28,5	0,3%	24%	4,3%	37,9	33,3%
285	3,2%	28,2	-0,9%	18%	2,2%	19,1	-32,7%

Os efeitos no valor de mercado dos Swaps associados ao financiamento transmitido pela ELOS por variações positivas e negativas de 1% na curva da taxa de juro em 30 de junho de 2013 são os seguintes:

Notional	Variação MtM por variação na taxa de juro	
	-1%	+1%
213,69	-33,93	28,23
140,28	-21,77	18,34
111,10	-16,70	14,40

Grupo AdP

Fatores de risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. É prática corrente no Grupo AdP, entre outros instrumentos, a contratação de instrumentos financeiros derivados para minimizar alguns dos riscos a que se encontra exposto. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

i) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo AdP. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água, saneamento e resíduos). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais – municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos dois anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente.

As perdas por imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

No Orçamento de Estado para 2012, no n.º 1 do artigo 58º estabeleceu que as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais do setor da água, do saneamento básico e dos resíduos deveriam apresentar até ao dia 15 de fevereiro de 2012, ao ministério da tutela setorial, as condições de regularização dos respetivos débitos.

Em 28 de agosto de 2012, foi criado o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) que tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais até 31 de março de 2012.

O PAEL abrange todos os pagamentos em atraso há mais de 90 dias dos municípios, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa, sendo os municípios aderentes autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos na Lei nº 43/2012.

Os limites legais de endividamento de médio e longo prazo, previsto na Lei das Finanças Locais, não prejudicam a contração de empréstimos ao abrigo do referido diploma. O fundo disponível para o financiamento do PAEL é de 1 000 milhões de euros. São 263 municípios que estão em condições de beneficiar do acordo assinado entre o Governo e as autarquias para uma linha de crédito de mil milhões de euros.

O PAEL divide-se em dois programas: o primeiro direcionado para autarquias em situação de desequilíbrio estrutural e com pedido de reequilíbrio financeiro apresentado ao Estado. Nesse caso, o contrato de financiamento pode chegar aos 100 por cento das dívidas. O segundo dirige-se às dívidas em atraso, pelo menos, há 90 dias, e os contratos podem cobrir entre 50 a 90 por cento das dívidas.

As autarquias que estabeleçam um contrato ao abrigo do PAEL são impostas um conjunto de obrigações, entre as quais multas no caso de existir um aumento do endividamento no período da execução do contrato.

A Administração do Grupo AdP acompanhou de perto (junto da tutela) estas negociações, estando otimista quanto ao desfecho deste processo. Ainda que nesta data não seja possível determinar com exatidão as verbas que irão ser pagas ao Grupo AdP, é expetável que partes significativas das dívidas dos Municípios anteriores a 31 de dezembro de 2011 venham a ser liquidadas quando estes contratos forem assinados e disponibilizada a verba por parte do Governo Central aos Municípios.

Adicionalmente o Conselho de Administração do Grupo AdP encontra-se a avaliar a adoção de outras medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, e o estabelecimento de acordos de pagamento.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração do Grupo AdP continua a entender que

sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 30 de junho de 2013, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	1º semestre de 2013
Depósitos à ordem	54 305
Depósitos prazo	264 053
Fundo de renovação do equipamento	2 678
Fundo de reconstituição de capital	114 829
Outros	161
Total	436 026

Rating	1º semestre de 2013
A2	84
A3	213
B1	41 971
B2	3 076
Ba 1	34 665
Ba 3	346 661
Baa 3	8 478
Sem rating conhecido	876
Total	436 026

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2013.

ii) Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP não é relevante. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão, bem como financiamentos em moeda estrangeira expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda e dos empréstimos com *swaps* de cobertura de taxa de câmbio.

iii) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo AdP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção

de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, o Grupo AdP atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema o Grupo AdP procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos do Grupo AdP, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	635 755	503 005	1 957 828
Fornecedores e outros passivos	272 276	73 170	55 521

O Grupo AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, o Grupo AdP entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata. Atualmente encontram-se disponíveis para desembolso futuro um total de 79 milhões de euros da linha do BEI IV ainda não utilizados pelo Grupo.

iv) Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, os empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e os empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo AdP ao risco do justo valor associado à taxa de juro. O Grupo AdP gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, mediante a contratação de *swaps* que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e, conseqüentemente, o desvio tarifário.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

	1º semestre de 2013	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados	54 382	81 231	50 852

v) *Risco de capital*

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é a de contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita à EPAL e aos empréstimos ao investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	1º semestre de 2013	2012
Empréstimos não correntes	2 460 833	2 476 131
Empréstimos correntes	635 755	619 911
Disponibilidades	(321 596)	(335 280)
Dívida	2 774 993	2 760 761
Subsídios ao investimento	1 904 624	1 925 338
Total do capital próprio	1 179 603	1 138 134
Capital e subsídios	5 859 220	5 824 233
Dívida/total do capital	0,47	0,47

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

vi) *Risco regulatório*

O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo AdP tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR. O Programa do XIX Governo Constitucional, assim como o Plano de Assistência Económica e Financeira preveem a autonomização do subsector dos resíduos do grupo Águas de Portugal (AdP) e a necessidade de implementar as medidas necessárias à sua abertura ao sector privado. Assim, durante o primeiro semestre de 2012, iniciaram-se diversos grupos de trabalho, para se desenvolver estudos relativos à revisão do modelo de regulação vigente, nomeadamente ao nível da regulação dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos urbanos, ao nível do quadro jurídico-económico. Durante o ano de 2012 assistiu-se à preparação da nova lei orgânica da ERSAR, em discussão no parlamento, onde está previsto o reforço da independência do regulador e respetivos poderes, nomeadamente, em matéria tarifária, processo ainda em curso.

Grupo ANA

As atividades do Grupo ANA estão expostas a uma variedade de fatores de riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um modelo de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos, utilizando instrumentos financeiros derivados para efetuar a cobertura a certos riscos a que se encontra exposta.

i) Risco de mercado – Taxa de juro

Como o Grupo não tem ativos significativos remunerados, o lucro e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro do Grupo advém de empréstimos de longo prazo obtidos, sendo que os emitidos com taxas variáveis expõem-no ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro e os emitidos com taxas fixas expõem-no ao risco do justo valor da dívida.

O Grupo gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, contratando instrumentos derivados que permitam a transformação de taxas de juro variáveis em taxas de juro fixas.

A análise de sensibilidade a variações de taxa de juro permite obter os seguintes impactos em resultados:

Natureza	Cenário c/ Taxa Atual	Cenário +0,25%	Cenário -0,25%
Financiamentos à Tx. Variável	(5 667)	(826)	826
Financiamento à Tx. Fixa	(11 163)	-	-
Juros S/ Locação Financeira	(101)	(2)	2
Juros Obtidos D.P.	374	-	-
Impacto Aproximado em Resultados / Cenário Taxa Atual		(828)	828

ii) Risco de crédito

O Grupo ANA encontra-se sujeito a risco de crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente. No que se refere aos saldos a receber de instituições financeiras, a tabela seguinte apresenta um resumo da qualidade de crédito dos depósitos e das aplicações:

Rating	Quantias a receber de instituições de crédito	
	1º semestre de 2013	2012
Equivalentes de Caixa		
Baa3	7 219	8
Ba1	12 362	30 241
Ba2	-	-
Ba3	36 869	57 007
B1	5 887	7 680
B2		127
Caa1	1 374	
Outros	35	577
	63 747	95 640

iii) *Risco de capital*

O objetivo do Grupo ANA em relação à gestão do capital, é também o de salvaguardar a capacidade do Grupo continuar a sua atividade e efetuar os investimentos necessários à prossecução do objeto da concessão, manter uma estrutura de capital ótima que lhe permita reduzir o custo de capital e criar valor a longo prazo para os acionistas.

Esta gestão é efetuada através de medidas como a emissão de instrumentos de dívida (empréstimo obrigacionista), a negociação e o reescalonamento da dívida e entradas de capital dos acionistas.

Os rácios de *gearing* em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foram os seguintes:

	1º semestre de 2013	2012
Empréstimos totais	1 464 159	673 409
Caixa e equivalentes de caixa	(63 808)	(95 699)
Dívida líquida	1 400 351	577 710
Capitais próprios	394 473	407 248
Capital Total	1 794 824	984 958
<i>Gearing</i> (%)	78,0	58,7

Grupo TAP

A envolvente macroeconómica em que o Grupo TAP se insere manteve uma trajetória desfavorável. Na Europa, as principais economias estagnaram, caso da Alemanha, ou entraram em recessão como a França. A economia portuguesa manteve-se em recessão pelo 3º ano consecutivo. Nos Estados Unidos a economia manteve um crescimento “brando” nos primeiros meses do ano. No que se refere às economias dos mercados emergentes, enquanto o Brasil tem vindo a atravessar um período de menor dinamismo, os países africanos mantiveram ritmos de crescimento elevados no ano em curso.

A crise financeira tem vindo gradualmente a diminuir de intensidade, a expensas de grandes sacrifícios na economia real, no emprego e no rendimento dos países europeus. Contudo, apesar do sobressalto verificado com o resgate de Chipre, os programas de ajustamento dos países intervencionados têm-se mantido e têm permitido baixar os prémios de risco de incumprimento e diminuir as dificuldades e restrições ao financiamento nos países em questão.

Os mercados financeiros, de valores reais e de mercadorias apresentaram comportamentos bastante diversos, com os mercados de ações, em geral, a manterem comportamentos positivos, os mercados imobiliários e a banca a sofrerem sucessivas perdas e alguns mercados de mercadorias, como o da energia, a manterem níveis historicamente altos. O preço do petróleo mantém-se, desde 2011, em torno de 100 dólares o barril, afetando significativamente as economias e empresas dos mercados desenvolvidos.

i) *Risco de preço*

A importância conjunta dos mercados, brasileiro e africano, na atividade do Grupo, representando aproximadamente 50% dos passageiros por quilómetros transportados, permitiu moderar os impactos da crise económica em Portugal e na Europa. Da mesma forma, a diversificação de mercados e o número

crescente de destinos operados pela TAP S.A. tem permitido mitigar os efeitos adversos da recessão e compensar a quebra do mercado português.

O papel do hub de Lisboa como interface entre a Europa, África e Brasil continuou a contribuir para a manutenção do crescimento da atividade do Grupo TAP e para a obtenção de melhorias na taxa de ocupação dos voos e no preço médio de passagens, em pleno contexto de crise. O peso do mercado brasileiro representou mais de 22% do total de receita efetivamente voada no 1º semestre de 2013. Angola representou cerca de 4%, aproximando-se, em importância relativa, dos grandes mercados europeus (França, Espanha, Alemanha e Itália). Os Estados Unidos e a Venezuela apresentam vendas de cerca de 3% do total. Quaisquer dos mercados referidos, com exceção de Itália, apresentaram aumentos de vendas significativos no semestre.

No seu conjunto, os proveitos de passagens apresentaram um crescimento superior a 4%, resultantes da subida de 2,5% do número de passageiros por quilómetros utilizados (“PKUs”), e de uma subida de quase 2% do preço médio de passagens, face ao 1º semestre de 2012. Se a atividade do transporte aéreo, que representa mais de 80% do volume de vendas do Grupo, tem demonstrado, no quadro de alteração do paradigma económico em curso, uma significativa capacidade de superar a crise, já outras atividades conexas com as do transporte aéreo de passageiros têm vindo a sofrer com a retração da economia. São disso exemplo, o transporte de carga e a atividade de manutenção e engenharia para terceiros, em Portugal, que registaram quebras significativas, face ao 1º semestre do ano anterior, e influenciaram negativamente a taxa de crescimento global do volume de negócios do Grupo.

No seu conjunto, as restantes atividades do Grupo fora do âmbito da TAP S.A., exploração de espaços comerciais em aeroportos (free shops), catering para a aviação, prestação de serviços informáticos e prestação de cuidados de saúde, apresentaram um comportamento estável, em termos médios, enquanto a TAP ME Brasil cresceu em volume de vendas no 1º semestre do ano.

ii) Risco cambial

Na medida em que tem vindo a aumentar a dispersão geográfica da sua atividade, o Grupo TAP opera numa grande diversidade de espaços económicos e de diferentes zonas cambiais, na Europa, em África, na América Latina e Estados Unidos. A exposição a mercados e ambientes económicos diversos permite uma maior estabilidade e sustentabilidade das receitas num contexto de alterações constantes de ritmo económico em diversos países, o que constitui um fator de proteção aos riscos de mercado, em termos agregados. Por outro lado, a forte componente da exposição, direta e indireta, ao Euro, e ao conjunto de moedas em paridade fixa com o Euro ou com forte correlação com o Euro, significa que as vantagens da diversificação económica da atividade da TAP S.A e do Grupo não são eliminadas pelas desvantagens correspondentes a um agravamento nos riscos cambiais incorridos. Pelo contrário, a componente de fluxos monetários denominados em Euros, ou moedas afins, é muito elevada, aproximando-se dos 2/3 do total.

Em termos cambiais, a exposição mais significativa reside nas vendas em Dólares ou com tarifário subjacente em Dólares e, representará, de forma direta ou indireta, um pouco menos de 1/3 do total de receita de passagens correspondente aos valores recebidos sobretudo no mercado brasileiro, e ainda nos mercados de Angola e Estados Unidos.

Do lado da despesa, o peso muito significativo dos custos com combustíveis, mantem-se como a principal fonte de exposição em Dólares, na medida em que o mercado petrolífero continua a ser operado nessa divisa, independentemente da moeda de liquidação final.

Em termos globais e, tomando em consideração, receitas da manutenção em Dólares e múltiplas rubricas de custos que têm componentes em Dólares e, tendo em linha de conta também fatores indiretos de exposição cambial como o facto de o mercado de aviões ser também ele dominado pelo Dólar, existe uma tendência persistente para que o Grupo apresente, no contexto atual do preço dos combustíveis, em termos de saldo, uma exposição líquida desfavorável à divisa americana.

A componente da dívida do Grupo denominada em Dólares, correspondendo a apenas 10% do total, não contribui de forma significativa para a alteração da exposição do Grupo a esta divisa. Porém, o mesmo não aconteceria se considerássemos uma estimativa da dívida implícita nas locações operacionais de aviões, denominada em Dólares, uma vez que aumentaria significativamente a componente do passivo remunerado (“ajustado”) nesta divisa.

Cabe realçar, no entanto, que a volatilidade do Eurodólar tem vindo gradualmente a diminuir, tendencialmente, ao longo dos anos e que, se tomarmos como referência os últimos 5 anos, o Eurodólar se tem movimentado, quase sempre, no intervalo entre 1,30 e 1,40, o que constitui um fator de estabilidade nas contas do Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio, em 30 de junho 2013 e em 31 de dezembro de 2012, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros do Grupo, em divisas, convertidos para Euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

Ativos e Passivos em Divisas	1º semestre de 2013			
	USD	BRL	Outras	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	11 598	4 830	48 033	64 461
Contas a receber - Clientes	36 297	133 189	29 851	199 337
Contas a receber - outros	31 794	30 045	868	62 707
	79 689	168 064	78 752	326 505
PASSIVOS				
Financiamentos obtidos	104 826	17	-	104 843
Contas a pagar - fornecedores	13 239	12 663	1 993	27 895
Contas a pagar-outros	6 125	12 394	1 939	20 458
	124 190	25 074	3 932	153 196

Ativos e Passivos em Divisas	2012			
	USD	BRL	Outras	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	13 960	3 423	43 870	61 253
Contas a receber - Clientes	34 732	94 875	19 177	148 784
Contas a receber - outros	29 533	22 108	2 556	54 197
	78 225	120 406	65 603	264 234
PASSIVOS				
Financiamentos obtidos	124 301	21	-	124 322
Contas a pagar - fornecedores	15 638	13 022	5 491	34 151
Contas a pagar-outros	5 215	10 731	1 773	17 719
	145 154	23 774	7 264	176 192

Em 30 de junho de 2013, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao Euro, resultaria num impacto nos resultados do período de, aproximadamente, 17 331 milhares de euros.

iii) Risco de taxa de juro

O passivo remunerado do Grupo corresponde a menos de metade do passivo total. Da dívida remunerada, aproximadamente 1/3 corresponde a dívida a menos de 1 ano e desta, uma parcela minoritária corresponde a linhas de curto prazo que podem ou não adquirir um carácter de maior permanência, dependendo da disponibilidade das entidades bancárias em renovarem essas linhas ao Grupo.

A componente de linhas de curto prazo é a parcela mais onerosa da dívida do Grupo, dadas as margens elevadas que são praticadas desde a eclosão da crise das dívidas soberanas nos países periféricos. No entanto, globalmente, o custo médio ponderado do passivo remunerado, mesmo sem ter em conta a baixa da Euribor, tem-se mantido em níveis muito moderados. A subida da margem média nos financiamentos, ao longo do tempo, tem sido muito gradual e marginal, na medida em que a substituição de financiamentos mais antigos, com margens muito baixas, muitos deles de longo prazo, é um processo gradual, dependente do ritmo de amortizações programadas e da contratação periódica de novas operações.

O montante de custos financeiros constantes das contas de exploração, quer do Grupo, quer da TAP S.A., evidenciam o nível baixo da taxa de juro média suportada na dívida de ambas as entidades. Por outro lado, a sensibilidade desse nível médio, a subidas futuras da Euribor é limitada na medida em que a componente de taxa de juro fixa no total de dívida do Grupo corresponde a 56% do total. Este rácio reduziu ligeiramente face, quer à proporção em final de ano, quer ao período homólogo do ano anterior. Do valor total indexado a taxa fixa, apenas um financiamento correspondente a locação financeira de uma aeronave, é objeto de operação com derivados de taxa de juro, sendo todas as outras fixações de juro efetuadas com base em opções existentes nos próprios contratos de financiamento.

Como referido anteriormente, a componente da dívida denominada em Dólares corresponde a cerca de 10% do total, existindo um valor insignificante de locação financeira em Reais. Como tal, a sensibilidade da rubrica de custos financeiros à evolução cambial é também limitada, determinando uma volatilidade reduzida.

No quadro do passivo remunerado abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se os pressupostos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do Eurodólar, como segue: 3% para a Euribor, 1,75% para a Libor do Dólar e 1,308 no Eurodólar (2012: 1,3194). Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

	1º semestre de 2013				
	< 1 ano	1- 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	TOTAL
Empréstimos	269 671	137 674	178 589	-	585 934
Loações Financeiras	105 998	128 047	269 869	42 459	546 373
Total	375 669	265 721	448 458	42 459	1 132 307
Empréstimos taxa fixa	51 660	102 333	122 951	-	276 944
Loações Financeiras taxa fixa	66 441	88 643	169 726	39 191	364 001
Total	118 101	190 976	292 677	39 191	640 945

	2012				
	< 1 ano	1- 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	TOTAL
Empréstimos	166 160	86 701	273 367	391	526 619
Loações Financeiras	128 720	105 179	318 824	67 327	620 050
Total	294 880	191 880	592 191	67 718	1 146 669
Empréstimos taxa fixa	51 648	51 676	200 514	-	303 838
Loações Financeiras taxa fixa	66 856	65 723	212 838	50 451	395 868
Total	118 504	117 399	413 352	50 451	699 706

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Nesta conformidade, um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo tem empréstimos, a 30 de junho de 2013, resultaria num aumento ou diminuição do montante dos juros vincendos de, aproximadamente, 3.645 milhares de euros.

iv) *Risco de preço de combustível*

Os preços nos mercados internacionais de energia mantiveram-se elevados no 1º semestre de 2013, com o petróleo Brent a registar uma média acima de 100 USD/barril e o jet fuel a apresentar uma média próxima de 1 000 USD/tonelada, média essa ligeiramente inferior ao verificado em 2011 e 2012.

O valor cobrado pelas abastecedoras, que reflete também as margens de comercialização, o câmbio médio verificado e algum desfasamento temporal entre o cálculo das médias de mercado e a respetiva faturação, resultou numa redução do custo efetivo médio com combustível suportado pela TAP S.A. Acresce que o volume consumido apresentou também um ligeiro decréscimo no semestre face ao semestre homólogo de 2012, em linha com a evolução da oferta de passagens, medida pelo número de lugares, por quilómetros oferecidos (“PKOs”), que baixaram mais de 1%. A conjugação destes fatores resultou numa redução de 4% no custo global com combustíveis no 1º semestre de 2013 face ao 1º semestre de 2012.

De referir, ainda, que no conjunto de operações de cobertura de risco contratadas se verificou que as cotações médias de mercado, acabaram por ficar aquém dos preços de cobertura contratados.

O custo com combustíveis, ao situar-se em cerca de 1/3 dos custos totais da TAP S.A., representando, aproximadamente, 30% do total dos custos do Grupo, apresenta-se como a rubrica da estrutura de custos mais importante e determinante para os resultados de exploração. A variação de 100 USD/tonelada (10% do preço atual) a um câmbio do Eurodólar de 1,30, para um consumo padrão do semestre de 450 mil toneladas, teria um impacto de cerca de 35 milhões de euros no resultado do 1º semestre de 2013.

v) *Risco de crédito e de liquidez*

A posição de liquidez do Grupo está dependente de todos os fatores anteriormente enunciados, desde as variáveis chave da conta de exploração à gestão financeira e renovação de financiamentos, investimentos em curso, entre outras. No 1º semestre do ano verificou-se uma melhoria significativa da posição de caixa, quer relativamente ao período homólogo de 2012, quer relativamente ao final do ano.

Os riscos de crédito do Grupo correspondem a níveis de exposição normais tendo em conta a atividade desenvolvida e a dimensão do Grupo. A nível de operações com derivados, em particular de combustíveis, existe uma natural dispersão e diversificação das transações com diversas contrapartes, assegurando em qualquer caso a qualidade creditícia destes. Outros riscos de crédito, associados a valores depositados em diversos países onde o Grupo opera, são minimizados na medida possível através de uma política prudente de repatriação de fundos, dentro dos limites impostos pelas autoridades de cada país.

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

O quadro seguinte apresenta elementos relativos à posição de liquidez do Grupo em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	1º semestre de 2013	2012
Ativos não correntes		
Depósitos Judiciais – Brasil	21 870	20 429
Outros ativos não correntes	29 658	30 010
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	192 812	85 353
Contas a receber – clientes	298 182	231 574
Outros ativos correntes	56 208	61 950
	598 730	429 316
Exposição ao risco de crédito fora de balanço		
Garantias prestadas	68 282	49 602
Outros compromissos	229 240	245 068
	297 522	294 670

A qualidade de risco de crédito e liquidez do Grupo, em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, face a ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivados), cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

	1º semestre de 2013	2012
AA-	-	264
A+	-	2 033
A	21 674	20 678
BBB	3 960	3 029
BBB-	1 503	230
BB	-	5 401
BB-	5 345	5 949
B+	77 268	2 720
Outros	82 590	45 615
	192 340	85 919
Instrumentos financeiros derivados	-	700
Depósitos bancários	192 340	85 219
	192 340	85 919

A rubrica “Outros” contém valores referentes a diversas instituições internacionais, para as quais não foi possível obter a notação de rating.

Em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento:

	1º semestre de 2013	2012
Valores não vencidos	169 551	136 171
de 1 a 90 dias	37 268	37 491
de 91 a 180 dias	28 137	21 774
de 181 a 270 dias	5 295	18 339
de 271 a 365 dias	54 822	17 224
a mais de 366 dias	62 773	63 261
	357 846	294 260
Imparidades	(59 664)	(62 686)
Saldo líquido	298 182	231 574

Os valores apresentados correspondem aos montantes em dívida, após os prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas.

A imparidade reconhecida respeita, essencialmente, às dívidas com mais de 366 dias.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens são regularizados, principalmente, através do sistema IATA Clearing House, o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

Grupo CTT

As atividades do Grupo CTT acarretam exposição a riscos financeiros, nomeadamente: (i) riscos de crédito - risco dos seus devedores não cumprirem com as suas obrigações financeiras, (ii) riscos de mercado - fundamentalmente o das taxas de juro e o das taxas de câmbio, os quais estão associados, respetivamente, ao risco do impacto da variação das taxas de juro de mercado nos ativos e passivos financeiros e nos resultados e ao risco de flutuação do justo valor dos ativos e passivos financeiros em resultado de alterações nas taxas de câmbio (iii) riscos de liquidez – risco de que se venham a encontrar dificuldades para satisfazer obrigações associadas a passivos financeiros.

A gestão do risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro do Grupo. A gestão dos riscos financeiros integra o Sistema de Gestão do Risco da Empresa cuja coordenação é conduzida pela unidade Gestão do Risco Corporativo, com report direto ao Conselho de Administração. As direções de Finanças e Gestão do Risco e Contabilidade e Tesouraria asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contrapartes da Empresa e a monitorização do risco cambial, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração

Dos riscos financeiros destacam-se os riscos de crédito, os riscos de mercado, de taxa de juro e cambial, e os riscos de liquidez.

i) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para o Grupo. No Grupo o risco de crédito situa-se essencialmente nas contas a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a sua atividade operacional e de tesouraria. O risco de crédito nas contas a receber é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber, acompanhando a evolução do nível de crédito concedido, e analisando a recuperabilidade dos valores a receber. O agravamento das condições económicas ou as adversidades que afetem as economias podem originar incapacidade dos clientes para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo. Neste sentido, tem sido desenvolvido um esforço na redução do prazo e montante de crédito a clientes. O Grupo CTT não

apresenta risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber respeitam a um elevado número de clientes. As perdas de imparidade para as contas a receber são calculados considerando essencialmente: (i) a antiguidade das contas a receber; (ii) o perfil de risco do cliente; e (iii) a condição financeira do cliente. O risco decorrente das atividades de tesouraria resulta essencialmente dos investimentos efetuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de reduzir este risco, a política do Grupo é a de investir em aplicações de curto/médio prazo, junto de diversas instituições financeiras e todas com rating relativo de crédito elevado (tendo em conta o rating da República Portuguesa).

ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria e com a determinação, por via do seu impacto na taxa de desconto, da estimativa de responsabilidades com benefícios aos empregados. Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira da Empresa. Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, a Empresa acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/ taxa por um lado e risco/ rentabilidade por outro.

iii) Risco cambial

Os riscos de taxa de câmbio estão relacionados com a existência de saldos expressos em moeda distinta do Euro, particularmente saldos decorrentes de transações com Operadores Postais estrangeiros expressos em Direito de Saque Especial (DTS). A gestão do risco cambial assenta na monitorização periódica do grau de exposição ao risco de taxa de câmbio de ativos e passivos, tendo como referência objetivos previamente definidos com base na evolução das atividades do negócio internacional.

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração do acionista. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, o Grupo CTT entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

58 - Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes

Grupo AdP

i) Unidade de Tesouraria (Grupo Águas de Portugal)

Na sequência de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas ao grau de cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado por Empresas Públicas, previsto na Lei do Orçamento de Estado (LOE) de 2010 e reiterado nas LOE seguintes, algumas empresas do Grupo AdP foram notificadas por este Tribunal entender

estarem em incumprimento para com a referida lei. Nesse sentido, o Grupo AdP exerceu o seu direito de resposta sobre a notificação do Tribunal de Contas, defendendo o seu entendimento de não ter havido incumprimento na medida em que, nos termos da referida lei, tinha solicitado a dispensa parcial do cumprimento da referida norma, apresentando para o efeito fundamentos relevantes. Acresce mencionar que, a este propósito e no âmbito do mesmo processo, a Secretária de Estado do Tesouro refere o seguinte [incluído no relatório do Tribunal de Contas]: “Os motivos invocados pelas empresas públicas para a dispensa do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria, no atual contexto, são de todo atendíveis”. Até ao momento não se conhecem as conclusões definitivas do processo, sendo que o Conselho de Administração da AdP, SGPS, SA, não espera que seja tomada qualquer medida penalizadora para com as empresas do Grupo.

ii) *Outros passivos contingentes*

Empresa	Descrição do processo	Graduação de risco	Valorização (em euros)	A favor da empresa	A favor de terceiros
Águas do Algarve, S.A.	Processo n.º 232/2000, que corre termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposto pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.. O pedido formulado contra a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. inicialmente contra a ÁGUAS DO SOTAVENTO ALGARVIO, S.A., é de 2 662 385,97 EUR. Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se, de momento, pela decisão sobre a matéria de facto. A AdA entendeu que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias referentes a estes litígios, pelo que não se constituiu qualquer provisão para o efeito.	Remoto	2 662 385,97	X	
Águas do Algarve, S.A.	Processo nº 501/01 – Ação administrativa especial com processo ordinário - Tribunal administrativo e fiscal de Lisboa interposto por Sociedade Somague engenharia S.A. no valor de 1 909 823 EUR relativamente a responsabilidade civil extracontratual decorrente do contrato de empreitada designada “Sistema multimunicipal de abastecimento de água ao Barlavento Algarvio – Aduator Ocidental”.	Remoto	1 909 823,20	X	
Águas do Algarve, S.A.	Processo nº 46/09.3BELLE interposto por Somague Engigás Neopul – Construtores, ACE no âmbito da empreitada “Conceção/construção do sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta – Travessias da Ria Formosa por perfuração horizontal dirigida” fundamentada na impossibilidade técnica da construção das travessias da Ria Formosa foi formulado um pedido de 8 332 017,21 EUR, parte da qual foi considerada caduca 1 164 598,98 EUR. A Construtora interpôs recurso desta decisão.	Remoto	9 191 597,54	X	
Águas do Algarve, S.A.	Município de VRSA – Em 05-12-2011 a Ada intentou um processo de injunção no montante de 1 596 416 EUR. Após contestação da Ré o Tribunal administrativo e fiscal de Loulé decidiu anular todo o processo por inaptidão do mesmo. A AdA interpôs recurso da decisão e a Ré também. O auto deu entrada no Tribunal Central Administrativo do Sul no dia 13-11-2012 e tem o número 9414/12 e está a aguardar decisão judicial. Considerando que os processos em tribunal relacionados com a faturação de VMG acarretam algum risco quanto à sua decisão, já que assiste alguma resistência por parte dos Clientes relativamente ao pagamento de custos não incorridos pela Empresa, foi constituída uma provisão de	Provável	1 596 416,00	Parte	

Empresa	Descrição do processo	Graduação de risco	Valorização (em euros)	A favor da empresa	A favor de terceiros
	1 081 293,57 EUR (VRSA 390.043,69 EUR + TaviraVerde 691 249,87 EUR). Admitimos que o argumento que poderá ser utilizado pelos Clientes se apoie no enriquecimento sem causa e, apesar de contratualmente estarmos protegidos, considerou-se prudente expurgar estes custos para, numa fase de negociação prévia à decisão dos tribunais, sermos ressarcidos dos restantes custos, parte muito significativa da faturação emitida relativa a VMG.				
Águas do Algarve, S.A.	Município de VRSA – Em 05-12-2011 a Ada intentou um processo de injunção no montante de 2.495.898,41 EUR. O auto deu entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé no dia 23-01-2012. Foi pedido à Ada para aperfeiçoar a petição inicial tendo esta sido novamente enviado para o tribunal no dia 01-03-2012 a Ré apresentou a contestação em 11-04-2012 e a audiência preliminar realizar-se-á no dia 31-01-2013. Considerando que os processos em tribunal relacionados com a faturação de VMG acarretam algum risco quanto à sua decisão, já que assiste alguma resistência por parte dos Clientes relativamente ao pagamento de custos não incorridos pela Empresa, foi constituída uma provisão de 1 081 293,57 EUR (VRSA 390 043,69 EUR + TaviraVerde 691 249,87 EUR). Admitimos que o argumento que poderá ser utilizado pelos Clientes se apoie no enriquecimento sem causa e, apesar de contratualmente estarmos protegidos, considerou-se prudente expurgar estes custos para, numa fase de negociação prévia à decisão dos tribunais, sermos ressarcidos dos restantes custos, parte muito significativa da faturação emitida relativa a VMG	Provável	2 495 898,41	Parte	
Águas do Algarve, S.A.	Município de Tavira/Tavira Verde, E.M. – Ação administrativa intentada em 14-07-2011, no valor de 2 533 779,30 EUR. Em 21-05-2012 realizou-se a audiência preliminar onde foi decidido apensar este processo ao processo anterior com o número 65/10.7BELLE. Aguarda decisão do tribunal. Considerando que os processos em tribunal relacionados com a faturação de VMG acarretam algum risco quanto à sua decisão, já que assiste alguma resistência por parte dos Clientes relativamente ao pagamento de custos não incorridos pela Empresa, foi constituída uma provisão de 1 081 293,57 EUR (VRSA 390 043,69 EUR + TaviraVerde 691 249,87 EUR). Admitimos que o argumento que poderá ser utilizado pelos Clientes se apoie no enriquecimento sem causa e, apesar de contratualmente estarmos protegidos, considerou-se prudente expurgar estes custos para, numa fase de negociação prévia à decisão dos tribunais, sermos ressarcidos dos restantes custos, parte muito significativa da faturação emitida relativa a VMG	Provável	2 533 779,30	Parte	
Águas do Algarve, S.A.	Processo Nº 715/09.8 BELLE Ação instaurada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé pela Águas do Algarve, S.A. contra Somague, Engigás, Neopul, Construtores, ACE e contra as respetivas empresas agrupadas, na qual foi formulado pedido de EUR 1 894 762,79 por incumprimento definitivo do contrato de empreitada.	Remoto	1 894 762,79	X	
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Injunção contra o município de Évora, contra a qual foi deduzida oposição. A ação declarativa subsequente encontra-se a aguardar julgamento.	Possível	5 599 742,96, inclui capital, juros e taxa de justiça à	X	

Empresa	Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)	A favor da empresa	A favor de terceiros
			data da propositura da ação.		
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Injunção contra o município de Évora, contra a qual foi deduzida oposição. A ação declarativa subsequente encontra-se a aguardar julgamento.	Possível	5 026 576,34, inclui capital, juros e taxa de justiça à data da propositura da ação executiva.	X	
Águas do Noroeste, S.A.	Proc.256/06.5BERG - Construtora do Tâmega, SA e Outros. Julgamento marcado para o dia 16.10.2013 A favor de terceiros.	Remoto	3 326 979,76		X
Águas do Noroeste, S.A.	Proc.515/05.4BERG-Construtora do Tâmega, SA e Outros. A favor de terceiros. Julgamento marcado para 12.03.2013, contudo, não se realizou face ao pedido de suspensão da instância por ambas as partes.	Remoto	2 965 665,87		X
Águas do Noroeste, S.A.	Proc. N.º 476/10.8BEERG - Isolux Engenharia, SA Processo findo.	Remoto	1 578 627,90	Resolvido a favor da empresa, sendo que, mediante acordo entre as partes.	
Águas do Noroeste, S.A.	Proc. N.º 113/10.OTVNG - Alberto Martins Mesquita & Filhos, SA Processo findo.	Remoto	8 457 484,60	Resolvido a favor da empresa, sendo que, mediante acordo entre as partes.	
Águas do Noroeste, S.A.	Processo n.º 1380/11.8BEERG - ABB – Alexandre Barbosa Borges, S.A. Processo findo.	Remoto	3 230 064,75	Resolvido a favor da empresa, sendo que, mediante acordo entre as partes.	
Águas do Noroeste, S.A.	Processo n.º 1162/12.0BEERG - Isolux Engenharia, S.A. Processo findo.	Remoto	5 200 396,47	Resolvido a favor da empresa, sendo que, mediante acordo	

Empresa	Descrição do processo	Graduação de risco	Valorização (em euros)	A favor da empresa	A favor de terceiros
				entre as partes.	
Águas do Oeste, S.A	Processo 1211/12.1BERRA Ação Administrativa Comum, forma ordinária, em que a autora é a empresa Asibel - Construções, S.A, relativa aos contratos de "Empreitada de Construção do Sistema de Águas Residuais de Maxial/Aldeia Grande" e de "Empreitada de Construção do Sistema de Saneamento de Alcoentre". Valor proposto da Ação: O valor da ação é de EUR1 838 439,20.	Possível	135 000,00		X
Águas de Santo André, S.A	Processos de injunção e ações administrativas ordinárias à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, relativos à prestação de serviços de recolha e tratamento de água residual urbana.	Provável	2 480 990,16	X	
Águas de Santo André, S.A	Processos de injunção e ações administrativas ordinárias à Câmara Municipal de Sines, relativos à prestação de serviços de recolha e tratamento de água residual urbana e abastecimento de água para consumo Humano em alta.	Provável	2 580 693,31	X	
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Contraordenação por falta de licença (a obra foi devidamente licenciada pela CCDRN, conforme licença P.DV.nº266/07). Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa	Remoto	2 500 000,00		X
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa	Remoto	2 500 000,00		X
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Contraordenação de rejeição de águas residuais para a valeta. Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa.	Remoto	2 500 000,00		X
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Contraordenação de rejeição de águas residuais para uma linha de água no solo. Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa.	Remoto	2 500 000,00		X
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Contraordenação de rejeição de águas residuais para uma linha de água no solo. Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa.	Remoto	2 500 000,00		X
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Através desta ação, alegam que a Ré, no âmbito do contrato de empreitada para a construção de execução da barragem de Pretarouca, impôs uma série de alterações e modificações ao projeto inicial, alterando o seu objeto e a forma inicial do concurso, no sentido de obter uma indemnização para si, a ação já foi contestada, e juntou-se bastante prova documental que se considere relevante para o decaimento do pedido. Em ambas as situações aguarda-se marcação de audiência de julgamento, não sendo, na presente data, possível afirmar, com um grau de probabilidade razoável, qual a estimativa final de responsabilidades, incluindo custas judiciais e outros encargos.	Remoto	4 383 551,95		X
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Ação declarativa de condenação por falta de pagamento de faturas emitidas pela ATMAD	Remoto	1 736 979,58	X	

Empresa	Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)	A favor da empresa	A favor de terceiros
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Ação administrativa comum, em que o consórcio SADE/EDIIOC, pedem o valor de 3 053 327,10, a título de indemnização por sobrecustos em obra. A ATMAD contestou e reconveio pedindo o valor EUR 1 917 816,48, a título de indemnização pelos prejuízos causados pelas AA à ATMAD, pela demora em terminarem a obra, sendo que a ATMAD aplicou multas contratuais a este consórcio que não estão, ainda a ser discutidas judicialmente.	Remoto	1 859 935,84		X
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Ação administrativa entreposta pela empresa Conduzil relativa ao contrato de empreitada de construção da barragem de Olgas no tribunal administrativo e fiscal de Mirandela. Este processo aguarda julgamento.	Remoto	2 019 888,40		X
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Proc. N.º 99/08.1 - BECTB - Tribunal Administrativo de Castelo Branco: Ação intentada contra a Águas do Zêzere e Côa, S.A., pelo empreiteiro Construtora Abrantina e Marsilop, relativo ao concurso H, onde é peticionado o pagamento da quantia global de 2 285 321,63 EUR, relativo a custos de paragem, diferencial do cálculo de revisão de preços, indemnização por danos emergentes e lucros cessantes e custos financeiros, a que acresce o pagamento dos juros comerciais vencidos desde 31 de Março de 2008. O processo aguarda despacho saneador e marcação de julgamento.	Possível	2 285 321,63		X
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Proc. N.º 38/09.2 - BECTB - Tribunal Administrativo de Castelo Branco: Ação intentada contra a Águas do Zêzere e Côa, S.A., pelo empreiteiro Abrantina / Marsilop, relativo ao concurso de Saneamento 10 – Subsistema do Fundão, onde estes peticionam o pagamento da quantia global de 3 254 767,52 EUR, relativa a indemnização por agravamento de custos de estaleiro, de encargos de estrutura, gastos gerais e gastos de oportunidade, compensação por alteração ao projeto, atualização de custos e a título de reembolso de custos financeiros incorridos até 31 de Dezembro de 2008, acrescidos dos vincendos até integral pagamento. O processo aguarda despacho saneador e marcação de julgamento.	Possível	3 254 767,52		X
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Proc. N.º 225/09.3 - BECTB - Tribunal Administrativo de Castelo Branco: Ação intentada contra a Águas do Zêzere e Côa, S.A., pelo empreiteiro Abrantina / Marsilop, relativo ao concurso I, onde estes peticionam o pagamento da quantia global de 6 077 796,43 EUR, relativa a indemnização por prejuízos com meios diretos parados em obra, custos de estaleiro e de estrutura, gastos gerais, custos financeiros, custos de garantias bancárias, indemnização e juros até integral pagamento. O processo aguarda despacho saneador e marcação de julgamento.	Possível	6 077 796,43		X
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Ação arbitral proposta pelo MUNICÍPIO DO FUNDÃO, onde esta entidade reclama o pagamento de indemnização no montante de EUR 43 394 957,71 (quarenta e três milhões trezentos e noventa e quatro mil novecentos e cinquenta e sete euros e setenta e um cêntimos). Paralelamente, a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A., reclama daquele MUNICÍPIO DO FUNDÃO o pagamento de indemnização no valor de EUR 186 149,00 (cento e oitenta e seis mil cento e quarenta e nove euros). Por acórdão de 29 de outubro de 2010, o Tribunal Arbitral reconheceu apenas parcialmente a pretensão do MUNICÍPIO DO FUNDÃO, com um quantitativo a fixar em sede de execução de sentença e com um valor	Remoto	43 394 957,71		X

Empresa	Descrição do processo	Graduação de risco	Valorização (em euros)	A favor da empresa	A favor de terceiros
	limite de EUR 762 022,59 (setecentos e sessenta e dois mil vinte e dois euros e cinquenta e nove cêntimos). Por seu turno, quanto à ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A., o pedido indemnizatório formulado foi julgado parcialmente procedente, com a atribuição de uma indemnização também a fixar 2 em execução de sentença e com o limite máximo de EUR 364 615 (trezentos e sessenta e quatro mil seiscentos e quinze euros). Ambas as partes recorreram da decisão do Tribunal Arbitral, encontrando-se o processo, neste momento, ainda a aguardar a decisão do Tribunal Central Administrativo Sul;				
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Processo n.º 450/11.7BECTB – Ação administrativa comum, sob a forma de processo ordinário, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, proposta pelo MUNICÍPIO DE AGUIAR DA BEIRA, MUNICÍPIO DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE BELMONTE, MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA, MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES, MUNICÍPIO DO FUNDÃO, MUNICÍPIO DE GOUVEIA, MUNICÍPIO DA GUARDA, MUNICÍPIO DE MANTEIGAS, MUNICÍPIO DE MEDA, MUNICÍPIO DE PENAMACOR, MUNICÍPIO DE PINHEL e MUNICÍPIO DE SABUGAL contra o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A.. Nessa ação pretendem os municípios que (i) seja declara a nulidade do contrato de concessão de exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes celebrado em 15 de Setembro de 2000, entre o Estado Português e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A., que (ii) seja declarada a nulidade dos contratos de recolha de efluentes e de abastecimento de água, celebrados, na mesma data, entre os Autores e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A., e que (iii) seja declarada a nulidade dos contratos de cedência e valorização de infraestruturas municipais celebrados entre os Autores e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A.. Aguarda-se pela fase de saneamento do processo, que é prévia à fase de julgamento.	Remoto	N/A		
Simlis, S.A.	Proc. 1552/09.5BELRA - TAFLeiria Ação administrativa comum sob a forma ordinária intentada por Construtora Abrantina, S.A., em 29-09-2009, pedindo a condenação da Simlis, relativa a prejuízos com perdas de rendimento, permanência em obra, lucros cessantes, encargos financeiros e prejuízos com montagem e desmontagem de estaleiro - “ Empreitada de execução da Rede de Saneamento de Maceira- 3.ª,5.ª e 6.ª fases “.	Remoto	2 876 603,28		X
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Injunção n.º 389714/08.3YIPRT, que passou a Proc. Judicial nº 119/09.2BELSBTAC Lisboa. Descrição do processo: Injunção instaurada pela SANEST, conforme instruções da AdP, contra o Município de Sintra, por dívidas dos respetivos SMAS relacionadas com a prestação de serviços de recolha de efluentes da área do referido Município, faturados na sequência da implementação do sistema de faturação por medição de caudais, conforme Contrato de Concessão e Contrato de Recolha de Efluentes.	Possível	Valor da dívida reclamada: €1 845 277,04 e Juros de mora	X	

Empresa	Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)	A favor da empresa	A favor de terceiros
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Reclamação da SANET junto do Município de Cascais de pagamento de uma dívida deste para com aquela. Descrição do Processo: Reclamação da SANEST junto do Município de Cascais, sobre o pagamento da dívida deste para com aquela, resultante da realização pela primeira, em nome do segundo, de estudos/projetos e obras de erradicação de descargas e de reabilitação paisagística e ambiental de ribeiras e outros serviços, conforme Aditamento ao Contrato de Recolha de Efluentes de 25/09/1997 e Protocolos de 18/01/2000, 05/08/2002, 01/10/2004 e 15/05/2009;	Provável, conforme o protocolo de pagamento faseado entretanto celebrado	Valor atual da dívida: 2 229 874,55	X	
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Processo Judicial n.º 3872/07.4TBCSC e Apenso / Cascais – de determinação da indemnização por expropriação Descrição do processo: Recurso Contencioso da Arbitragem Indemnizatória no âmbito da expropriação pela SANEST da Parcela 1, necessária a construção da nova ETAR da Guia, Fase Líquida, que se refere a DUP constante do despacho n.º 26441/2005, do Senhor SEOTC, publicado no D.R. II série n.º 244, de 22/12/2005;	Remoto o valor Reclamado pelos interessados.	Valor reclamado pelos Expropriados /interessados €6 277 974,64.		X
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Processos Judiciais integrados nºs 3877/07.5TBCSC / 3880/07.5TBCSC e 3881/07.3TBCSC – Cascais – de determinação da indemnização por expropriações Descrição dos processos: Recursos Contenciosos da Arbitragem Indemnizatória no âmbito da Expropriação pela SANEST das Parcelas 3, 5 e 6, necessárias à construção da nova ETAR da Guia, Fase Sólida, a que se refere a DUP constante do despacho n.º 26441/2005, do Senhor SEOTC, publicação no D.R. II série n.º 244, de 22/12/2005;	Remoto o valor reclamado pelos interessados	Valor reclamado pelos Expropriados /interessados: €1 800 140,00		X
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Processo Judicial n.º 1263/12.4BELSB – TAC Lisboa Descrição do Processo: Ação Administrativa Comum – forma ordinária, intentada pelo Município de Sintra contra a SANEST, por alegados prejuízos causados pela não retificação/ reembolso de IVA liquidado em excesso pela mesma na faturação àquele, de Julho de 2000 a Abril de 2003 e pelo mesmo paga, dos Serviços de Recolha e Tratamento de Águas Residuais, conforme Contratos de Concessão e de Recolha de Efluentes.	Possível	Valor reclamado: €1 564 420,13 e juros de mora		X

iii) *Direitos e Obrigações*

Águas do Algarve, S.A.

De acordo com o N.º12 da Cláusula 17ª protocolado com o INAG (Instituto da Água), a Águas do Algarve, S.A. tem um custo de 1 000 000,00 euros/ano, destinado à comparticipação nas despesas das obras e manutenção do Sistema de Odeleite-Beliche. Este custo encontra-se refletido na contabilidade, conta 62 - FSE. A Águas do Algarve tem um protocolo com o ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual pressupõe uma contribuição anual de 280 000 euros, atualizado à taxa de inflação, destinada à exploração e manutenção do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico.

iv) *Eventos subsequentes relevantes*

Águas do Noroeste, S.A.

No dia 5 de julho foi celebrado no Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Contrato de Parceria Pública relativo ao Sistema de Águas da Região do Noroeste, entre o Estado Português e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa. Com a assinatura deste Contrato, a Águas do Noroeste passa a gerir os sistemas em “baixa” destes Municípios, incluindo a respetiva cobrança do serviço aos consumidores finais, por um prazo igual ao do sistema multimunicipal, isto é, por 46 anos. A celebração do Contrato de Gestão entre os outorgantes referidos e a Águas do Noroeste, S.A. está agendada para o próximo dia 26 de julho. Este processo deverá materializar-se no primeiro trimestre de 2014.

Grupo ANA

i) *Passivos contingentes*

Descrição	30-jun-2013	2012
Processos de natureza laboral	1 046	1 053
Processos de expropriação	954	954
Processo no âmbito da anulação do procedimento por negociação para prestação de serviços de gestão de parques de estacionamento	33	33
Processo no âmbito de contrato de prestação de serviços para o desenvolvimento do conceito e design do novo site da ANA		74
Processo de indemnização por anulação de adjudicação de contrato	134	134
Ação Administrativa por danos causados pela inviabilização de loteamento	103	103
Ações contra a ANAM, no âmbito do Projeto de ampliação do Aeroporto do Funchal	167	167
Ações de contestação à aplicação da taxa de tráfego	266	266
Ações Administrativas	35 + 1 / mês até fim processo	35 + 1 / mês até fim processo
Ações de Indemnização por danos	589	589
Processo de concurso para licenciamento	468	468
Impugnação de taxas de assistência em escala	23	0
Impugnação de taxa de exploração	99	0
Outras responsabilidades	537	542
	39 228	39 192

ii) *Eventos subsequentes relevantes*

Aquisições de ações da ANAM, SA

Em 19 de Julho de 2013 foi celebrado entre a Região Autónoma da Madeira e a ANA – Aeroportos de Portugal, S.A. o Contrato de Compra e Venda das Ações representativas de 20% do Capital Social da ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A.

Através deste Contrato a Região Autónoma da Madeira vendeu à ANA, S.A., por 1 euro, os 20% da participação financeira que ainda detinha no capital Social da ANAM, S.A., passando a partir desta data, a ANA, S.A. a deter 100% do Capital Social da ANAM, S.A.

Renovação do empréstimo de curto-prazo (up-front concession fee)

Dado o atraso na conclusão da operação de venda das ações representativas do capital social da ANA, S.A. à Vinci Concessions, S.A.S., o Grupo renovou o contrato de empréstimo de 800 milhões de euros até 30 de setembro de 2013 (anteriormente prorrogado até 31 de julho de 2013).

Grupo TAP

i) *Ativos contingentes*

Em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 o Grupo não possuía ativos contingentes.

ii) *Passivos contingentes*

A subsidiária brasileira TAP ME Brasil possui ações de naturezas tributária, cível e laboral, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão.

Descrição	30-jun-2013	2012
<p>Ações laborais - Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS") não depositado entre 2002/2004 e Periculosidade/Insalubridade</p> <p>A principal ação laboral trata-se de um processo movido pelo sindicato onde é reclamado o depósito do FGTS entre o período 2002 e 2004 de todos os funcionários de Porto Alegre.</p> <p>A outra ação refere-se, ao requerimento de pagamento adicional de insalubridade e periculosidade, para todos os funcionários que exercem a função de auxiliar de manutenção de aeronaves em Porto Alegre. Após análise da prova pericial, foi concluído que as atividades exercidas não se caracterizam como perigosas ou insalubres. O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho de Brasília com recurso do Sindicato para ser julgado.</p> <p>A TAP ME Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013.</p>	76 589	75 864
<p>Ação fiscal - Execução fiscal de obrigações acessórias de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")</p> <p>Em dezembro de 2007, a subsidiária foi notificada, no âmbito de uma execução fiscal, proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo (Guarulhos), relativa a obrigações acessórias de ICMS. A subsidiária realizou a penhora de 2% da faturação, bem como a suspensão da execução com as razões para a revisão da execução fiscal. Atualmente, a subsidiária está a aguardar a decisão do Juiz em relação à suspensão da execução. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	9 816	10 288

Descrição	30-jun-2013	2012
<p>Ação fiscal - Auto de infração de imposto de importação (“II”), imposto sobre produtos industrializados (“IPI”), programa de integração social (“PIS”) e contribuição para financiamento da segurança social (“COFINS”)</p> <p>A subsidiária foi notificada pela Reserva Federal, em 16 de outubro de 2007, que entendeu não serem aplicáveis às operações de importação da subsidiária a isenção de II e IPI e a alíquota 0% de PIS e COFINS. Aguarda-se o julgamento da defesa apresentada pela subsidiária. A TAP ME Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que deste processo não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	42 892	44 740
<p>Ação fiscal - Auto de infração de imposto de renda da pessoa jurídica (“IRPJ”), contribuição social sobre lucro líquido (“CSLL”), PIS e COFINS referente ao ano de 2007</p> <p>O fisco federal entendeu que haveria inconsistência nas declarações apresentadas pela subsidiária TAP ME Brasil, desconsiderando assim toda a contabilidade para o período e arbitrando o valor dos tributos devidos. O processo encontra-se ainda em 1ª instância, aguardando julgamento na Delegacia da Receita Federal de Julgamento. Os prognósticos dos advogados consideraram a perda como possível.</p>	46 745	48 488
<p>Ação fiscal - Auto de infração de incumprimento no regime de admissão temporária</p> <p>Em 2012, a subsidiária foi notificada pela Receita Federal, devido ao não cumprimento do regime de importação temporária. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.</p>	5 505	5 692
<p>Ação fiscal - Auto de infração de IRPJ/CSLL</p> <p>Em 2012 foram instaurados vários processos administrativos, decorrentes da não homologação da compensação, realizada através da Declaração de Compensação de Tributos referentes a saldos negativos de IRPJ e de CSLL, por suposta utilização de créditos indevidos. Foi apresentada Manifestação de Inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Os prognósticos dos advogados consideraram a perda como possível.</p>	224	232
<p>Ação fiscal - Auto de infração - Multa tributária</p> <p>A subsidiária TAP ME Brasil foi multada por incumprimento de regimes de exportação temporária em 2009. Todos os processos administrativos decorrentes estão a ser defendidos no âmbito do Conselho de Contribuintes, sendo a probabilidade de perda por parte da subsidiária considerada possível.</p>	208	216
<p>Ação fiscal - Auto de infração - Multa tributária relativa a obrigações acessórias</p> <p>A subsidiária brasileira foi multada pela não entrega de obrigação acessória. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda é considerada como possível.</p>	272	281
<p>Ação fiscal - Auto de infração - Compensação de tributos não homologada</p> <p>A subsidiária foi notificada pela inconformidade no preenchimento da Declaração de Compensação de Tributos, não tendo sido homologada. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda é considerada como possível.</p>	84	88
<p>Outras - Ativos penhorados</p> <p>A subsidiária TAP ME Brasil possui diversos bens ativos penhorados, no valor de 16 987 milhares de euros (18 158 milhares de euros em 2012), que se referem a garantias requeridas em processos fiscais e laborais. Entre os bens encontram-se veículos, computadores, componentes, itens dos hangares do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outros.</p>	16 987	18 158

Grupo Baía do Tejo

i) Passivos contingentes

Vários processos judiciais em curso com um fornecedor que reclama o pagamento de faturas em dívida e respetivos juros de mora, bem como de outros trabalhos prestados, sendo o montante global da ação de 4 563 milhares de euros. Em resultado da decisão do tribunal proferida em Junho de 2010 e relativa a um dos processos, a Baía do Tejo foi condenada ao pagamento de faturas em dívida. Contudo foi interposto recurso, requerendo efeito suspensivo e prestada garantia bancária no montante de 1 666 milhares de

euros, acabando por vir a ser absolvida do pedido por decisão do Supremo Tribunal de Justiça em sede de recurso. Atualmente, encontra-se a aguardar decisão sobre o requerimento apresentado pela Autora da ação que arguiu a nulidade do Acórdão proferido pelo STJ, razão pela qual ainda não transitou em julgado o referido Acórdão, mantendo-se, todavia, cativa a caução prestada. Contudo, foi também proferida sentença favorável à Baía do Tejo relativa a uma das ações em que são reclamados juros por atraso no pagamento de faturas, encontrando-se em curso o recurso de revista interposto pela Autora já em Janeiro de 2013.

Salienta-se que, do valor da dívida reclamada a Baía do Tejo tem registada uma fatura no montante de 635 305 milhares de euros. Por outro lado, uma vez que este assunto está relacionado com o processo de despoluição dos pós históricos da Maia, todos os gastos deste processo foram assumidos pelo Estado, por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças nº 814/08-SETF, de Outubro, pelo que não foi constituída qualquer provisão.

Grupo SIMAB

ij) Ativos Contingentes

Processo judicial em curso: na SIMAB, em 4 de janeiro de 2013 deu entrada no Tribunal Tributário de Lisboa um processo de impugnação judicial contra a Administração Tributária em que a SIMAB reclama o pagamento de 11,8 milhares de euros, a título de juros indemnizatórios.

Este processo teve origem numa ação de inspeção tributária realizada à SIMAB, decorrente de um pedido de reembolso de IVA de junho de 2000. A SIMAB reclamou das liquidações adicionais de IVA efetuadas pela Inspeção Tributária, tendo no entanto pago em 2005 o montante de 69 139,81 euros, o qual lhe veio a ser reembolsado apenas em 2009 e 2010 após obter despacho favorável em processo de recurso hierárquico.

De acordo com o artigo 43º da Lei Geral Tributária, os juros indemnizatórios não dependem de solicitação do contribuinte devendo ser satisfeito oficiosamente pela Administração Tributária. No entanto, tendo a empresa verificado que esta norma não tinha sido atendida, reclamou o pagamento dos mesmos, tendo obtido indeferimento da reclamação. Recorreu da decisão hierarquicamente, tendo sido notificada do indeferimento em outubro de 2012. Por terem sido esgotados os meios de defesa gratuitos, foi interposto o referido processo de impugnação judicial. Em 14 de junho de 2013 o Tribunal Tributário de Lisboa, segunda unidade orgânica, informou a recorrente que, no âmbito do processo nº50/13.7 (BELRS) foi admitida liminarmente impugnação, o que admite agora contraditório da autoridade tributária, que se aguarda.

ii) Passivos Contingentes

1) Na SIMAB, encontra-se em litígio judicial pendente contra a MACB – Mercado Abastecedor da Cova da Beira, SA, sendo o valor da ação de 57 milhares de euros. No mesmo processo judicial foi deduzido um pedido reconvenicional na qual a MACB solicita o pagamento de 230 milhares de euros. Relativamente a este processo, foi apresentada reclamação do despacho saneador e foi realizado o julgamento em 29 de Abril de 2013 e 07 de Maio de 2013 e ouvidas todas as testemunhas das partes, aguardando-se agora a leitura de sentença de 1ª instância. Não sendo possível determinar a probabilidade de haver um desfecho

favorável ou não à SIMAB, dependendo o mesmo de fatores exógenos não controláveis pela empresa, entendeu-se não registar qualquer montante em provisões para riscos e encargos no âmbito deste processo.

2) Na MARL, o montante das ações interpostas por parte de operadores e outras entidades são discriminados conforme elementos abaixo:

Identificação	Objeto	Réu	Valores iniciais	Autor	Valores iniciais
ADD4YOU	Processo executivo			x	22,89
Azeol	Ação declarativa			x	6,32
ASAE	Contra-ordenação	x	3,50		
Fenixpesca, S.A.	Processo Executivo			x	42,51
Frigoservice	Ação declarativa	x	29,77		
Helena Maria Cruz Dias	Processo Executivo			x	3,23
João Severino	Injução			x	3,17
Largopesca, S.A.	Ação declarativa			x	6,28
Liberty seguros	Ação de processo	x	19,25		
Maria dos Anjos Vidal	Processo executivo			x	2,48
Ricardo Jorge M. Constantino	Processo Executivo			x	3,62
Ricofish, Lda	Ação declarativa	x	199,80		
Rui Costa Sousa & Irmão, S.A.	Ação declarativa			x	12,88
Teoflor, Lda	Ação declarativa	x	1 959,10		
Vitor Rodrigues	Ação declarativa			x	13,10
Zonafao, Lda	Injução			x	3,57
(1) Subtotal (processos como réu)			2 211,41		
(1) Subtotal (processos como autor)					120,06
TOTAL			2 091,35		

A MARL, SA com base numa análise da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos e a partir de uma cuidada análise de risco, suportada pelo entendimento dos advogados da empresa, a Administração da MARL, SA considera que o montante refletido na rubrica “Provisões”, que em 30 de junho de 2013, ascendia a 27 milhares de euros, é adequado para fazer face aos riscos identificados. Relativamente à ação declarativa da Teoflor, a MARL, SA considera a ação interposta e o pedido indemnizatório desprovidos de fundamento, sendo que o que, eventualmente, poderá constituir risco para a MARL, SA poderá estar na devolução de montantes pagos pela Teoflor, SA, no valor de 21 milhares euros, que se encontra devidamente provisionado.

3) Na MARB, em 2 de dezembro de 2008 foi apresentada pelo MARB,SA perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (Proc. N.º 1736/08.3BEBRG) ação administrativa especial contra o Gestor do Programa Operacional da Região do Norte (Presidente da CCDR-N), o Ministério da Economia e Inovação e o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, para a anulação ou a declaração de nulidade da decisão do gestor do POR-Norte e do coordenador setorial da DRE-Norte do pedido de reembolso de subvenções pagas no valor de 1 015 milhares de euros e relativas ao projeto de construção do MARN (atual MARB).

O pedido da ação administrativa especial consiste na anulação ou declaração de nulidade da decisão do Gestor do Programa Operacional da Região do Norte e da decisão do Coordenador sectorial da DRE Norte que exigiram, respetivamente, a restituição da quantia de 1 015 milhares de euros e de 338 milhares de euros, restituição essa que fundamentam apenas com o vício de forma de não publicação de concursos de empreitadas em Diário da República, tendo, contudo, sido seguida toda a tramitação de contratação pública, incluindo a publicação dos concursos em vários jornais de edição diária, nacionais e regionais.

O pedido de anulação dessa decisão vai no sentido de que esse vício formal em nada afetou o curso normal dos concursos e das empreitadas, sendo inclusivamente de considerar que esse vício só é considerado essencial, para efeitos jurídicos de nulidade ou anulação, se conduzir a lesão do património comunitário, ou seja, se não tiver havido a boa aplicação das subvenções comunitárias atribuídas. Na verdade, seria por dizer que as quantias subvencionadas tinham sido afetadas a fim diferente.

Em 11 de março de 2011 o TAF de Braga proferiu decisão que confere integral provimento ao pedido da MARB, SA, tendo declarado nulo o ato administrativo, por falta de fundamentação, tendo o Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, interposto recurso jurisdicional.

Em 24 de janeiro de 2012, o TAF de Braga informou a MARB, SA que o processo transitou para o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (TAF), com o 296/09.2BEBRG, onde foram reunidos processos de valor superior a 1 000 milhares de euros. A inquirição de testemunhas veio a ocorrer em 14 de maio de 2012, tendo sido preocupação da Juíza encarregue do processo, pelas questões que colocou, a comprovação da boa afetação dos fundos, tendo as testemunhas arroladas confirmado tal ponto.

Em 8 de fevereiro de 2013, por acórdão proferido pelo Tribunal Central Administrativo Norte (TCA), foi concedido provimento ao recurso jurisdicional interposto pelo Recorrente Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento e revogada a sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, por erro de julgamento de direito, relativo ao vício de falta de fundamentação dos atos que

impunham a MARB, SA restituir uma determinada parcela do incentivo que lhe foi concedido, ao abrigo do Programa Operacional de Região Norte. O provimento referido mandou a ação descer de novo à 1ª instância para reapreciação mas, contudo, a MARB decidiu ainda apresentar em 18 de março de 2013, recurso desta decisão do TCA do Porto, para o STA. O Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento veio a apresentar as suas alegações neste recurso em 27 de maio de 2013. Neste processo não é possível determinar o desfecho que passa por tramitação processual morosa em várias instâncias e depende de fatores exógenos não controláveis pela empresa.

4) Na MARE, o montante das ações em contencioso, são conforme elementos abaixo discriminados:

Identificação	Tipo de ação	Posição da MARE	Valor do pedido (milhares de euros)	Estado do processo	
Sobral, Lda – Refª 5 473 002	Processo de insolvência	Credora reclamante	29,82	Foram integralmente reconhecidos os créditos da MARE, no montante total de 83 562 euros, aguarda liquidação da massa insolvente. O montante de 53 511 euros constitui um crédito sob condição suspensiva, dependendo do facto das prestações serem efetivamente pagas pela MARE, na qualidade de fiadora do contrato de empréstimo celebrado entre o MG e o Sobral.	Os bens que integram a massa insolvente são de diminuto valor (material de escritório), não existem bens imóveis, ou móveis sujeitos a registo, pelo que a probabilidade da MARE ser ressarcida é diminuta.
Finioption, Lda	Processo Executivo	Exequente	2,21	Processo findo. A execução foi extinta por inexistência de bens penhoráveis.	Enviada certidão para efeitos fiscais.
Carrigo Peixaria, Lda	Processo de insolvência	Autora	6,87	O crédito da MARE foi reclamado e regulado nos termos requeridos. A Assembleia Geral de Credores realizou-se em 27 de novembro de 2012. A Segurança Social impugnou a lista de credores por não ter sido reconhecido o seu privilégio creditório. Os autos encontram-se em fase de saneamento.	
Maria Bento Silva	Processo Executivo	Autora	8,18	O requerimento executivo deu entrada em 14 de novembro de 2012, tendo sido nomeado AE. Efetuou diligências no sentido de apurar a existência de bens penhoráveis, sem sucesso.	

				Aguarda-se indicação de outros bens que possam ser penhorados e de que a MARE, eventualmente possa ter conhecimento da existência.
Joel Filipe Pereira Serrano	Processo de injução	Autora	2,09	Foi intentado procedimento de injução em 01 de setembro de 2008, tendo a MARE dado instruções para prosseguir para a fase executiva em abril de 2010.
Optha, Lda	Processo Executivo	Autora	2,92	O requerimento executivo deu entrada em 16 de julho de 2010, aguardando ponto de situação do agente de execução.
TOTAL			52,09	

5) Na MARF, decorre em contencioso o processo de insolvência da Frutar Sul, Lda, cuja dívida ascende a 8 milhares de euros, tendo sido solicitada a certidão comprovativa da reclamação destes créditos no processo, encontrando-se a MARF, SA a aguardar a conclusão do mesmo.

Companhia das Lezírias

Eventos subsequentes relevantes

No dia 1 de agosto de 2013 foi publicado o Decreto-Lei 109/2013 que extingue a Fundação Alter Real, transferindo para a Companhia das Lezírias, por delegação do Estado, parte dos fins principais e atribuições da Fundação Alter Real (bem como determinados ativos relacionados com a prossecução dessas atribuições, passivos e alguns trabalhadores), não sendo possível estimar à presente data quais os eventuais efeitos que poderão resultar da transferência para a Companhia das Lezírias destes novos fins e atribuições.

Grupo CTT

Eventos subsequentes relevantes

Na sequência do processo judicial que envolve três antigos administradores foi proferido a 11 de junho de 2013 um acórdão na Vara de Competência Mista de Coimbra, que absolveu os arguidos dos crimes pelos quais vinham acusados. O Conselho de Administração dos CTT tomou conhecimento desta decisão já no decorrer do mês de julho tendo deliberado não recorrer da sentença. As taxas de justiça a aplicar aos "CTT – CORREIOS DE PORTUGAL" irão ainda ser fixadas em função do entendimento dos Juízes sobre a complexidade do processo.

59 - Divulgações de natureza não contabilística

i) Garantias

Grupo AdP

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas por unidades de negócio das empresas incluídas no perímetro de consolidação demonstram-se como se segue:

UN	Tribunais	Instituições financeiras	Entidades concedentes	Outros	1º semestre de 2013	2012
UNAPD	9 547	-	249	13 503	23 300	29 901
EPAL	5 176	93 587	-	331	99 094	102 612
UNADR	-	-	-	227	227	134
UNR	153	168	1 096	4 605	6 022	12 273
UNI	-	-	-	-	-	2 330
Corporativos	-	1 646 262	-	1 429	1 647 691	1 659 256
TOTAL	14 876	1 740 017	1 345	20 097	1 776 335	1 806 505

A holding do Grupo AdP (AdP SGPS), no âmbito dos financiamentos contraídos junto do BEI, constitui-se como garante do bom cumprimento das obrigações contratadas.

Grupo ANA

	1º semestre de 2013	Aumentos	Reduções	2012
Financiamento BEI	266 186	77 701	2 809	191 294
IRC	3 011			3 011
Processos litigiosos de expropriação	492			492
Gestão dos entrepostos aduaneiros	1 202	215		987
Outros	150		20	170
	271 041	77 916	2 829	195 954

Grupo TAP

	1º semestre de 2013	2012
Garantias bancárias prestadas pela TAP S.A.		
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1 654	4 234
Natwest - <i>Acquiring</i> referente a cartões de crédito	2 450	2 573
Tribunal do Trabalho	2 302	3 633
Aeronaves	25 410	21 166
Combustíveis	3 002	2 994
Linha de crédito BIC	15 291	
Outras	11 012	7 970
Garantias bancárias prestadas pela L.F.P., S.A.		
Contratos de concessão de licenças de exploração das lojas francas	6 336	6 336
Garantias bancárias prestadas por outras Empresas do Grupo	663	534
Cauções prestadas a seguradoras	162	162
Total	68 282	49 602

Grupo Baía do Tejo

Em 30 de junho de 2013, as garantias bancárias prestadas a terceiros são as seguintes:

Beneficiário	Natureza	1º semestre 2013	2012
Câmara Municipal do Seixal	Boa execução das obras de infraestruturas.	141	141
Tribunal Cível da Comarca do Seixal	Caução para que seja atribuído efeito suspensivo ao recurso interposto relacionado com o processo da Terriminas (Pós da Maia)	1 666	1 666
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Garantir despesas relacionadas com a utilização do terminal do Seixal	68	68
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Utilização de área de domínio público	42	42
EDP	Garantir infraestruturas elétricas no Parque Industrial do Seixal - Processo EDP-RCLER.	21	21
Tribunal do Trabalho de Almada	Caução de um processo envolvendo um ex-trabalhador	19	19
SLE	Fornecimento de energia elétrica às instalações localizadas no parque do Barreiro.	7	7
		1 963	1 963

Adicionalmente, a Baía do Tejo tem outorgado em contratos-promessa de compra e venda de frações situadas no PIS, celebrados entre a Ex-Urbindústria e particulares, garantias solidárias, para assegurar eventuais indemnizações a pagar aos ex-proprietários dos terrenos da antiga Siderurgia Nacional, S.A.

Por sua vez, prometeu, a título de garantia, à Câmara Municipal do Seixal, efetuar a dação em cumprimento de 10 lotes de terreno no Parque Industrial do Seixal – 3ª fase (PIS III) em caso de incumprimento do compromisso de boa execução das infraestruturas a efetuar no referido parque, orçadas em 4 660 milhares de euros.

Companhia das Lezírias

Em 30 de junho de 2013, a Companhia das Lezírias detém as seguintes garantias bancárias que lhe foram prestadas:

- Garantia bancária no valor de 2 493,99 euros, no BPI, destinada a caucionar a exportação de vinhos;
- Garantias bancárias no valor de 45 000,00 euros, no BCP, destinada a caucionar o fornecimento de gasóleo.

Na rubrica “Outras contas a receber” encontra-se escriturado o montante de 22 371,07 euros, depositado à ordem ao Tribunal de Trabalho de Tomar, relativo aos autos da ação emergente do acidente de trabalho em que é sinistrado Bernardo da Silva Moreira, e foi feito para garantia das pensões futuras devidas.

Grupo CTT

Em 30 de junho de 2013, o Grupo tinha prestado garantias bancárias a terceiros no montante de 2 323 milhares de euros.

O detalhe das garantias prestadas era como segue (em milhares de euros):

Descrição	1º semestre de 2013
Tribunais	977
Lisboagás, S.A.	190
Câmaras Municipais	140
ACT Autoridade Condições Trabalho	48
Sofinsa	92
Solred	80
Parc Logistics Zona Franca	78
Alfândega do Porto	75
Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna	48
Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária	-
PT PRO – Serv Adm Gestão Part, S.A.	50
Direção Regional Contencioso Administrativo Lisboa	50
Record Rent a Car (Cataluña, Levante)	40
SetGás, S.A.	30
ANA – Aeroportos de Portugal	29
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	87
TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE	50
Ministério Educação	39
EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres	21
Natur Import (nave Barbera)	18
Albert Vilella I Camprubi	17
Portugal Telecom, S.A.	17
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	14

Descrição	1º semestre de 2013
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde	16
Petrogal, S.A.	11
Alquiler Nave Tarragona	7
TNT Express Worldwide	6
SMAS Torres Vedras	4
Infarmed IP	8
Instituto do emprego e formação profissional	4
Controlplan S.L.	3
Junta de Extremadura	-
Inmobiliaria Ederkin	8
Instituto Infra-Estruturas Rodoviárias	4
Estradas de Portugal, EP	5
REN Serviços, S.A.	10
EMEL, S.A.	19
IFADAP	2
Outras entidades	27
TOTAL	2 323

De acordo com o estipulado nos contratos de arrendamento dos edifícios da Praça dos Restauradores, Rua do Conde Redondo e Av. Casal Ribeiro, na eventualidade do Estado Português perder a maioria do capital social dos CTT, SA, deverão ser prestadas garantias bancárias on first demand, no montante correspondente a 24 meses de renda que, à data de solicitação, se encontre em vigor.

Grupo SIMAB

Garantias Prestadas a terceiros

Entidade Beneficiária	Entidade Emissora	Valores	Empresa
CM Figueira da Foz	BES	6,93	SIMAB
REPSOL	Millennium BCP	5,00	SIMAB

Entidade Beneficiária	Entidade Emissora	Valores	Empresa
BES	BES	3 334,00	SIMAB
Millennium BCP	Millennium BCP	23 000,00	SIMAB
Repsol, Lda	CGD, S.A.	7,98	MARL
BES	BES	1 500,00	MARF

Garantias detidas sobre terceiros

1) Na MARL, SA em 30 de junho de 2013, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Armando Cunha, Lda	Remodelação da área envolvente do edifício dos CTT Expresso	Bancaria – Millennium BCP	8,66
CHARON, Lda	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancaria - BES	23,06
Dalkia, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação dos Sistemas Mecânicos, Elétricos, de AVAC, de Estruturas e Edificações, de Chillers e de Bombas de Calor	Bancaria - BES	40,68
Dalkia, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação dos Sistemas Mecânicos, Elétricos, de AVAC, de Estruturas e Edificações, de Chillers e de Bombas de Calor	Bancaria – BNP Paribas	17,09
Edivisa, S.A.	Execução de Obras de Melhoramento do Pavilhão do Pescado	Bancaria - BARCLAYS	65,48
Edivisa, S.A.	Execução de Obras de Melhoramento do Pavilhão do Pescado	Bancaria - BPN	9,74
NCC Facility Services, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - AXA	29,92
Hidurbe, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza	Bancaria – Millennium BCP	100,00
JCDecaux, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	Bancaria - SANTANDER	59,32
Planirest, Lda	Caução p/ Instalação Arquivo Documental - NAC	Bancaria - BES	8,30
Planirest, Lda	Execução de Obras de Melhoramento do	Bancaria - BES	15,93

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
	Pavilhão do Pescado		
Proman, Lda	Serviços de fiscalização de cobertura do edifício dos CTT Expresso	Bancaria – BPN	1,13
PT Comunicações	Concep. Const. Expl. e Manut. Redes de Telec. e dos Sist. Inform.	Bancaria – Millennium BCP	149,64
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação de cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria – Banco Popular	14,62
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação de cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria – Banco Popular	15,20
Resopre, Lda	Contrato de Prest. de Serv. de Remod. e Instal. do Sist. Inform. Pórtico	Bancaria - CGD	15,37
Strong, S.A.	Prestação de Serviços de Prevenção e Vigilância	Bancaria – Millennium BCP	15,00
TRAFIURBE, S.A.	Execução de Obras de Pintura Sinaliz. Horiz. Pavimentos Betuminosos	Bancaria - BES	0,75
VISACASA, S.A.	Contrato de Prest. de Serviços de Manutenção de Equip. e Instalações	Bancaria – Banco BIC	9,62
TOTAL			599,52

Em 30 de junho de 2013, a MARL SA detinha as seguintes garantias bancárias e livrança sobre terceiros, referentes à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
MARL Energia, Lda	Contrato de utilização espaço Central Fotovoltaica	Livrança	500,00
Bargosa, S.A.	Cauções contratuais	Bancaria - BES	9,98
CEMG	Cauções contratuais	Bancaria - MG	24,35
Doca Marinha, Lda	Cauções contratuais	Bancaria - BES	1,85
Espada Pescas Unipessoal	Cauções contratuais	Bancaria – BES Açores	3,57
Eurotejo, Lda	Cauções contratuais	Bancaria - BES	7,50
Eurotejo, Lda	Cauções contratuais	Bancaria - BES	3,69
Figueira, Lda	Cauções contratuais	Bancaria - BES	36,13

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Recheio, S.A.	Cauções contratuais	Bancaria - BES	72,31
Repsol, Lda	Cauções contratuais	Bancaria – Millennium BCP	4,96
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	Bancaria - BPI	15,40
Disgelo, Lda	Caução p/ exploração Unidade Produção de Gelo e C. Frigoríficas	Bancaria - CGD	19,00
Total			698,74

2) Na MARF, SA em 30 de junho de 2013, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Hidurbe	Aquisição de Serviços de Limpeza e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancaria - BCP	12,51
JFS	Construção do Mercado Abastecedor de Faro – 4ª fase – Entrepasto E3	Apólice seguro/Mapfre Caucion y credito	148,69
JFS	Construção do Mercado Abastecedor de Faro – 4ª fase – Entrepasto E3 (reforço caução 5%)	Apólice seguro/Mapfre Caucion y credito	148,69
JFS	Construção do Mercado Abastecedor de Faro – 4ª fase – Entrepasto E3	Apólice seguro/Mapfre Caucion y credito	6,79
JFS	2º Adicional ao contrato de empreitada – 4ª Fase – Entrepasto E3	Bancaria – BPN	24,02
NCC Facility Services, S.A.	Aquisição de Serviços de Limpeza Interior dos Escritórios, Pavilhão do Mercado e Portaria	Seguro caução - AXA	1,50
FCC, Logística, S.A.	Rendas em dívida por contrato de arrendamento celebrado	Bancaria - Totta	7,00
Total			377,76

3) Na MARB, SA em 30 de junho de 2013, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para Instalação dos CTT Expresso no MARB	Bancaria - BCP	16,99

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para Instalação dos CTT Expresso no MARB	Caução: Retenção fatura 10% s/ valor contratual	17,34
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para verificação e reparação de águas pluviais no edifício do MARB	Bancaria - BES	0,72
Vadeca Serviços – Limpeza Industrial, S.A.	Contrato de Serviços de Limpeza e Remoção de resíduos sólidos no MARB	Bancaria – Banco Popular	4,73
Lying Gest, S.A.	Contrato de Serviços de Limpeza e Remoção de resíduos sólidos no MARB	Bancaria – BCP	4,13
Total			43,92

4) Na MARE, SA em 30 de junho de 2013, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado	Bancaria - BCP	4,80
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado (trabalhos a mais)	Bancaria - BCP	1,00
José Quintino, Lda	Arranjos exteriores na Envolvência do Armazém (Chronopost)	Bancaria - BPI	6,85
JFS, S.A.	Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancaria – BCP	18,35
JFS, S.A.	2º Adicional ao contrato de Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancaria – Santander Totta	1,92
Caetano Coatings, S.A.	Reparação de Pavimentos no Pavilhão do Mercado	Bancaria - BES	0,59
PSG, S.A.	Garantia de cumprimento integral das obrigações que a empresa de segurança PSG assumiu contratualmente	Seguro Caução: Apólice nº 5622237/Zurich	2,40
Total			35,91

ii) *Compromissos financeiros assumidos que não figuram no balanço*

Grupo AdP

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pelo grupo AdP não relevados no balanço, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão, apresenta-se do seguinte modo:

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado			
				(N)	(N+1)	(N+2...N+5)	(>N+5)
UNA-PD	6 512 974	4 619 940	216 189	97 199	165 173	289 498	1 124 974
UNA-DR	1 528 470	1 104 940	62 392	51 519	75 001	90 118	156 471
UNR	497 932	10 853	8 442	11 106	36 780	103 882	326 867
	8 539 376	5 735 733	287 024	159 825	276 954	483 499	1 608 313

Empresas	Abastecimento / Saneamento	Resíduos	Distribuição e recolha	1º semestre de 2013	2012
Investimento contratual	6 512 974	1 528 470	497 932	8 539 376	8 527 075
Investimento já efetuado	4 619 940	1 104 940	10 853	5 735 733	5 622 012
Investimento em curso	216 189	62 392	8 442	287 024	345 079
Investimento contratual					
Investimento contratual - N	97 199	51 519	11 106	159 825	
Investimento contratual (N+1)	165 173	75 001	36 780	276 954	353 664
Invest. contratual (N+2 .. N+5)	289 498	90 118	103 882	483 499	633 708
Investimento contratual (>N+5)	1 124 974	156 471	326 867	1 608 313	1 585 499

No mapa seguinte encontram-se apresentados os compromissos futuros do Grupo relativos às rendas a pagar aos municípios pela integração das infra estruturas, conforme definido nos contratos de concessão.

	Rendas já reconhecidas	Rendas reconhecidas em dívida	Rendas futuras - (N)	Rendas futuras - (N+1)	Rendas futuras - Restantes	1º semestre de 2013	2012
Águas do Algarve, S.A.	725			55	2 997	3 778	3 778
Águas do Centro Alentejo, S.A.	1 256	170		176	2 214	3 816	3 816
Águas do Mondego, S.A.	30 710		721	1 475	3 361	36 267	36 267
Águas do Norte Alentejano, S.A.	363	22	42	86	1 406	1 918	1 456
Águas do Noroeste, S.A.	4 841		168	187	3 917	9 113	8 688
Águas do Oeste, S.A.	38		2	5	113	158	158
Águas de Santo André, S.A.	5 507		239	479	8 140	14 365	14 365
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	3 812	1 126	347	735	13 357	19 377	19 234
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	6 596	441	817	971	18 919	27 743	27 688
Águas Públicas Alentejo, S.A.		368	165	170	14 169	14 872	7 313
Simarsul, S.A.	2 040	839		284	5 577	8 740	8 740
Simdouro, S.A.	48 341		1 114	5 615	18 811	73 881	73 881
Simlis, S.A.	1 202		51	101	1 513	2 867	2 867
Simtejo, S.A.							47 282
	105 432	2 966	3 667	10 337	94 493	216 895	255 532

Grupo ANA

Compromissos financeiros assumidos que não figuram no balanço	1º semestre de 2013	2012
Com contratos firmados com realização em curso	109 967	159 742

Grupo TAP

Em 30 de junho de 2013 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 229 240 milhares de euros (245 068 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, está contratada com a Airbus a compra futura de doze aeronaves Airbus A350, com mais três de opção, a receber entre 2015 e 2017. Contudo, decorrem negociações tendentes à assinatura de uma nova adenda que alterará as condições atuais.

Grupo Baía do Tejo

Em 30 de junho de 2013 existem os seguintes compromissos financeiros que não figuram no balanço:

Natureza	1º semestre 2013	2012
Pagamento de IMT associado à aquisição do "Complexo da Margueira"	3 781	3 781
Estimativa de pagamento por benefícios de cessão de trabalho aos trabalhadores da ex-Quimigal	2 100	2 100
Contratos de <i>renting</i>	143	143
Total	6 025	6 025

Como referido acima existem ainda responsabilidades assumidas para execução de infraestruturação dos terrenos do PIS III que se estimam em cerca de 10 180 milhares de euros.

Grupo CTI

Em 30 de junho de 2013, o Grupo tem livranças subscritas totalizando aproximadamente 831 milhares de euros a favor de diversas locadoras destinadas ao bom cumprimento dos respetivos contratos de leasing.

Grupo SIMAB

Em 30 de junho de 2013 a SIMAB apresenta compromissos financeiros (cartas conforto) perante o Banco Europeu de Investimento, relativamente às participadas MARF, SA e MARB, SA, cujos montantes em dívida, a esta data, ascendem a 8 000 milhares de euros e 2 666,6 milhares de euros, respetivamente;

No âmbito do financiamento que a participada MARL, SA detém junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), em 8 de setembro de 2011, foi assinado Contrato de Fiança entre o BEI e o Estado português, garantindo o serviço da dívida até à maturidade, substituindo-se deste modo à banca comercial, em

condições bastante menos onerosas para a empresa. Este processo desonerou a SIMAB da responsabilidade assumida na data de assinatura do contrato, deixando de vigorar a respetiva side letter.

Esta fiança foi prestada ao abrigo da Lei nº 112/97, de 16 de setembro, sendo concedida pelo prazo de quinze anos, contados a partir de 8 de Outubro de 2011, tendo sido fixada uma comissão de garantia de 0,2% ao ano.

iii) Trabalhadores ao serviço

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2013 e no ano de 2012 o número médio de trabalhadores ao serviço (da empresa e de todas as subsidiárias) foi de 33 740 e de 20 218, respetivamente.

iv) Honorários e serviços do Revisor Oficial de Contas (ROC)

Os honorários das sociedades de Revisores Oficiais de Contas das empresas do Grupo PARPÚBLICA no exercício do primeiro semestre de 2013 foram os seguintes:

- Relativo à revisão legal das contas – 313 milhares de euros;
- Relativo a outros serviços de garantia de fiabilidade – 188 milhares de euros.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras intercalares foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 30 de agosto de 2013, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, as operações do Grupo PARPÚBLICA, bem como a posição financeira em 30 de junho de 2013 e a performance e os fluxos de caixa no primeiro semestre de 2013, de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

O Conselho de Administração

Joaquim Pais e Jorge

Presidente (Renunciou ao cargo a 2/7/2013)

Carlos Manuel Durães da Conceição

Administrador

José Manuel Pereira Mendes Barros

Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira

Administradora não executiva

Maria João Dias Pessoa de Araújo

Administradora não executiva

Pedro Miguel Nascimento Ventura

Administrador não executivo

Mário Alberto Duarte Donas

Administrador não executivo